



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 17 TERÇA-FEIRA, 1º DE MARÇO DE 2016



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-T0)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
- 2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
- 3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
- 4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 18ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE FEVEREIRO DE 2016

1.1 – ATA	5
-----------------	---

1.1.1 – ABERTURA	5
------------------------	---

1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
-------------------------------	--

1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2).....	5
--	---

1.1.2.2 – Oradores	
--------------------	--

SENADOR FERNANDO COLLOR – Defesa do parlamentarismo como sistema de governo mais moderno e eficiente para o Brasil.....	5
---	---

SENADOR PAULO PAIM – Comentários sobre projeto de lei que estabelece balizas para enquadramento de determinado trabalho como escravo; e outros assuntos	8
---	---

SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder – Destaque à luta das mulheres por direitos políticos e sociais, com ênfase na conquista do voto ocorrida há 84 anos no Brasil; e outro assunto	19
--	----

SENADORA GLEISI HOFFMANN, como Líder – Defesa do ex-Presidente Lula e comentários sobre discurso proferido por ele na festa de 36 anos do PT	21
--	----

SENADOR ELMANO FÉRRER – Preocupação com supostos erros de gestão pública que retardam investimentos estatais em saneamento básico.....	27
--	----

SENADORA ANA AMÉLIA – Destaque à necessidade de isenção durante as investigações da Operação Lava Jato; e outros assuntos	30
---	----

SENADOR WELLINGTON FAGUNDES, como líder – Pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Gonçalves Vicente; e outros assuntos	33
--	----

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Satisfação com os julgamentos de políticos e magistrados do Estado do Amapá	36
---	----

1.1.2.3 – Realização de 1 minuto de silêncio em virtude do falecimento do Sr. Hébio Rodrigues Lacerda	39
--	----

1.1.2.4 – Oradores (continuação)	
----------------------------------	--

SENADOR RAIMUNDO LIRA – Expectativa com a construção do Ramal do Piancó, no Estado da Paraíba	39
---	----

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Críticas às propostas contidas no documento “O futuro está na retomada do crescimento” lançado pelo PT na comemoração dos 36 anos do partido.....	41
--	----

1.1.3 – ENCERRAMENTO	45
----------------------------	----

1.2 – PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS

1.2.1 – EXPEDIENTE	
--------------------	--

1.2.1.1 – Abertura de prazo	
-----------------------------	--

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei da Câmara nº 2/2016	46
--	----

1.2.1.2 – Comunicações	
------------------------	--

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de reativação e designação de membros para compor a Subcomissão Temporária para Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas (Memorando nº 1/2016)	46
--	----

Do Senador Elmano Férrer, que justifica a não participação de S. Ex ^a em missão a ser realizada no período de 7 a 14 de março próximo (Memorando nº 12/2016).....	51
---	----

1.2.1.3 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados	
--	--

Projeto de Lei da Câmara nº 2/2016 (nº 3.221/2016, na Câmara dos Deputados), da Presidente da República, que dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que serão realizados no Brasil; e altera as Leis nºs 12.035, de 1º de outubro de 2009, que institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, e 12.780, de 9 de janeiro de 2013.....	52
--	----

1.2.1.4 – Ofício do Ministro de Estado do Meio Ambiente	
---	--

Nº 172/2016, em resposta ao Requerimento nº 1.164/2015, do Senador Fernando Bezerra.....	73
--	----

1.2.1.5 – Relatórios

Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao terceiro quadrimestre de 2015 dos seguintes órgãos: Tribunal Regional Federal da 4ª Região (**Ofício nº 2921735/2016, na origem**), Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (**Ofício nº 6/2016, na origem**), Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (**Ofício nº 100/2016, na origem**), Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (**Ofício nº 14/2016, na origem**), Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (**Ofício nº 18/2016, na origem**); e, referente ao período de janeiro a dezembro de 2015, do seguinte órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (**Ofício nº 2/2016, na origem**).....

73

1.2.1.6 – Término de prazos

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para que o Projeto de Lei da Câmara nº 11/2015 continue a sua tramitação

107

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 157 e 163/2015.....

107

Término do prazo, quinta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 263/2014; e 657/2015

107

Término do prazo, quinta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 190/2015; e ao Projeto de Lei do Senado nº 512/2011-Complementar.....

107

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	108
3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	111
4 – LIDERANÇAS	112
5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	115
6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	133
7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	143
8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	191

CONGRESSO NACIONAL

9 – COMISSÕES MISTAS	215
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	230

18ª Sessão, Não Deliberativa , em 29 de Fevereiro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Elmano Férrer, Paulo Paim e Fernando Collor e da Srª Ana Amélia.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 17 horas e 32 minutos.)

ATA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide item 1.2 do sumário**)

Convidamos para fazer uso da palavra o ex-Presidente da República e Senador Fernando Collor de Mello. V. Exª falará como comunicação inadiável.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, Ex^{mas} Sr^{as} Senadoras, Ex^{mos} Srs. Senadores.

Sr. Presidente, no último dia 25, quinta-feira passada, apresentei neste plenário a relação de proposições legislativas selecionadas pelo Bloco União e Força para incorporação ao rol de matérias prioritárias a serem deliberadas pelo Senado Federal em 2016, conforme solicitado pelo Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros.

Ao todo, foram 12 proposições entre projetos de lei e propostas de emenda à Constituição. Entre elas, destaco a PEC nº 32, de 2015, da qual sou o primeiro subscritor, que institui o sistema parlamentar de governo, o parlamentarismo. Essa PEC 32 é a reapresentação da primeira proposição que submeti ao Senado Federal tão logo tomei posse em meu primeiro mandato, em 2007. Portanto, já lá se vão nove anos de tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sem que, até hoje, fosse sequer apresentado um único parecer à proposta. Neste momento, a matéria ainda aguarda designação de relator.

Esse é um tema que tenho abordado em inúmeras vezes durante esses últimos anos, tanto nesta Casa, como em entrevistas e artigos. Lembro que, em 2013, após as manifestações de rua ocorridas em todo o Brasil, voltei a defender desta tribuna, em duas oportunidades, a adoção do parlamentarismo como amortecedor das frequentes crises institucionais por que tem passado o País ao longo da história.

Sabemos que se trata de um tema que sempre volta à baila nos momentos mais agudos e difíceis do País. Trata-se de um fenômeno natural, pois no fundo especialistas e formadores de opinião, em sua grande maioria, também enxergam o sistema parlamentar como o mais eficaz remédio para as diversas crises que afetam um país sob o regime presidencialista.

No entanto, sempre entendi que deveríamos, com ou sem crise, dar continuidade a essa discussão.

Volto ao assunto hoje, em função da oportunidade dada pelo Presidente, Renan Calheiros, quando solicitou formalmente a todos os líderes que indicassem as proposições prioritárias para agenda do Senado Federal neste ano de 2016.

Assim, é natural que uma proposta dessa envergadura, como a PEC do parlamentarismo, tramitando desde 2007, fosse incluída no rol de nossas prioridades.

Vale lembrar, Sr. Presidente, que, naquele ano de 2007, na apresentação inicial da proposta, vivíamos um momento de plena estabilidade, tanto no campo político, como no campo econômico.

Fiz questão de salientar isso na justificativa da proposição. Era o momento ideal em todos os sentidos para iniciarmos um debate não só sério, responsável e tranquilo, mas também profundo sobre a opção do parlamentarismo.

Entendo que, se assim tivesse ocorrido, o tema hoje já estaria suficientemente maturado, compreendido em todas as suas vantagens e bem aceito até pela população. Quem sabe até o parlamentarismo já não estaria vigorando nos dias de hoje?

O fato, Sr. Presidente, é que, há muito, o Legislativo já não consegue convergir para uma agenda de salvação do País. O Governo hoje já não dispõe de base de apoio político para aprovar as verdadeiras medidas

necessárias. O Executivo já não é mais capaz de executar a contento o que é preciso, mas insisto: independentemente de crise ou não, sempre é tempo de debater e encarar a real e oportuna opção que temos de adotar o sistema parlamentar de governo.

Politicamente, vivemos hoje o fenômeno da não governabilidade, a que se referia Norberto Bobbio, ao defini-la como o produto conjunto de uma crise de gestão administrativa do sistema e de uma crise de apoio político dos cidadãos às autoridades e aos governos.

Economicamente vivemos a completa estagnação em que todos os indicadores sociais, econômicos, financeiros e fiscais pioram a cada mês, e pior: sem instrumentos, credibilidade e poder de reação por parte das autoridades. Por isso, é forçoso e, ao mesmo tempo, doloroso admitir que antes tivéssemos todos nós dado ouvidos lá, em 2013, às vozes das ruas no Brasil, mais ainda: em 2007, nas vozes das ruas, em plena estabilidade institucional do País, tivéssemos começado a discutir a fundo a substituição do nosso anacrônico presidencialismo pelo consagrado e eficiente modelo parlamentarista.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, todos sabemos que a saída para a crise econômica passa necessariamente pela solução prévia da crise política. É certo também que, a qualquer momento, poderemos ter um ou outro desfecho radical, uma ruptura institucional ou mesmo constitucional que poderá debelar, por algum tempo, a atual instabilidade política, mas – creio – ela não será eterna ou mesmo duradoura, pois as reais causas, os verdadeiros motivos dos nossos problemas concentram-se no nosso sistema de governo: o desgastado e inconveniente presidencialismo de coalizão. Eis aí a raiz de nossas mazelas. Eis aí o vírus que assola politicamente o País.

Em 2013, logo no reinício dos trabalhos legislativos de agosto, após as manifestações populares, eu ponderei desta tribuna:

[...] quem sabe, agora, não chegou o momento de uma reflexão acurada, responsável e realista para começarmos a entender o que deseja a população brasileira? Mudança. Mudança.

Quem sabe não é a hora de tentarmos mudar completamente o paradigma de uma autêntica reforma política, sem cair na velha tentação das costumeiras e oportunistas reformas eleitorais, [...] de ocasião?

Mas não, Sr. Presidente, repetimos os mesmos erros: continuamos moucos aos alertas, apostamos no imponderável. E o resultado está aí, o País regredindo.

Por isso, insisto em afirmar: em qualquer época, em qualquer situação, o parlamentarismo é a forma mais eficiente e moderna de trazermos o relacionamento político para um âmbito que não seja o da constante refrega entre Legislativo e Executivo, que gera os malefícios das crises de governabilidade e, mais ainda, a subserviência do Parlamento em relação ao governo, como hoje sentimos diante do desgastado presidencialismo de coalizão.

A hipertrofia de um poder, a centralização das decisões, os excessos burocráticos sob um só comando e a consequente letargia e paralisação da gestão pública, em que o discurso prevalece sobre as ações e os meios sufocam os resultados, tudo isso é resolvido com muito mais eficiência pelo parlamentarismo. Afinal, é um modelo de governo mais ágil, mais eficaz, mais dinâmico, tanto na Administração Pública, como na superação das crises políticas. Nele, o princípio de pesos e contrapesos se opera sem traumas, ao contrário do que ocorre no presidencialismo clássico, de acordo com a modalidade de Executivos fortes, em que esse recurso funciona não como moderador das crises, mas, ao contrário, como o seu deflagrador.

Somam-se a isso mecanismos do sistema parlamentar de governo que, além de amenizar as crises, estreitam a relação popular, a começar pela possibilidade de dissolução da Câmara e a convocação de novas eleições em momentos de instabilidade política e institucional. Teríamos, ainda, instrumentos da minoria, como o voto de desconfiança construtivo, que pode dissolver o gabinete, bem como o voto de confiança, para a reafirmação do conselho de ministros. Tudo isso sem falar na possibilidade de queda do governo pela rejeição de medida provisória, instrumento típico do parlamentarismo, que seria utilizado com maior parcimônia do que hoje verificamos no presidencialismo ou, como dizem muitos analistas, na ditadura de uma supermaioria.

Sr. Presidente, há quase um século, Medeiros e Albuquerque já dizia que, abro aspas: “O regime presidencial é estável para o mal e instável para o bem [...], [pois] ele é o regime das adesões e traições”, fecho aspas.

De outro lado, o parlamentarismo permite, ainda, um maior controle da população sobre o governo por meio da constante presença do chefe do Executivo chamado ao Parlamento para dar explicações sobre as políticas e as ações do governo. Com isso, reforça-se a prestação de contas do governo para com a sociedade. Trata-se, na prática, da transparência da gestão pública tão propalada e demandada hoje pela sociedade.

Em resumo, com o parlamentarismo, é possível estabelecer maior proximidade com as ruas, com a população, com o eleitor e com suas demandas.

Aqueles que se opõem ao parlamentarismo costumam se utilizar de motivações algo distorcidas. Exemplo é o argumento de que o Brasil não está preparado para esse sistema, porque seus Parlamentares são de baixa qualidade e não detêm a confiança da população. Da mesma forma, alegam que, no Brasil, não há partidos políticos consolidados ou, via de regra, identificáveis com o eleitor, pois se trata de legendas meramente fisiológicas e não ideológicas. Enfim, entendem que o Congresso Nacional, seus partidos e atores não possuem as condições e, mais do que isso, a credibilidade para estarem à frente do governo, como requer o sistema parlamentar.

De fato, Sr. Presidente, há anos o Brasil padece desses males e dessas interpretações. O Poder Legislativo, sem dúvida, deve um maior protagonismo e uma maior confiança ao País, em que pese sua composição ser integralmente formada pelo voto direto do próprio eleitor, que o critica e que dele duvida.

Contudo, aos que dizem que o Brasil não tem condições de adotar o parlamentarismo porque não possui partidos políticos fortes digo o contrário. O Brasil não possui partidos políticos fortes exatamente porque não adotou o parlamentarismo. Se hoje nossos partidos e seus representantes são de baixa qualidade e aceitação na visão desses críticos, é exatamente porque insistimos no presidencialismo.

Não tenho dúvidas, Sr. Presidente, de que a descrença da população na política e nos seus agentes públicos decorre exatamente do sistema presidencialista de coalizão, que afasta o cidadão de uma participação mais efetiva na condução da Administração Pública.

Não tenho dúvidas também de que, com a experimentação de um novo sistema de governo, esse cenário político sombrio e desacreditado mudaria radicalmente com a adoção do parlamentarismo. Alcançaríamos a maturidade da classe política e da própria população para não só entender a dinâmica e mecanismos do novo regime como também para usufruir melhor as suas vantagens. Mas, certamente, depois da experiência dentro do sistema parlamentar, o eleitor passaria a entender com maior clareza e convicção sobre sua maior responsabilidade, sua identificação e compromisso com o voto a ser dado.

De outro lado, o mesmo fenômeno, tenho certeza, aconteceria com o sistema partidário. Além de uma significativa redução do número de legendas, uma autêntica aberração brasileira nos dias de hoje, o parlamentarismo, naturalmente, acabaria por unir os partidos, dando-lhes uma atuação mais efetiva, mais ideológica, mais responsável e participativa junto à sociedade. A experiência internacional, mostrando que a esmagadora maioria dos países desenvolvidos têm o parlamentarismo como sistema de governo, comprova que o fortalecimento e a autenticidade dos partidos se dão exatamente em função do modelo parlamentarista.

Enfim, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sras e Srs. Senadores, a adoção do parlamentarismo, acompanhada de pontuais, mas consistentes alterações em nosso sistema político nos permitiria adquirir uma nova configuração e um novo perfil da classe política e, principalmente, uma esperança a mais para a tão combalida e questionada democracia representativa em nosso País. Além disso, testemunharíamos o principal legado do parlamentarismo: a rápida superação de toda e qualquer crise, seja ela política, seja ela econômica, seja ela institucional.

Não à toa, Sr. Presidente, já se disse que o presidencialismo é o regime da – abro aspas – “irresponsabilidade a prazo certo” – fecho aspas –, enquanto o parlamentarismo é o regime da – abro aspas – “responsabilidade a prazo incerto” – fecho aspas. Nada mais preciso do que essa constatação. Basta vermos a situação do Brasil de hoje.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ao incluir a PEC 32, de 2015, entre as prioridades do Senado Federal nas deliberações de 2016, renovo mais uma vez a esperança de que esta Casa assuma o compromisso de enfrentar o debate – o debate sério e necessário – sobre a adoção do parlamentarismo no Brasil. Não há mais tempo a perder, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim. Não há mais crise que adie essa medida. Pelo contrário, ela é uma motivação a mais, e o parlamentarismo se apresenta e se impõe como solução definitiva ao Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Agradeço a V. Exª o tempo que me foi concedido, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Fernando Collor de Mello. Meus cumprimentos.

Quero dizer que – não é pelo seu pronunciamento, senão vão dizer que estou só lhe agradando – eu sempre fui parlamentarista, desde a Constituinte.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Que bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, nesse bom debate estaremos lado a lado, no momento adequado.

Eu queria ver quem pode presidir, para que eu possa fazer meu pronunciamento neste momento, já que sou o próximo orador.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu posso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente que preside, aqui. Se for possível...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL. *Fora do microfone.*) – Claro. Com muito prazer.

(*O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Fernando Collor.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Com a palavra S. Ex^a o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente em exercício desta sessão, Senador Fernando Collor de Mello, primeiro, como eu dizia antes, quando aqui cheguei, tive a alegria, neste fim de semana, de participar de duas audiências públicas sobre terceirização, trabalho escravo, a não precarização do direito dos trabalhadores.

Eu estive, na sexta-feira, no seu Estado. Na abertura dos trabalhos, citei as autoridades presentes: Governador Renan Filho, Vice-Governador Luciano Barbosa, o Prefeito de Maceió, Rui Soares Palmeira, o Vice-Prefeito, Marcelo Palmeira Cavalcante, e citei os três Senadores, Senador Benedito de Lira, Senador Fernando Collor e Senador Renan Calheiros.

Destaquei a forma como nos atenderam lá, com toda estrutura para fazermos o nosso trabalho, a disposição que colocou a Assembleia Legislativa, o Presidente daquela Casa, o Deputado Estadual Luiz Dantas, e o Vice-Presidente daquela Casa, Deputado Estadual Ronaldo Medeiros, que, inclusive, foi quem fez o requerimento. Hoje, se não me engano, ele é Líder do Governo no Estado.

Lá, Senador, onde me referi a V. Ex^a, quando me perguntaram do voto dos três Senadores, eu disse: "Olha, os três Senadores não votam pelo trabalho escravo, não votam para terceirizar tudo, inclusive a atividade-fim". No Plenário, eu senti que havia uma dúvida. Eu disse: "Então, deixem a dúvida comigo, porque eu tenho conversado com eles". Eu tinha falado mesmo com V. Ex^a e até citei a fala que tivemos.

Então, reafirmo aqui que nenhum dos três Senadores, no meu entendimento, votará pelo trabalho escravo e muito menos para terceirizar tudo, inclusive a atividade-fim.

A mesma coisa, Presidente, foi em Sergipe, onde estive na quinta. Destaquei lá o Governador Jackson Barreto, com quem viajei o Brasil em uma época para discutir o salário mínimo; o Vice-Governador, Belivaldo Chagas; o Prefeito de Aracaju, João Alves Filho; o Vice-Prefeito, João Carlos Machado. E destaquei e estavam lá comigo o Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador Eduardo Amorim e o Senador Ricardo Franco. Na mesma linha, reafirmei que os três votam contra o trabalho escravo e também votam contra terceirizar a atividade-fim.

Agradeci ao Deputado Presidente da Assembleia, Deputado Luciano Bispo, pela estrutura que também lá colocou à disposição, e agradeci à Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, Deputada Estadual Ana Lúcia, a qual também me acompanhou durante todo o período.

Enfim, Sr. Presidente, faço este registro, que deixo aqui por escrito, dizendo que, no próximo fim de semana, não neste, no outro, no dia 10, estarei em Palmas e, no dia 11, em Goiânia. E aí terminarei o ciclo de ir aos 27 Estados debatendo esse tema: não terceirizar a atividade-fim, que é o PL 30, o combate ao trabalho escravo e não permitir que o negociado esteja acima da própria lei.

É claro que aí já entrou nesses debates a própria reforma da Previdência. Eu coloquei, com muita tranquilidade, a visão que eu tenho de que a reforma da Previdência, da forma como está sendo colocada, na minha avaliação, não passará aqui no Congresso.

Quero também, Sr. Presidente, deixar registrado, a pedido da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, que, no cumprimento da sua finalidade estatutária de defesa da garantia do direito da pessoa com deficiência, especialmente nesse caso, a síndrome de down, promoveu, nos dias 15, 16 e 17 de outubro de 2015, na cidade de Curitiba, Paraná, o VI Congresso Brasileiro Sobre Síndrome de Down, realizado pela Associação Reviver Down, que contou com cerca de 2600 participantes.

Fica nos Anais da Casa esta carta que mostra a luta de militantes, de familiares e pessoas com a síndrome de Down.

Sr. Presidente, quero também deixar registrada uma análise do livro chamado *Degradância Decodificada*, que trata do trabalho escravo no Brasil.

Mas, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, Senador Fernando Collor de Mello, dirijo-me mais uma vez a V. Ex^a, porque foi lá na sua cidade em que, na minha fala, eu disse: "Deus existe". Por quê? Estou lá na terra de Zumbi, grande Zumbi dos Palmares, e lá fui comunicado pelo Presidente da CCJ, Senador José Maranhão, que me foi concedida, em uma batalha de anos e anos, a relatoria do projeto que vai tratar do trabalho escravo. Então, na terra de Zumbi, o único Senador negro a receber do Senado da República essa indicação, claro que foi uma alegria muito grande. Lembro-me de que olhei para o céu e disse: "Deus existe. Viva Zumbi!". Daí a moçada toda bateu palmas.

Agradeço muito ao Senador José Maranhão, pois ele atendeu a um pedido de todas as entidades do mundo social do Brasil, centrais, federações, confederações, os Juízes do Trabalho, para que eu fosse o relator. E eu disse que serei o relator. Mas só acho que o nome já não ajuda, porque o nome do projeto é “Regulamentar o trabalho escravo”. Não pode ser. Vamos já mudar o nome do projeto. Vamos proibir o trabalho escravo, porque isso é o que diz a PEC.

É claro que vamos ver a redação, para que não se faça injustiça, para que ninguém seja injustiçado. A PEC é firme, eu diria até poderosa. O que diz a PEC, que já aprovamos? Agora, vai ser regulamentada. Eu digo que o nome será: A regulamentação da proibição do trabalho escravo. Porque a PEC é muito clara, ela diz que toda propriedade onde for encontrado trabalhador sob escravidão, no campo ou na cidade, perde a propriedade. Como eu acho que ninguém quer perder a propriedade, ninguém quer ter trabalho escravo.

Então, farei a regulamentação, ouvindo, claro, todos os setores, para que fique um texto claro. Digo, ninguém quer injustiça. Vai alguém acusar outra pessoa de ter trabalho escravo e, por isso, o camarada vai perder a propriedade.

E digo até, dando aqui uma descontraída, que fiquei sabendo que numa rádio do Rio Grande disseram que sou dono das farmácias São João. As farmácias São João são um universo bilionário. Assim eu fosse, não sei o que fez a farmácia de errado para dizerem isso. Mas é uma bobagem tão grande, e eu não quero injustiça com ninguém. Como eu vou ser dono de farmácia São João? Primeiro essa farmácia ia pagar todas as minhas contas no banco, estou em vermelho no banco há muito tempo já. Então eu tive que rir, aí enfim o radialista entendeu. E deve ter sido uma confusão de nome. Essas farmácias são um complexo que está em todo o País. Só no Rio Grande do Sul são mais de duzentas farmácias. Calculem!

Enfim, eu digo isso porque não quero injustiça com ninguém, mas vou trabalhar na linha de que a regulamentação da proibição do trabalho escravo será o caminho.

Por isso, eu deixo aqui nos *Anais* registrado o livro *Degradância Decodificada*, que fala do trabalho escravo com muita profundidade.

E deixo aqui também registrado, porque às 15h estarei em outra reunião que vai discutir a criação de uma frente parlamentar em defesa da Previdência pública aqui no Senado, que fiquei muito preocupado com a entrevista que li do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e que espero haja distorções da imprensa, porque V. Exª mesmo sofre às vezes com isso. Os juízes do trabalho me entregaram uma carta, assinada por 21 juízes, se não me engano, colocando-se contra o trabalho escravo, contra o negociado acima da lei – a lei prevalece, acima da lei negocia-se tudo o que bem entender – e contra a terceirização.

Nessa entrevista – e os juízes já fizeram uma nota contra essa posição –, dá a impressão – e falo de forma muito respeitosa – de que o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o Ministro Ives Gandra Filho, é favorável a tudo isso. Eu não acredito, por isso eu digo aqui da tribuna ao Ministro Presidente do Tribunal Superior que eu estou marcando uma conversa com ele.

Eu só deixo a entrevista dele nos *Anais*. Eu espero voltar da audiência com ele e poder dizer que de fato a entrevista não relata a opinião do Ministro. Porque eu não acredito que seja favorável o Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, quando todos os juízes são contra o trabalho escravo, contra o trabalho degradante, contra a jornada exaustiva, contra precarizar atividade-fim.

A súmula do Tribunal Superior do Trabalho, inclusive, proíbe a chamada terceirização. E também diz, porque eles estão lá para isso, juízes: “Lei é lei!” Negociar acima da lei tudo bem, mas toda a negociação que ferir a lei não terá valor.

Por isso, eu, com muita tranquilidade, estou marcando uma audiência com o Ministro do Trabalho, Ives Gandra, neste sentido, o de esclarecer que isso tudo que estamos fazendo aqui no Congresso, nós todos... E sinto que há uma boa vontade da parte de todos os Senadores.

E não faço aqui exceção de chegar a uma construção coletiva que garanta a qualidade de vida para todos, para empregado, para empregador, tanto no campo quanto na cidade. Por isso que o meu relatório da terceirização do PL 30 vai na linha de regulamentar – aí, sim! – a situação dos 13,5 milhões de terceirizados hoje, para que eles tenham os mesmos direitos que os outros trabalhadores.

Já, com relação à questão do trabalho escravo, claro, o objetivo é fortalecer a visão de que não possa haver trabalho escravo nem no Brasil nem no mundo. Tivemos aqui, na semana passada, um Prêmio Nobel da Paz que libertou, pelos dados que trouxe e também segundo livro, mais de 80 mil crianças que estavam sob o trabalho escravo no mundo. E ele fez também esse apelo, para que aqui eu fosse o Relator da matéria; para que não houvesse nenhum retrocesso na visão dele, em relação àquilo que o Brasil já tem pontuado em nível internacional.

Nós libertamos, graças aos fiscais do trabalho, mais de 50 mil pessoas no Brasil que estavam sob o regime de escravidão. E, vejam bem, não estou me referindo só à área rural. Por exemplo, uma das audiências que vou fazer vai ser em São Paulo, em que, dentro de indústrias, principalmente de tecelagem, mais há trabalho escravo.

Então, eu estou muito tranquilo, porque a intenção, podem crer aqueles que pensam de forma diferente – houve polêmica em relação a essa questão –, é de construir o equilíbrio no campo do bom senso, com uma questão que vá na linha da razoabilidade. Só não quero, claro, deixar qualquer brecha para a injustiça em relação ao proprietário, ou da fazenda ou da empresa, mas também não vou deixar que haja nenhuma brecha que vá permitir que o Brasil seja denunciado em nível internacional como o País do Trabalho Escravo. Isso, com certeza, não acontecerá, porque conheço aqui os Senadores e a boa vontade de todos.

Soube que houve um debate duro para entregar a mim esse projeto, para eu relatá-lo. Mas houve quem dissesse: "Não, o Paim tem bom senso. Ele há de construir algo equilibrado e que..."

Bom, mas alguns falam que é uma área meio perigosa. Não é perigosa coisa nenhuma! Se você vai na linha da justiça, não há perigo algum! Creio que ninguém vai querer fazer o mal para alguém que faz o bem sem olhar a quem.

Obrigado, Presidente, pelo tempo. Agradeço a V. Ex^a pela gentileza de presidir, para que eu pudesse efetuar a fala. Considere, na íntegra, todos os pronunciamentos, já que vou para outra reunião da CDH.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Paulo Paim. As solicitações de V. Ex^a serão acatadas plenamente pela Mesa. Cumprimentamos V. Ex^a pelo trabalho legislativo, pela ação legislativa que vem desenvolvendo nesta Casa.

E digo-lhe, como representante do brioso Estado de Alagoas, que V. Ex^a sempre será muito bem-vindo ao nosso Estado, sobretudo para debater assuntos de tamanha relevância.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sou obrigado a dizer a V. Ex^a que fui muito bem recebido. Mas que praias lindas também! (*Risos.*)

No domingo, fui dar uma olhada nas praias. O Ronaldo, que é o Líder do Governo lá, fez questão de colocar um rapaz para nos mostrar por lá. *Show de bola!*

Muito obrigado ao Estado de Alagoas.

SEGUIM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, informo que serei o relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do PLS 432/2013 que trata do trabalho escravo.

A regulamentação não pode transformar-se na legalização do trabalho escravo, porque trabalho escravo não se regulamenta, proíbe-se.

As leis estão aí para assegurar o direito de empregados e empregadores, mas não o direito de trabalho escravo regulamentado.

Temos discutido aqui, nesta Casa, desde 2013, o projeto de lei que trata da expropriação de propriedades onde se verifique a exploração de trabalho escravo.

Ficou pronto, naquele ano, o texto final apresentado pela Comissão Mista, criada por Ato Conjunto dos Presidentes das duas Casas do Congresso, para consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição.

Houve requerimento de urgência por parte das Lideranças e essa matéria chegou a ser agendada na Ordem do Dia no final do ano passado.

Felizmente, prevaleceu o bom senso e, como o projeto não chegou a ser votado na sessão legislativa de 2015, houve novo requerimento das Lideranças, desta vez para a retirada de urgência, agora no início de 2016.

Com isso, a matéria voltou à Comissão de Constituição e Justiça e poderá ser examinada com mais tranquilidade.

Eu disse que o bom senso prevaleceu na retirada da urgência porque a matéria é polêmica e não deve ser aprovada de forma açodada.

É preciso, antes de mais nada, que esse projeto se transforme numa lei capaz de preservar a dignidade do ser humano e o valor inalienável do seu trabalho, que não pode ser indevidamente apropriado por ninguém.

Nesse sentido, parece-me que o texto em discussão é falho ao definir o que seja trabalho escravo.

Gostaria, até por uma questão de uniformização de conceitos na legislação brasileira, que se utilizasse a formulação contida no caput do art. 149 do Código Penal, para tornar crime o trabalho escravo e tudo que a ele se assemelhe.

O caput do artigo se baseia na ideia de criminalizar a redução de qualquer pessoa a condição análoga à de escravo, na forma que descreve. Vejamos.

"Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto."

Mas, por melhor que me pareça a formulação do Código Penal para caracterizar o trabalho escravo ou aquele realizado em condições análogas a este, inclusive porque abrange, de forma genérica, todos os quesitos utilizados no Projeto de Lei nº 432, de 2013, ela encontra adversários intransigentes.

Parece haver, contudo, uma nova luz a iluminar essa questão e a sugerir uma exploração mais técnica do assunto.

Refiro-me ao trabalho de Renato de Mello, perito judicial, e Benedito Lima, auditor fiscal do trabalho e coordenador de um dos Grupos Especiais de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego.

Os dois são autores do livro *Degradância Decodificada e o Papel do Estado na Sua Gênese*, dedicado justamente à ideia de criar uma ferramenta de auxílio à identificação de trabalho realizado em condições degradantes, o que hoje caracteriza com maior frequência a chamada condição análoga à de escravo. Graças a eles, uma nova perspectiva se abre dentro da discussão que hoje travamos sobre o Projeto de Lei nº 432, de 2013.

Benedito Lima, experimentado auditor fiscal, relata que desde os idos da década de 1990, quando teve contato com o programa de erradicação do trabalho realizado em condições análogas à de escravo do Ministério do Trabalho, inquietou-se com a existência de um programa dessa natureza e, particularmente, com o fato de que não havia, então, uma definição clara desse fenômeno na legislação brasileira.

Em 2003, alterou-se o Código Penal, com a redação dada pela Lei nº 10.803, de 2003, e houve, então, uma mudança significativa na proteção ao trabalhador.

Passou-se a ter uma nova caracterização do crime que busca roubar a força de trabalho do ser humano. O texto passou a ter a forma que li ainda há pouco.

Ao analisar os relatórios dos Grupos Especiais de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho do período de 2000 a 2012, os autores verificaram que o resgate de cerca de 90% dos trabalhadores em condições análogas às de escravo se deviam a condições degradantes de trabalho.

As situações de trabalho forçado e de vigilância armada sobre o trabalhador, mais encontradas na década de 90, haviam praticamente desaparecido. Da mesma forma, vem sendo reduzida a condição de servidão por dívida.

Ora, se são as condições degradantes de trabalho que reduzem o trabalhador à condição análoga à de escravo na grande maioria das vezes, esse é o ponto que precisa ser atacado.

Os nossos autores foram buscar apoio na opinião de juristas que se debruçaram sobre essa questão.

Bitencourt e Greco, citados por Brito Filho, ao analisarem esse novo texto do art. 149 do Código Penal, reforçam esse entendimento e afirmam que o bem juridicamente protegido deixou de ser apenas a liberdade do trabalhador.

Eles ensinam que quando a lei penal se refere a condições degradantes de trabalho existem outros bens juridicamente protegidos, a saber, a vida, a saúde e a segurança do trabalhador, além, é claro, de sua liberdade.

A partir dessa percepção, Benedito Lima, engenheiro, economista e mestre em Ergonomia pela Universidade Federal de Santa Catarina, buscou, então, com o auxílio de Renato de Mello, doutor em Ciências da Engenharia Ambiental pela USP, com experiência na gestão de CT&I, criar condições objetivas e científicas para a caracterização do que seja condição degradante de trabalho, que caracteriza, em 90% dos casos, segundo a Lei Penal brasileira, a redução de alguém à condição análoga à de escravo.

Produziram, assim, um modelo de identificação de trabalho em condições degradantes, que não apenas facilita a fiscalização, como serve de orientação objetiva a todos quantos queiram dele se servir.

Esse modelo inclui o maior número possível de variáveis constantes do ordenamento jurídico brasileiro que trata das relações de trabalho e das convenções internacionais da Organização Internacional do Trabalho ratificadas pelo Brasil.

Ele também já foi testado em fiscalização pelo Ministério do Trabalho, revelando-se robusto e dando boa resposta à finalidade a que se destina.

Solucionada a dificuldade referida à caracterização e identificação objetiva das condições degradantes de trabalho, verificadas como a causa de redução do trabalhador à condição análoga à de escravo em 90% dos casos identificados pela fiscalização, parece não haver maiores dificuldades em se adotar,

no texto do Projeto de Lei nº 432, de 2013, a mesma conceituação prevista no caput do art. 149 do Código Penal Brasileiro.

Se há condições objetivas de a fiscalização identificar sem sombra de dúvida condições degradantes de trabalho para efeito da tipificação contida no Código Penal, não há porque não utilizar essas mesmas condições para aplicação da pena de expropriação das propriedades em que forem encontrados trabalhadores em condição análoga à de escravos.

Teríamos uma conceituação mais moderna a servir de base para o julgamento dessas questões, além de estarmos padronizando, na legislação brasileira, o entendimento sobre o que seja o trabalho escravo na contemporaneidade.

Sr. Presidente, temos que caminhar na direção de preservar a dignidade do trabalhador brasileiro da sanha de maus empresários, que, em sua ganância, submetem seus empregados a condições de trabalho definitivamente degradantes, por acreditarem que ainda vivemos em tempos de escravidão.

Isso não é mais possível nem aceitável, se desejamos que o Brasil ingresse definitivamente no rol dos países verdadeiramente civilizados.

O trabalho é um bem sagrado e como tal deve ser tratado. O momento que vivemos é propício para que construamos juntos uma legislação que nos orgulhe diante das gerações futuras.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD), no cumprimento da sua finalidade estatutária de defesa da garantia dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente com síndrome de down, promoveu, nos dias 15, 16 e 17 de outubro de 2015, na cidade de Curitiba, Paraná, o Sétimo Congresso Brasileiro Sobre Síndrome de Down, realizado pela Associação Reviver Down, que contou com cerca de 2600 participantes.

Quero que fique registrado aqui, Sr. Presidente, a Carta de Curitiba (em anexo) com as seguintes conclusões dos participantes.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)



Federação Brasileira
das Associações
de Síndrome de Down

CARTA DE CURITIBA

A FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE SÍNDROME DE DOWN - FBASD, no cumprimento da sua finalidade estatutária de defesa e garantia dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente com síndrome de Down, promoveu, nos dias 15 a 17 de outubro de 2015, na cidade de Curitiba-PR, o **VII CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE SÍNDROME DE DOWN**, realizado pela ASSOCIAÇÃO REVIVER DOWN, que contou com cerca de 2.600 participantes.

No primeiro dia desse Evento, 15.10.2015, o Comitê Jurídico da Federação coordenou a **IV OFICINA DE REVISÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO** (à luz da Constituição Federal, da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, das Recomendações do Comitê da ONU acerca da citada Convenção e da Lei Brasileira de Inclusão), realizada em parceria com a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE DEFESA DOS DIREITOS DOS IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – AMPID**.

As conclusões a que chegaram os participantes desse IV Fórum foram apresentadas à Plenária do VII Congresso e aprovadas, por unanimidade, nos seguintes termos:

1. Recomendação à Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down no sentido de que proceda aos seguintes **encaminhamentos**:

- Buscar diálogo com entidades voltadas à defesa dos direitos das pessoas com deficiência, com vistas à criação, no âmbito da sociedade civil, de observatório independente e autônomo para monitoramento da implementação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Brasil, bem como reivindicar do Poder Executivo Federal o cumprimento de suas respectivas obrigações quanto ao assunto, a fim de atender posicionamento do Comitê Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU;

- Sensibilizar o Poder Executivo Federal a criar grupo de trabalho, com a participação da sociedade civil e dos Poderes Legislativo e Judiciário, para discutir e garantir o acesso e a permanência de pessoas com deficiência em concursos, cargos e empregos públicos;



- Instar o Poder Executivo Federal a assegurar, junto a seus Ministérios, Secretarias e Comissões, a participação da sociedade civil organizada nas discussões e deliberações para a implementação, no Brasil, das recomendações do Comitê da ONU acerca da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e para a regulamentação de dispositivos da Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência), especialmente daqueles atinentes à definição e avaliação da deficiência e ao “trabalho com apoio” e

- Buscar legitimados, pela Constituição Federal, para propor Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental em razão da incompatibilidade material entre o artigo 35, III, da Lei 9.250/95 e a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

2. Aprovação das moções seguintes:

- Reafirmar a constitucionalidade dos artigos 28 e 30 da Lei Brasileira de Inclusão, que tratam do direito à educação das pessoas com deficiência, em sistema educacional inclusivo, na rede pública e particular, e propugnar pela improcedência do pedido deduzido na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5357, proposta pela Confederação dos Estabelecimentos de Ensino Privado – CONFENEM e

- Manifestar repúdio ao Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 2486, proposto com o intuito de revogar a Resolução no. 4 do Conselho Nacional de Educação sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que determina a obrigatoriedade da matrícula dos alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, público ou privado, por ser essa política consonante com os artigos 205 e 208 da Constituição Federal, artigo 24 da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, artigo 55 do Estatuto da Criança e Adolescente e artigo 28 da Lei Brasileira de Inclusão.

Foram aprovadas, outrossim, pelos participantes da IV Oficina de Revisão do Ordenamento Jurídico desta Federação, as seguintes propostas de atuação da FBASD:

- Empenho, junto ao Poder Executivo, no sentido de que seja o artigo 217, IV, d, e VI, da Lei 8112/90 equiparado aos artigos 16 e 77, § 2º, II, da Lei 8.213/91 (alterados pela Lei 13.146/2015) e § 6º (incluído pela Lei 13.183/2015) do mesmo artigo 77, a fim de garantir que, em homenagem ao princípio da igualdade, também os filhos e irmãos com deficiência dos servidores públicos sejam reconhecidos como beneficiários de pensão,



independentemente de regulamento e do exercício de atividade laboral remunerada, tal qual no regime geral de previdência;

- Promoção de cursos, oficinas e seminários para capacitação das pessoas com deficiência acerca da referida Convenção e da Lei Brasileira de Inclusão, a fim de empoderar essas pessoas para o exercício dos seus direitos;
- Apoio ao desenvolvimento de ações de fortalecimento dos Conselhos Municipais dos Direitos das Pessoas com Deficiência;
- Criação de grupo de trabalho sobre a capacidade legal das pessoas com deficiência;
- Apoio às atividades dos demais grupos iniciados por ocasião da III Oficina de Revisão do Ordenamento Jurídico desta Federação;
- Acompanhamento do Projeto de Lei 3330/2015 (anterior PLS 68/2015), que estabelece jornada diferenciada do servidor público que tem filho com deficiência e
- Articulação política visando à revisão da legislação militar para garantia da inclusão da pessoa com deficiência nos Colégios Militares do Exército e do Corpo de Bombeiros, bem como à inclusão em concursos e empregos públicos nas forças armadas e polícia civil e militar.

Enfatizam os participantes do VII Congresso, ao final, que o reconhecimento das moções aprovadas e o esforço para a concretização das propostas e encaminhamentos deliberados neste Evento materializam o compromisso assumido pelo Brasil, à ratificação da citada Convenção da ONU, de adoção de todas as medidas, inclusive legislativas, necessárias à realização dos direitos das pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Curitiba-PR, 17 de outubro de 2015.

**FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES
DE SÍNDROME DE DOWN**

Ana Cláudia

09843605

Matéria referida:

– Carta de Curitiba.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, fomos surpreendidos; digo fomos, pois os movimentos sindical e social também ficaram boquiabertos com a entrevista do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra Filho, no final de semana, que entre outras coisas aponta a necessidade de flexibilização das leis trabalhistas, da terceirização e do negociado acima do legislados.

Respeitamos a posição do presidente do TST. Mas, entendemos ser lamentável. Não é retirando direitos dos trabalhadores que o Brasil vai crescer e se desenvolver.

Estamos solicitando um encontro com o Sr. Ministro.

Diz a entrevista. O Globo.

Presidente do TST defende flexibilização das leis trabalhistas.

No momento em que o desemprego está subindo, o novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra Filho, diz que a justiça trabalhista precisa ser menos paternalista para ajudar a tirar o país da crise.

Segundo ele, está na hora de o governo flexibilizar ainda mais a legislação trabalhista, como fez ao lançar o Programa de Proteção ao Emprego-PPE - que prevê redução de salário e de jornada - e permitir que empresas e sindicatos possam fazer acordos fora da CLT, desde que os direitos básicos sejam garantidos. "A Constituição permite", disse.

Aprovar o projeto que trata da terceirização, inclusive na atividade fim, também pode dar um fôlego às empresas, disse o ministro, que tomou posse na última quinta-feira.

Ele defende que o TST passe a incentivar juízes trabalhistas a insistir mais na realização de acordos antes de julgar as causas e sugere que isso seja usado como critério na promoção.

O ministro propõe, ainda, que o Tribunal reveja suas posições e defina parâmetros para pedidos de danos morais, que geram indenizações milionárias de "mão beijada".

Na sua primeira entrevista à frente da Corte, ele disse que o problema da economia brasileira é a falta de credibilidade do atual governo, que fez opções erradas e está às voltas com denúncias "muito palpáveis" de corrupção.

O GLOBO: A decisão do STF que autoriza prisão após decisão de 2ª instância se aplica à Justiça trabalhista?

IVES GANDRA FILHO: Esse princípio, aplicado na esfera criminal, tem que ser aplicado a todas as áreas, na Justiça do Trabalho e na Justiça Federal. A mesma coisa no setor privado e no setor público.

Se a União está deixando de pagar precatório, se está enrolando demais, tem que dizer: olha, já teve duas decisões, você pode recorrer para ao STJ, ao STF, mas você vai ter que começar a pagar.

O que precisa para ser aplicado às demais áreas?

A decisão de um juiz ser revista por um tribunal. A partir daí, 3ª instância, 4ª instância, é só para ver se seu direito está sendo interpretado de forma uniforme em todo o país. O TST, o Supremo não têm que julgar todas as causas, não são tribunais de Justiça.

A justiça se faz em duas instâncias e a uniformização é que se faz nos tribunais superiores.

O que nós podemos fazer aqui no TST é interpretar os dispositivos que tratam dos recursos à luz dessa jurisprudência do Supremo. Ou seja, ser mais parcimonioso quanto a dar liminar ou cautelar suspendendo a execução.

Já não é assim?

Hoje, a execução antes do trânsito em julgado é provisória. Você pode chegar até a penhora. No caso do pagamento imediato, na maioria das vezes o trabalhador tem que pagar uma caução, porque se a situação se reverter, ele vai ter que devolver e aí diz que não tem condições porque já gastou tudo.

O efeito da decisão do STF é que se vai começar a admitir que levante o dinheiro.

No fundo, a gente vai ter que decidir, fazer adequações. Mas, de qualquer forma, se a 2ª instância referendou a decisão da 1ª instância, você já pode começar a executar.

A medida poderá reduzir o tempo dos processos?

Se um processo leva dez anos, cinco na primeira para a segunda instância e fica cinco parado aqui, você conseguiria um efeito imediato de reduzir esse tempo pela metade e depois esperaria para ver se referenda ou não. Acho que o mais importante não é a redução do prazo, mas a eficácia: botar o bandido na cadeia mais rápido ou então você receber mais rápido o que tem direito.

A legislação trabalhista precisa de reforma?

A gente tinha que ter era uma legislação trabalhista que pegasse fundamentalmente os direitos comuns a todos os trabalhadores, como 13º salário, férias, adicional noturno, de periculosidade, horas extras, FGTS e Previdência.

O que diz respeito às condições específicas de cada categoria deveria ser na base de convenção e acordo coletivo, porque quem mais entende de cada ramo são eles (empresas e trabalhadores).

Defendo a prevalência do negociado sobre o legislado, semelhante àquilo que o próprio governo soltou que foi o PPE (Programa de Proteção ao Emprego do Ministério do Trabalho).

Mas o PPE não está impedindo as demissões.

O problema é que o governo, do ponto de vista econômico, não tem mais confiabilidade. Por mais isenta que a presidente Dilma esteja hoje com tudo o que houve em termos de desmandos, houve opções erradas do governo, houve desgoverno e, por outro lado, há denúncias muito palpáveis de corrupção.

No momento em que você perde a credibilidade, não adianta. Qualquer outro que ocupe o lugar dela agora contará com mais confiança da população do que ela.

Lembro da época do Collor que, no final do governo, montou o ministério dos notáveis. Não deu para salvar, porque já tinha passado do limite.

A reforma trabalhista poderia ajudar na crise? Como?

Não só ajudaria, mas resolveria praticamente. Por exemplo, muitas empresas pagam o transporte do trabalhador (buscam e levam) e a Justiça do Trabalho entende que é o horário que você fica está à disposição e conta como hora extra, mesmo que você esteja sentado, não fazendo esforço, não produzindo nada.

A empresa poderia sentar com o sindicato, dar algumas vantagens compensatórias e flexibilizar esse disposto da CLT, que fala do tempo à disposição do empregador.

O que a própria justiça trabalhista poderia fazer para aliviar a crise?

Discutir a jurisprudência. Este Tribunal pode colaborar mais ou menos com a superação da crise econômica, se levar em consideração o efeito que pode ter uma decisão no modelo econômico.

Poderia dar um exemplo?

Hoje você tem praticamente, em toda a reclamação trabalhista, pedido de indenização por danos morais. O simples fato de eu ter sido despedido me causou uma dor tão grande diz o trabalhador.

E quem sai feliz despedido? Ninguém. Mas não há nada na legislação trabalhista sobre este tema. Você pega a legislação civil e começa a aplicar na Justiça do Trabalho, sem parâmetros, sem critérios. O TST poderia criar esses parâmetros.

Outro exemplo é ampliação da teoria do risco: você está indo para o trabalho no seu carro e vem outro e bate em você e você se machuca muito. Quem bateu? Um terceiro.

Não é que o TST entende que é acidente de trabalho e a empresa fica responsável e tem que arcar com tudo, inclusive danos morais. Tem gente que ganha R\$ 100 mil, R\$ 500 mil. Virou uma loteria.

A crise pode estimular acordos entre as partes?

Sim. Em vez de impor às empresas determinadas decisões que terão um impacto muito grande, o juiz deveria tentar fazer acordo. Em dissídios nacionais, chego a gastar horas, mas eu fecho o acordo e, assim, consigo evitar a greve, como foi o caso mais recente dos aeronautas.

A primeira coisa que um juiz deveria fazer é tentar conciliar, depois ele vai julgar. O TST pode começar a estimular as conciliações. O juiz pode ser promovido, quanto mais conciliações ele tiver.

Os empregadores se queixam que a Justiça do Trabalho fica sempre do lado do trabalhador.

A Justiça Trabalhista continua sendo muito paternalista. No mundo não é assim. Nos EUA, tem muito mais ação na base e a maior parte de resolve através de acordo, depois de uma primeira decisão. Aqui, no Brasil, você quer ir até o Supremo.

Quanto mais paternalista, principalmente em época de crise econômica, menos você contribui para superá-la.

A nossa Constituição prevê a flexibilização de direitos em crise econômica. Se você não admite essa flexibilização, pensa que está protegendo o trabalhador a ferro e fogo.

É como se quisesse revogar a lei da gravidez por decreto, revogar a lei do mercado.

Você vai quebrar a cara. Se você pegar algumas ações, não tem condição, a gente dá de mão beijada R\$ 1 milhão para um trabalhador, que se trabalhasse a vida toda não ia ganhar aquilo.

Mas a reforma trabalhista é tabu no governo do PT.

Acho que os fatos vão pressionando de tal forma que, tanto a jurisprudência, quanto as decisões governamentais, como aconteceu com o PPE, caminham para mudanças.

Esse governo foi o que bateu mais contra a prevalência do acordado sobre o legislado e esse programa é claramente de flexibilização, ao permitir redução de salário e de jornada para período de crise. Os fatos vão se impor.

O TST tem se posicionado contra a terceirização na atividade-fim. Qual é a sua opinião?

Não adianta ficar com briga ideológica de que não pode terceirizar na atividade fim, só meio. Não existe mais a empresa vertical, em que você tem do diretor ao porteiro, todo mundo faz parte do quadro da empresa. Hoje, você funciona com cadeia produtiva.

A gente precisa urgentemente de um marco regulatório. A única coisa que não se admite é você ter duas pessoas trabalhando ombro a ombro no mesmo local, fazendo a mesma coisa, um sendo de uma empresa e outro de outra, um ganhando a metade do salário do outro.

E sobre a decisão do governo de permitir o uso do FGTS como garantia no crédito consignado?

A finalidade do FGTS é garantir [o sustento do trabalhador] durante um tempo depois da despedida.

Já existem várias exceções para o saque, como doença grave, aposentadoria, compra da casa própria e, à medida que você vai abrindo exceções para uma série de coisas que não são aquelas pelas quais ele foi criado, na hora em que você precisar, não terá nada.

Do ponto de vista jurídico, é mais uma exceção; do ponto de vista econômico, de racionalização do sistema, acho que, aparentemente ajudando o trabalhador, no fundo, você está prejudicando.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Realmente, são as praias mais bonitas do Brasil. Muito obrigada a V. Ex^a.

Convido S. Ex^a, o Senador Elmano Férrer, para assumir a Presidência dos trabalhos aqui na Mesa, ao tempo em que passo a palavra à S. Ex^a, o Senador Acir Gurgacz, que falará em nome da Liderança do PDT.

Em seguida, a oradora inscrita é S. Ex^a, a Senadora Gleisi Hoffmann, que falará pelo Partido dos Trabalhadores.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Acir Gurgacz.

(O Sr. Fernando Collor deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^{as}s e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado e também da Rádio Senado, no último dia 24 de janeiro, comemoramos 84 anos da conquista do voto para as mulheres em nosso País. Não pude fazer este pronunciamento, este registro no plenário na última quarta-feira, mas quero deixar aqui uma mensagem sobre esta data emblemática para a luta das mulheres e para o avanço da democracia em nosso País, até porque teremos na próxima semana, no dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher.

Portanto, em nome da Miguelina Vecchio, Presidente Nacional da Ação da Mulher Trabalhista (AMT), e, também, em nome da Marli Mendonça, Coordenadora da AMT do PDT, em Rondônia, parabenizo todas as mulheres rondonienses e todas as mulheres brasileiras, que, com sua sensibilidade e trabalho, ajudam a fazer, dia após dia, um país e um mundo melhor para todos.

E trago, também, algumas reflexões sobre a presença e as ações das mulheres na política e na vida pública. A luta pelo voto feminino em todo o mundo se mostrou o primeiro passo a ser alcançado no horizonte da igualdade. As sufragistas, primeiras ativistas do século XIX, eram assim conhecidas por terem iniciado um movimento de reivindicação do direito ao voto às mulheres.

Alguns passos nessa direção foram marcantes no mundo e, também, no nosso País. A Nova Zelândia foi o primeiro país que garantiu o voto feminino, em 1893. Outra importante conquista, na organização social das mulheres em direção à conquista do voto, foi a fundação da União Nacional pelo Sufrágio Feminino, no Reino Unido, em 1897.

No Brasil, essa luta inicia, em 1910, quando Deolinda Daltro fundou, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino. O objetivo era promover a cooperação entre as mulheres na defesa das causas que fomentassem o progresso do País, mas o foco de ação deste grupo foi a luta pelo sufrágio feminino, uma vez que as mulheres não podiam votar nem serem votadas. Porém, somente em 1919, Sr. Presidente, quando a bióloga Bertha Lutz fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, essas manifestações se tornam mais contundentes.

Observando o fio histórico, identificamos que a luta das mulheres não se restringia ao voto, mas partir dele como ponto fundamental em direção à igualdade de direitos. Essa mobilização toma corpo com uma militância orgânica, seja nos partidos políticos, seja nos movimentos sociais.

No plano nacional, o Presidente Getúlio Vargas resolve suprimir algumas restrições às mulheres, através do Decreto 21.076, de 1932, ao ser instituído o Código Eleitoral brasileiro, que, em seu art. 2º, deliberava que, abre aspas: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, na forma do Código”, fecha aspas. Em 1934, as restrições ao voto feminino foram eliminadas do Código Eleitoral, embora a obrigatoriedade do voto fosse um dever masculino.

Conquista do movimento das sufragistas, que se articulavam para pressionar o governo e dialogar com a sociedade, foi um importante passo para a construção da cidadania das mulheres, e, por isso, temos que dar visibilidade a essas mulheres, por sua determinação. Algumas delas são as seguintes: Srª Celina Guimarães Viana, primeira mulher a conquistar seu direito a votar, na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte, em 1927; Srª Carlota Pereira de Queirós, primeira mulher a ser eleita Deputada Federal, em 1933, paulista e médica, ainda participou dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte, entre 1934 e 1935; Srª Júnia Marise, do PDT, de Minas Gerais, e Srª Marluce Pinto, do PTB, de Roraima, são as primeiras Senadoras do País, eleitas a partir de 1990; Srª Esther de Figueiredo Ferraz, primeira mulher Ministra de Estado, na área da Educação, em 1982; e nas eleições de 2010, pela primeira vez na História do País, uma mulher foi eleita Presidente da República do Brasil, a Presidenta Dilma Rousseff.

Essas e muitas outras mulheres batalharam incansavelmente por mudanças que lhes garantissem uma gama de direitos restritos aos homens até então. Isso implicou mudanças políticas, sociais, culturais e, inclusive, econômicas. Esse processo repercutiu no conjunto da sociedade, e os avanços saíram do terreno das concessões, ganhando notoriedade e tornando-se direitos garantidos pela luta do conjunto de mulheres ao redor de todo o mundo.

A Lei nº 9.100, de 1995, trouxe uma grande conquista feminina, ao determinar que pelo menos 20% das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por candidatas mulheres. A Lei nº 9.504, de 1997, determinou que, no pleito geral de 1998, o percentual mínimo de cada sexo fosse de 25%. Já para as eleições posteriores, a lei fixou em 30%, no mínimo, a candidatura de mulheres.

Em 2009, a reforma eleitoral introduzida pela Lei nº 12.034 instituiu novas disposições na Lei dos Partidos Políticos, a Lei nº 9.096, de 1995, de forma a privilegiar a promoção e difusão da participação feminina na política brasileira. Entre essas disposições, está a determinação de que os recursos do fundo partidário devem ser aplicados na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, conforme percentual a ser fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% do total repassado ao partido. A reforma eleitoral exige ainda que a propaganda partidária gratuita promova e difunda a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10%.

Ainda temos muito para avançar nesse sentido, principalmente na fiscalização dessa legislação, a fim de que estejam efetivamente ocorrendo as mudanças esperadas internamente nos partidos políticos. Mesmo com todos esses avanços, o cenário atual é de baixa representação das mulheres e de suas demandas.

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Elas são cerca de 10% nos Parlamentos brasileiros: nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional, ou seja, as mulheres já são maioria nas universidades e estão conquistando cada vez mais o mercado de trabalho.

Mais de 30% das famílias são chefiadas por mulheres. E elas são 43% da população economicamente ativa no País. No entanto, ainda são minoria na política e nos cargos de comando.

Essa realidade provoca a reflexão de que não basta haver mulheres no poder. É preciso haver compromisso com as demandas desse segmento. A luta por igualdade almejada requer a participação das mulheres em todas as esferas de decisão, em que possam desenvolver uma consciência crítica sobre o seu papel na sociedade, filiando-se a uma luta mais ampla por direitos e transformações sociais e culturais.

O que me traz a esta tribuna é, mais do que comemorar a conquista do voto feminino – ainda que esse seja um episódio importante na construção da cidadania das mulheres –, trazer uma contribuição um pouco mais pretensiosa: é criar um compromisso meu e do meu partido, o PDT, e de toda a Bancada no Congresso Nacional, engajando-nos nessa luta para aumentar a representatividade das mulheres nos espaços de poder.

Meu partido está engajado nessa luta, capacitando mulheres em todo o Território nacional para o processo político e eleitoral. E esse trabalho tem dado resultado estatístico: praticamente dobramos o número de vereadoras eleitas em algumas regiões nas últimas eleições municipais e também aumentamos a presença nas assembleias legislativas.

O que desejamos é uma representante eleita com a perspectiva do voto feminino, que contribua fiscalizando o Poder Público no que tange ao exercício das políticas ou legislando em benefício dessas mulheres. Não se trata apenas de estabelecer a igualdade, mas de construir equidade entre os gêneros, porque é impossível igualar os desiguais.

O engajamento na luta das mulheres é inspirado no meu compromisso com a democracia e a justiça social.

Lugar de mulher também é na política!

Então, mulheres, participem, filiem-se a um partido político, venham para a Ação da Mulher Trabalhista do PDT e façam a diferença.

Agradeço, mais uma vez, o apoio da Miguelina...

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pois não. Só agradecendo à Miguelina pelo apoio na elaboração e na construção deste pronunciamento.

Com prazer, dou o aparte a V. Exª, Senadora Gleisi.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Acir. Estava aqui ouvindo o seu discurso sobre o Dia Internacional da Mulher, o mês de março, quando comemoramos as nossas conquistas e também evidenciamos os nossos desafios, e queria parabenizar V. Exª. Quero dizer que eu fico muito feliz de ver que homens como V. Exª, que tem uma postura tão firme nesta Casa em tantos outros assuntos, têm a sensibilidade de subir nessa tribuna e juntar-se a nós, mulheres, reafirmando a nossa luta, as nossas conquistas, entendendo que isso faz parte da democracia, faz parte do crescimento da dignidade da mulher e do povo. Então, queria apenas registrar meus parabéns e agradecer as palavras de V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann, pelo seu aparte. De fato, nós temos que ter essa atenção especial para com as mulheres, pois elas são muito importantes para o País, assim como os homens são também.

Todos nós somos importantes. Quando juntos trabalhamos, o resultado para o País, com certeza, é muito melhor.

Outro registro, Sr. Presidente, muito rápido.

O pontapé inicial para realização do Campeonato Rondoniense de Futebol Estadual de 2016 foi dado na noite de sábado, dia 27, com uma grande confraternização entre jogadores, dirigentes, empresários, autoridades e torcedores na nossa capital, Porto Velho. Estava presente o Deputado Airton Gurgacz e o nosso Presidente da Federação, Heitor Costa.

Este ano, o Campeonato Rondoniense de Futebol, organizado pela Federação do Estado de Rondônia, terá a participação de oito times: Ariquemes, Ji-Paraná, Guará-Mirim, Genus, Morumbi, Real Desportivo, Rolim de Moura e Rondoniense.

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – A competição terá início no dia 5 de março, com a realização de quatro jogos, e promete ser um campeonato bem organizado, com boas disputas e bom futebol.

Este ano, mais uma vez, nossa expectativa é contribuir para a evolução do esporte em nosso Estado, para a revelação de novos talentos e para que as famílias possam se divertir, indo aos campos de futebol, aos estádios, e ter momentos de lazer, o que certamente traz mais qualidade de vida para todos.

Portanto, desejo a todos um bom campeonato, e que vença aquele que mostrar o melhor futebol em campo. Desejo sucesso a todos os times de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Exª e somo-me a elas, como petebista, do Partido de Getúlio, como V. Exª também o é.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Gleisi Hoffmann, pela Liderança do PT.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras, quem nos ouve pela Rádio Senado, quem nos assiste pela TV Senado, venho hoje a esta tribuna para repercutir aqui o discurso do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nosso ex-Presidente Lula, feito no aniversário de 36 anos do PT, o Partido dos Trabalhadores, ao qual somos filiados, agora no sábado, dia 27 de fevereiro, no Rio de Janeiro.

Acho muito interessante porque o Presidente Lula tem uma facilidade muito grande de se comunicar com a população, com as pessoas. Ele sempre mistura os assuntos. Ele nunca fala só de política.

Ele iniciou o discurso dizendo que, no Rio de Janeiro, o time dele era o Vasco e que, mesmo o Vasco não estando bem, ele continuava vascaíno. Achei bonito isso, porque, muitas vezes, as dificuldades afastam-nos daquilo com que nos identificamos num primeiro momento.

E o Presidente Lula fez questão de reafirmar isso.

Mas reafirmou uma outra coisa que, para mim, simboliza muito o que é o Presidente Lula, a sua cabeça, a sua forma de pensar e a forma como ele dirigi este País. Ele disse: "O Vasco foi o primeiro time brasileiro a ter negros."

A importância que o Presidente Lula dá para a diversidade, para o reconhecimento das diferenças que temos na população, principalmente da população mais pobre, da população mais excluída, da população que sofre mais preconceito impressiona muito, Sr. Presidente. Por isso, eu não podia deixar de iniciar esta semana registrando esse pronunciamento do Presidente Lula, que passa por momentos dificílimos na sua vida política, pessoal, dificílimos do ponto de vista emocional. Mesmo assim, mostra a que veio.

E o Presidente Lula continua dizendo o seguinte em relação à economia: "Tem crise desde 2007 e não se resolveu depois de aplicarem US\$32 trilhões, porque querem resolver primeiro o problema do mercado e depois o do povo."

É simples. Na visão do Presidente Lula, é isso o que acontece. A grande crise que tivemos a partir de 2007 e 2008 ainda não foi resolvida e assola as economias inclusive desenvolvidas, exatamente por isto: porque querem resolver o problema do mercado antes, e não o problema do povo.

O Presidente Lula combateu a fome e a miséria como ninguém. Nenhum outro Presidente fez, nenhum outro líder político fez, nem no Brasil, nem no mundo. Nunca se retiraram tantas pessoas, em tão curto espaço de tempo, da situação de miserabilidade como o Presidente Lula fez. E eu lembro perfeitamente quando ele iniciou o seu governo. Ele disse:

Nós não precisamos resolver primeiro os problemas de mercado, os de crescimento econômico, para dar as mínimas condições de dignidade para o povo. Muito pelo contrário: quando a gente põe dinheiro na mão de pobre, nós estamos resolvendo o problema da economia. E, se quiser resolver a crise [continua ele], tem que olhar para o pobre outra vez: pobre não é problema, mas a solução! Este governo é nosso!

Foi o que disse o Presidente Lula, mostrando o lado que ele tem, a responsabilidade que ele tem para com este País e para com o seu futuro. E nós temos responsabilidade de ajudar o Governo, discutir, compartilhar e encontrar saídas. O militante do PT não pode virar as costas e dizer que o problema não é dele. O problema é nosso! O problema é meu, seu e da Dilma! Dilma tem que ter certeza de que, por mais que tenha discordância, o lado dela é esse.

Ela precisa de nós para enfrentar os ataques que sofre do Congresso e de outros setores da sociedade.

E aí é importante fazer um registro que eu considero muito esclarecedor para um governo numa democracia: a Presidenta Dilma disse, na sua visita ao Chile, na entrevista que deu, que ela governa para todos. Ela não governa só para o PT.

De fato, nas democracias, após o processo eleitoral, o governante eleito governa para todos. Sem dúvida alguma. Entretanto, como as eleições são um processo de escolha entre candidato e programas, um deles sai vitorioso. E é esse que deve dar a linha ao governo e estabelecer as prioridades. Caso contrário, nós não teríamos processos eleitorais; nós teríamos uma formatação consensual, e não é assim que é feita a nossa democracia. Então, um governante governa para todos, mas sempre orientado pelo programa de governo que lhe deu a vitória nas urnas.

Numa disputa eleitoral, dificilmente se ganha – principalmente como é o caso da disputa à Presidência da República no Brasil – com um único partido. Não conheço, na História, tirante o período da ditadura, que um único partido tenha disputado e ganhado as eleições no Brasil. Daí a importância das alianças políticas que agregam ideias coincidentes. Não agregam ideias idênticas, nem são hegemônicas, senão estaríamos todos no mesmo partido. O que isso quer dizer? Quer dizer que, num governo, ganha-se com um programa, ganha-se com uma aliança. E internamente se disputam, nesse governo, as ideias dessa coalizão que o levou a ganhar. Você tem a linha mestra do programa, mas você vai fazer disputas, sim, porque vai pender mais para um lado e mais para o outro.

Por isso é que se torna muito importante, Sr. Presidente, muito necessário ter a consciência da linha mestra que nos fez chegar ao Governo e nos fez chegar ao poder, para que não fiquemos à deriva das disputas internas num governo, estimulando a oposição a querer interferir nos rumos do governo e fortalecer suas posições.

E diz o Presidente Lula;

Nós vamos divergir no que tiver que divergir, falar o que tem que falar. Partido não tem que concordar com tudo o que o governo quer, e o governo não tem que concordar com tudo o que o partido ou os partidos que compõem a sua Base querem. Mas nós estamos juntos. É como um casal [diz o Presidente, de novo usando um exemplo simples]: você pode brigas com a tua mulher, mas ela é tua mulher. E você vai tê-la na hora do almoço, vai dormir com ela.

Portanto, precisa ter harmonia para conduzir esse casamento.

Há uma coisa que diz o Presidente Lula que acho fundamental: ele volta a criticar o que a oposição está fazendo em relação a ele e ao governo dele – a oposição com força da mídia, de instituições, de vários interesses deste País. Diz ele:

Se a oposição quiser voltar, se a grande mídia quer nos tirar, é bom eles saberem: se eles quiserem voltar ao poder, vão ter que aprender a ser democratas, disputar eleição e respeitar o resultado. Golpes nós não vamos aceitar. Vamos disputar democraticamente em 2018. Debater projeto.

Eu gosto dessa coragem do Presidente Lula, mesmo num clima extremamente difícil, adverso, inclusive a ele.

Apesar de tudo isso, a *Folha de S.Paulo* publica no domingo uma pesquisa do Instituto *Datafolha*, dizendo que o Presidente Lula é considerado o melhor Presidente da história do Brasil por 37% dos brasileiros. Nenhum outro Presidente atingiu esse patamar; aliás, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso não chega sequer à metade disso. Apesar de toda a desconstrução que fazem com o Lula, de todo o ataque que fazem contra ele, de toda a forma mais covarde que fazem para desacreditar um dos maiores líderes populares que este País já teve, Lula continua sendo o melhor Presidente do País na opinião dos brasileiros.

E mais incrível ainda, Presidente: qualquer que fosse o cenário eleitoral que tivéssemos no Brasil hoje, com qualquer candidato a disputar as eleições – Aécio Neves, Marina Silva, Geraldo Alckmin, José Serra –, o Presidente Lula estaria no segundo turno. E sabe por quê? Porque ele representa um projeto que mudou este País, e o povo mais pobre, o povo mais sofrido sabe disso.

O povo mais pobre, o povo mais sofrido pode estar decepcionado agora com o nosso Governo, estar decepcionado com a Presidenta Dilma, estar decepcionado com a condição da economia, mas sabe que também, do outro lado, não há ninguém que o vá defender como defendeu o Presidente Lula, como defendeu o PT. Não há ninguém que vai defendê-lo dessa forma, com a coalizão que foi feita. E o Presidente diz o seguinte:

O projeto que interessa a este País é o projeto que colocou o mais pobre na universidade e comida na mesa do brasileiro, que mais investiu em educação e fez 40 milhões de pessoas ascenderem na escala social, e levou energia elétrica a milhões e milhões de brasileiros.

Se durante 500 anos não souberam cuidar desse povo [mais pobre] e nós em doze anos ensinamos que é possível tratar esse povo com dignidade.

Uma menina negra da periferia chegar à universidade e ser doutora. E o moleque da periferia não ser trombadinha, mas ser doutor [É isso que nos fala o Presidente que incluiu tanta gente].

Eles passaram quatrocentos anos para fazer a primeira universidade [é verdade, a primeira universidade deste País é a Universidade Federal do Paraná, universidade pública, feita no início do século passado]. Em doze anos colocamos mais jovens na universidade que eles colocaram em cem anos.

Só o meu Estado, o Estado do Paraná, que ficou por mais de cem anos com apenas uma universidade federal, hoje tem quatro universidades federais, feitas a partir de 2008, no governo do Presidente Lula.

“Eles não precisavam porque faziam pós-graduação na Sorbonne, em Harvard e não sei mais aonde. Eles não sabiam que pobre também é inteligente”, que pobre, se tiver a oportunidade, pode ascender na vida, pode fazer um curso universitário. Foi o PT que mudou isso, junto com os partidos que ousaram formar essa coalizão.

“Quando eu cheguei lá, não era um Presidente, era um trabalhador que sabia o que era chão de fábrica e sabia o que era a fome, porque eu tinha passado fome”.

Eu admiro muito o Lula e duvido muito que ele não tenha seus erros, como qualquer ser humano. Todos nós cometemos nossos pecados, temos as nossas dores, também temos nossos acertos e nossas qualidades. Eu tenho certeza de que o Lula tem mais acertos que qualidades, e eu admiro muito esse Presidente. Admiro sobretudo sua coragem por, mesmo num momento de adversidade, fazer o combate e enfrentar o que nós estamos passando, tentando desnudar o que está sendo construído no País para tirar o PT do mapa e acabar com o Presidente Lula. Ele enfrenta as dificuldades. E é isso que faz dele o maior líder político popular da nossa história. Depois de Getúlio, eu não tenho dúvida, é Luiz Inácio Lula da Silva.

E quero continuar o que ele disse, que acho muito importante. Ele disse o seguinte:

Eu ando de saco cheio com o comportamento de nossos inimigos na imprensa. Nós brigamos na Constituinte para ter um Ministério Público forte e independente, e tem um Ministério Público fazendo jogo da *Veja* e do *Globo*.

Não merecem o cargo de quem está no cargo para fazer justiça. (...) Sou acusado de ter um apartamento. Um triplex Minha Casa, Minha Vida, 200 metros quadrados. Quero ver como é que vai ficar essa história.

Digo que não é meu, a empresa diz que não é meu, mas um cidadão que obedece à Globo diz que o triplex é meu.

Quero saber quem é que vai me dar esse maldito apartamento. Como Deus escreve certo por linhas tortas, inventaram uma offshore no Panamá – offshore, não sei o que é isso, deve ser coisa para enganar pobre. Disseram que a empresa veio do Panamá para ser dona do meu apartamento e é dona do triplex da Globo em Paraty, é dona do helicóptero (da Globo).

E a Globo notificou os blogueiros pra tirar o nome da Globo. Então vamos notificar a Globo para tirar o nome do PT como ela usa todo dia.

Todo mundo aqui conhece o Jacó Bittar, meu companheiro de 40 anos, fundador do PT, da CUT e Prefeito de Campinas. O Jacó Bittar inventou de comprar uma chácara para eu usar quando deixasse a Presidência. A chácara não é minha. Ela foi comprada com cheque administrativo. O Jacó deu ao filho Fernando. Eles dizem que a chácara é minha.

Quando acabar esse processo, vão ter que me dar um apartamento e uma chácara. Todo santo dia, levantam dúvidas e mais dúvidas.

Quem não assistiu aqui às matérias jornalísticas dando conta de que a Dona Marisa havia comprado um barco – um barco – de lata, de R\$4 mil, para levar para a chácara?

Será que um ex-Presidente da República não pode comprar um barco? Será que um ex-Presidente da República não pode usar uma chácara, como Lula está usando? Por que não se fala de outros apartamentos, de outras fazendas, de outros bens de outros políticos e presidentes que já passaram pela história deste País? É porque Lula é operário? É porque foi um pobre que subiu à Presidência da República?

Diz ele:

O PT não nasceu pra ficar calado!

Se um companheiro do PT cometeu erro, vai pagar pelo erro. Mas não podemos culpar milhões de jovens que ascenderam na política por causa do PT.

Já fui prestar vários depoimentos. A partir de segunda-feira [hoje, portanto], vão quebrar meus sigilos fiscal, telefônico, tudo, meu, da Marisa, da minha netinha e até da minha mãe.

Esse é o preço?

Eu pago! Mas eu duvido que tenha um mais honesto do que eu. É processo em que a Policia Federal e o Ministério [Público], essas instituições não podem fazer, como esse procurador [que tentou me denunciar], que fala primeiro com a revista [Veja] e a Globo e depois com o advogado. Pessoas para estarem presas tem que ser julgadas.

Não podemos criminalizar qualquer pessoa pela manchete da imprensa. Juízes têm medo de votar com medo da manchete do jornal.

Não podem agir com medo da opinião pública. Se querem disputar a opinião pública, não podem ter emprego vitalício e ficar sob a pressão da imprensa. Disputem um cargo eleitoral. Venham ser Deputados, Senadores. Aí se disputa a opinião pública.

Diz Lula:

Eu tenho 70 anos de idade. Quando eu tive um câncer na garganta, muita gente disse: acabou, esse peão vai embora.

Quero dizer ao Ministro da Suprema Corte, ao juiz mais simples, da televisão maior a menor: não vão me derrotar mentindo. Vão ter que me enfrentar na rua. Eles pensam que fazendo essa perseguição vão me tirar da luta.

O PT é um movimento que em doze anos [tem 12 anos no Governo] fez o mundo admirar este País extraordinário. Eles têm ódio. Já tiveram muitos cientistas políticos e usineiros governando este País e nenhum deles participou de uma reunião do G8, e participei de todas. O que eu tenho e que eles não têm é vergonha na cara e compromisso com o povo.

Quero lançar um desafio. Pensei em sair do Brasil e deixar a Dilma governar. Se for necessário, quero dizer, alto e bom som: terei 72 anos [em 2018] com tesão de 30 para ser candidato a Presidente [da República novamente]!

Esse é o Lula e é isto que está em jogo: a Presidência de 2018. Pela pesquisa publicada pelo Datafolha, no Jornal Folha de S.Paulo, pode-se evidentemente ver isso. Apesar de haver uma série de dados positivos, a manchete, é óbvio, rumou para o lado negativo.

Mas o fato é que essa pesquisa diz que Lula estaria no segundo turno. E eu tenho certeza de que ganharia as eleições neste País.

Por quê, Senador? Porque ele tem o lado do povo, sabe o que é passar fome, deu condições a este povo de ascender, deu condições a este povo de cursar escola, de cursar universidade, de ter salário digno, de ter renda, mesmo vivendo uma das piores crises econômicas, como a que estamos vivendo no País, hoje, que é uma crise grave, como as das décadas de 80 e 90. O nosso povo está sentindo menos esta dor na sua pele. Por quê? Porque tem proteção social, tem um salário mínimo, que foi aumentado pelo poder real, com base no poder real.

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Existe o Bolsa Família, que foi ampliado. Existem, hoje, milhões de aposentados e pensionistas que dependem do salário mínimo e têm mais dignidade em suas vidas. Temos benefício de prestação continuidade. Temos uma rede de proteção social.

Muitas vezes, a elite não suporta isso, porque é isso que está em jogo. Trata-se de alguém que ousou falar, alguém que ousou lutar pela parcela mais pobre da população.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco União e Força/PTB - PI) – Senadora, V. Ex^a me permite um aparte?

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco União e Força/PTB - PI) – Como nordestino, não poderia, neste instante, deixar de me somar às palavras de V. Ex^a, sobretudo eu, que, na campanha ao Senado, em 2014, procurei o Presidente Lula no seu instituto...

(Interrupção do som.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu pediria, Presidenta, que nos desse mais cinco minutos para terminar.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco União e Força/PTB - PI) – No Instituto Lula, em São Paulo, para que ele fizesse uma gravação pedindo aos piauienses que olhassem para a minha candidatura, que, naquele momento, parecia uma aventura. O pedido dele foi importante para que pudéssemos superar o outro candidato, ex-Governador do Estado por dois mandatos. No ano passado, já como Senador eleito, eu o procurei, no momento em que o Instituto estava um pouco deserto. Fui em família, com minha esposa e minha filha, agradecer a importância que ele teve em minha eleição. Eu o fiz com a consciência muito tranquila e com gratidão. E queria ressaltar, também como nordestino, o trabalho que ele fez para reduzir a pobreza na nossa região e no País. Ele, como nordestino, como disse V. Ex^a, passou por profundas dificuldades na roça, nos sertões secos do Nordeste, e saiu da região na época de uma grande seca, em 1958, com toda a família, na busca de melhores dias. Ao chegar a São Paulo, começou a escrever uma história que culminou como o primeiro Presidente da República operário, migrante de uma região castigada, que ainda continua assim. Funda um partido, juntamente com a intelectualidade, com a igreja, com os movimentos sociais do Brasil, e chega à Presidência da República. Então, quero trazer o testemunho da contribuição que ele deu para a redução da pobreza, da miséria, para a criação de uma nova classe média em nosso País. Enfim, é neste momento de profundas dificuldades que devemos reconhecer seu trabalho, estar presentes, ser gratos, ter reconhecimento. Eu me somo a todas as palavras de V. Ex^a e transmito aqui a minha gratidão e o meu reconhecimento, como Senador da República, do trabalho dele, como ex-Presidente da República, que foi importante para a minha eleição no Estado do Piauí. Eram as considerações que eu queria fazer neste instante.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Elmano Férrer, suas palavras, que são muito significativas. De fato, V. Ex^a vem de uma região que sempre sofreu muito na história deste País, em que a pobreza sempre foi maior do que na Região Sul e na Região Sudeste, sempre teve mais dificuldades para ter acesso a investimentos e a políticas mais estruturadas. O depoimento de V. Ex^a só vem reafirmar o que estou dizendo. Fico muito feliz que V. Ex^a tenha se somado a mim neste momento de dificuldade para o Presidente Lula. Mas sei que mesmo essas dificuldades, que são terríveis, serão vencidas, porque desde bebê, desde pequenininho, ele foi forjado na dificuldade.

Eu queria dizer também que foram importantes os passos da Presidenta Dilma em relação à gestão da nossa economia em seu primeiro mandato. Nós não vamos permitir o golpe, como disse o Presidente Lula. A Presidenta Dilma, com todas as dificuldades por que passa agora, explicitou o confronto com o setor financeiro do País e adotou medidas de grande impacto, avaliando a crise econômica dos Estados Unidos, que se espalhava para a Europa, com tantas consequências para os países em desenvolvimento.

Ela adotou medidas importantes, mais tarde batizadas de “nova matriz econômica”, que foram criticadas, desacreditadas pelo sistema, pela mídia, mas que dão a dimensão do compromisso da Presidenta com a ampliação das mudanças pelas quais o Brasil havia passado no governo do Presidente Lula.

E qual era a direção dessas mudanças que nós tanto queríamos naquele início do primeiro governo?

A redução dos juros; a desvalorização cambial para o fortalecimento da indústria nacional; o crédito barato, ainda que puxado pelos bancos públicos; uma política fiscal expansionista, principalmente nos investimentos; e a reindustrialização, com tarifas menores nas importações, maiores nas importações, investimentos em infraestrutura, concessões, benefícios tributários. Pudemos acompanhar isso de perto – eu, como Ministra-Chefe da Casa Civil, e tenho certeza, também, de que o Senador Garibaldi, como Ministro da Previdência.

Talvez por inabilidade política, pela forma de atuação, o programa não conseguiu trazer o apoio das forças progressistas; muito pelo contrário, ele unificou as forças conservadoras do nosso País. E unificou algo que, ao meu ver, é um equívoco em termos de visão de desenvolvimento, mas que nós vamos ver logo, logo, aqui na frente.

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Unificou o setor financeiro com o setor produtivo, ao ponto de o setor produtivo ter críticas à queda dos juros que foram praticados no primeiro mandato da Presidenta Dilma. Aí, descobriu-se que o setor produtivo ganhava muito, também, com as operações de mercado e com a administração de boca de caixa. Todo aquele esforço da Presidenta Dilma para que pudéssemos sair da crise com a indústria nacional fortalecida não teve o sucesso que esperávamos.

Em razão de tudo isso, em razão da situação política, do perfil dela de gestão, o que aconteceu foi que proliferaram as fofocas, as conjecturas – as conjecturas do fim do PT, do fim do Lula, do rompimento da Presidenta com o PT, do rompimento da Presidenta com o Presidente Lula –, e isso continua vicejando na nossa imprensa, nos comentários políticos, nas discussões de rodinhas.

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Quero dizer a V. Ex^{as} que não é isso que vai acontecer, não é isso que está acontecendo. Nem Dilma, nem o Governo, nem o PT têm direito a radicalizações ou a ruptura. Nós temos o governo mais longevo da história deste País, da história recente deste País. O governo mais longevo. E isso exige de todos nós uma grande maturidade. Devemos, mais do que ninguém, saber para quem governamos, assim como também devemos saber que um governo, para avançar, faz mediação.

De novo, a voz mais sensata é a voz do Presidente Lula, como já falei aqui, no início deste discurso. Mesmo sofrendo o que está sofrendo – a desconstrução política que estão fazendo –, o Presidente Lula consegue ter serenidade e consegue olhar para a frente; coisas dos grandes líderes, dos estadistas. E ele diz o seguinte: este Governo é nosso e nós temos a responsabilidade de ajudar,...

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – discutir, compartilhar e encontrar saídas.

Vamos divergir o que tiver que divergir, falar o que tem que falar, Dilma tem que ter certeza de que por mais que tenha discordância, o lado dela é esse. Sem confrontos e sem quedas de braço. O que nos motiva é o projeto de País que nós construímos até aqui; a responsabilidade para com o povo brasileiro.

O PT e as forças progressistas têm de dar sustentação ao Governo, e a Presidenta Dilma tem de conduzir seu Governo, ainda que com fragilidade política baseada no programa que lhe deu a eleição. Tem que governar para o povo e não para o mercado.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Permito, sim, Senador.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Quero dizer, Senadora Gleisi, que tive oportunidade de conviver com V. Ex^a então Ministra-Chefe do Gabinete Civil e eu Ministro da Previdência. Quero dar um depoimento de que V. Ex^a sempre foi muito receptiva às iniciativas da Previdência. Mas nós não estamos aqui para dizer isso, apesar de querer fazer justiça a V. Ex. Nós estamos aqui ouvindo um discurso de V. Ex a respeito da crise que o País atravessa, e também do que V. Ex^a considera como injustas aquelas afirmações ou aquelas acusações com relação ao Presidente Lula e que também atingem, também, o Governo da Presidenta Dilma. Eu, a despeito de não ser do PT, tenho confiança de que, em uma hora como essa, o PT vai se mostrar unido ao lado do Presidente Lula e da Presidente Dilma porque seria, realmente, um cenário muito difícil ver o País enfrentando uma crise como essa e o Partido da Presidenta da República entrando em rota de colisão com o Governo da Presidenta Dilma. Eu, pelo menos, não acredito, não sou petista, mas não acredito que isso venha a acontecer.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço seu aparte, Senador, ex-Ministro Garibaldi, meu colega de Governo, uma pessoa por quem eu tenho grande admiração e respeito. Pode ter certeza de que não é isso que vai acontecer. Já passamos por crises mais difíceis, momentos mais duros na história política do nosso Partido, e não vai ser agora, com a conquista que nós tivemos dos governos Lula e Dilma, que vamos romper o equilíbrio e a sustentação desse Governo que é tão importante para o Brasil.

Foi isto que eu vim falar aqui, defender o legado do Presidente Lula, defendê-lo, acima de tudo, pelo que ele representa para este País; defender o projeto do PT e dizer que a Presidenta Dilma, sim, tem o apoio do PT.

Tenho certeza de que ela vai estar sempre ao lado do povo e na continuidade desse projeto de governo que a elegeu.

Muito obrigada.

(Durante o discurso da Sr^a Gleisi Hoffmann, o Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ana Amélia.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Convidou para fazer uso da palavra o Senador Elmano Férrer, numa permuta comigo, que estou na Presidência, porque sou a próxima oradora inscrita.

Obrigada, Senador, pela gentileza.

Está inscrito também o Senador Garibaldi Alves.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia, Sr^s e Srs. Senadores, conforme foi amplamente noticiado, o Congresso Nacional realizou sessão solene em homenagem à Campanha da Fraternidade do corrente ano, cujo foco trouxe à tona o quadro de saneamento básico do nosso País.

Meus cumprimentos, portanto, Sr^a Presidente, à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs que, em tempos de *aedes aegypti*, proporcionam um debate com a sociedade sobre o saneamento em nosso País.

A escolha do lema da campanha “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca”, colhido do livro de Amós, capítulo V, versículo 24, não se deu por acaso. Amós fundamenta sua pregação profética numa denúncia social aguda, chamando a atenção para o progresso que não se traduz em igualdade e justiça para todos.

Sem embargo das valiosas contribuições que Parlamentares outros trouxeram ao melhor entendimento do problema, tomo a liberdade, não apenas como Senador, mas como homem de fé e católico praticante, de trazer também uma modesta contribuição à discussão de tão momento tema, com especial destaque ao Estado que honrosamente represento aqui nesta Casa, o Estado do Piauí.

Sr^a Presidente, nosso sistema de saneamento e saúde é insuficiente, inadequado e está muito associado à pobreza, afetando, principalmente, as populações de baixa renda, mais vulneráveis por uma série de fatores, como a subnutrição e a falta de informações básicas sobre higiene e cuidados pessoais.

Ao se fazer uma relação entre os baixos índices de saneamento e a incidência de doenças endêmicas diversas, principalmente as transmitidas por veiculação hídrica, por má distribuição e tratamento inadequado das águas, chega-se à conclusão de que eles respondem por pesados impactos no Sistema Único de Saúde e na saúde geral da população.

Como reconhece a Organização Mundial de Saúde (OMS) e organismos do porte do Instituto Trata Brasil, que monitora e acompanha os investimentos oficiais na área, ter ou não ter água de qualidade e um sistema de coleta e tratamento de esgoto ou de coleta e tratamento de resíduos sólidos faz toda a diferença para prevenir doenças que sobrecarregam o sistema de saúde e ocupam milhares de leitos hospitalares em nosso País. E, para coroar esse quadro dantesco, afastam milhares de trabalhadores brasileiros de seus postos de trabalho.

Concordo com as palavras do ilustre e companheiro Senador Cristovam Buarque quando afirma que o saneamento é uma das condições de decência, de fraternidade até, mas tenho que o saneamento é também questão de cidadania, e, como tal, o seu exercício não pode sofrer limitações de ordem temporal, espacial ou econômica sob pena de estarmos consagrando estranha e odiosa divisão entre cidadãos de primeira, segunda e terceira classes.

Sr^a Presidente, minhas senhoras e meus companheiros Senadores, apesar dos avanços dos últimos 10 anos, principalmente no que diz respeito ao acesso à água potável, o cenário do saneamento básico no Brasil é alarmante, em que apenas 48,1% da população têm cobertura de esgoto, o que equivale a dizer que mais de 100 milhões de brasileiros ainda não usufruem desse serviço básico, fundamental à saúde.

O Governo Federal, Sr^a Presidente, pretende universalizar o saneamento básico do Brasil até 2033, com investimentos para o período de R\$302 bilhões, para as obras de saneamento de água e esgoto, fora outro

componente importantíssimo para os indicadores de saúde pública, que é a coleta e tratamento de resíduos sólidos, não incluído nesse cálculo de trezentos e poucos bilhões de reais.

Mas as boas intenções do Governo sofrem ação corrosiva de dois males recorrentes da Administração Pública brasileira de todos os tempos: a incapacidade de executar o que se planeja e a desarticulação entre os três entes da Federação.

Tomando-se como referência as obras de saneamento previstas pelo PAC para as 100 maiores cidades brasileiras, apenas 14% delas estão prontas após cinco anos de início de trabalho. A maioria, portanto, de 65% das obras – e aqui me valho dos dados do referido Instituto Trata Brasil –, está atrasada, paralisada ou sequer começou.

O meu estimado e querido professor, que o nosso Senador Garibaldi Alves conhece, o Leonides Filho, dos quadros na Universidade Federal do Pernambuco, economista e, durante muitos anos, Superintendente-Adjunto da Sudene, sob cujo comando tive a honra de trabalhar, diz, com muita propriedade, que os planos, os programas são riquíssimos no que fazer, mas pobres no operacionalizar, no como fazer e quem fazer.

Os ditos planejadores econômicos, que atuam na área do planejamento substantivo, são grandes especialistas em diagnósticos, prognósticos, fixação de metas e estratégias, fixação de fontes de recursos, mecanismos de acompanhamento e avaliação, mas os responsáveis pela execução são sempre esquecidos no planejamento, que é de cima para baixo. Não participam da elaboração de planos, muito menos de projetos e programas, recebendo-os prontinhos e aprovados.

O que acontece, o mais das vezes, não é a escassez de recursos, mas, sim, o desperdício, a incapacidade de utilizar esses recursos em tempo hábil e adequadamente na dicotomia entre as etapas de concepção, de elaboração e de aprovação de projetos com a etapa de execução, em que reside a incapacidade operacional de implementá-los, provocando baixos índices de sua execução e consubstanciais prejuízos para a sociedade. Eis o resumo do que colhi com Leonides Filho.

Sra Presidente, Srs e Sras. Senadores, a lenta evolução das obras e dos indicadores de saúde compromete a meta governamental de universalizar o saneamento em duas décadas. No caso do meu Estado, o Piauí, e, em especial, da minha queridíssima Teresina, o caminho a percorrer é longo. Com uma cobertura de esgoto de apenas 18%, Teresina, ao lado da nossa querida capital Belém, de São Luís, da capital do nosso companheiro Senador Garibaldi Alves, Natal, de Macapá, a capital aqui do Estado do meu querido João Capiberibe, apresenta um cenário intolerável e inaceitável. Os serviços de coleta e de tratamento de esgotos são precários e insuficientes. Do manejo dos resíduos sólidos nem devemos falar: usa técnicas já ultrapassadas, quando existem.

É preocupante a lentidão com que avançam as obras do PAC na minha cidade de Teresina, por meio de dois contratos firmados entre o Governo Federal, o Ministério das Cidades e a Águas e Esgotos do Piauí (Agespisa), que é uma companhia de águas e esgotos, que se arrastam há mais de oito anos. O primeiro, de 2007, para a implantação de estações elevatórias, redes coletoras e ligações à estação de tratamento da água, abrangendo quase 225km, encontra-se paralisado, com menos de 18% de execução. O segundo, de 2008, com a conta de empréstimo via FGTS, Caixa Econômica – não vou citar o valor –, abrangendo quase 100km de rede, está igualmente paralisado, com cerca de 30% de execução.

Não bastassem os prejuízos que a paralisação de obras traz ao beneficiário final, que é o cidadão, é desolador ver volumosos recursos públicos serem esterilizados pelo aumento do custo das obras em função do recrudescimento da inflação. Tal circunstância exigirá o aporte de novos recursos em tempos de escassez ou a redução de metas, além da reformulação de planos e projetos, o que redundará no alongamento dos cronogramas, novos atrasos e prejuízos para a população e para o Erário.

Preocupante também, Sra Presidente, é o ritmo das obras de saneamento e esgotamento sanitário em 14 Municípios às margens do Rio Parnaíba. Esses Municípios, juntos, representam em torno de 8% da população do Estado, e a maioria deles, após concluídas as obras, terá 100% de cobertura de esgoto.

Essa ação iniciou-se em meados de 2007, com recursos PAC, envolvendo o Ministério da Integração e a Codevasf. Falo de um volume de investimento da ordem de R\$288 milhões para o esgotamento sanitário e ligações intradomiciliares. Estamos em 2016 com obras ainda em execução e sem a conclusão das ligações da rede de esgoto às residências.

Volto à minha querida e bela Teresina, cidade mesopotâmica de quase 1 milhão de habitantes, que representa em torno de 26%, Sra Presidente, da população do nosso Estado, com indicadores positivos em várias áreas, como geração de emprego e centralização em prestação de serviços de saúde, que é uma referência regional, com um polo de ensino médio e superior nacionalmente reconhecido, com uma forte vocação para o turismo e para os negócios, inclusive para o abastecimento de bens duráveis e de consumo, que extrapola as fronteiras do Estado. Entre tantos outros impulsos positivos que detém, Teresina, cidade que governei, tem,

no entanto, no preocupante quadro sanitário, um persistente entrave ao seu desenvolvimento urbano e ao seu destino de progresso e grandeza.

Portanto, Srª Presidente, as cidades do Brasil crescem. O processo de urbanização, Sras e Srs. Senadores, é irreversível.

Em sintonia com a Encíclica *Laudato Si'*, do nosso querido Papa Francisco, precisamos da união de toda a família humana e, em especial, de toda a família brasileira na busca de um desenvolvimento sustentável e integral. Na perseguição de tal desiderato, nossas responsabilidades são múltiplas, e a primeira delas, sem dúvida, é correr com as obras de saneamento básico, para que a universalização tão sonhada não fique cada vez mais distante, ficando consequentemente em papel, em projetos e em programas.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Elmano, peço um aparte a V. Exª.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Com a palavra o Senador João Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – V. Exª toca num aspecto preocupante no nosso País que é o saneamento básico. Nós ainda temos um percentual elevadíssimo de pessoas que vivem sem água tratada, sem rede de esgoto. Eu não conheço a situação específica de outros Estados, mas conheço a do meu. Conheço e acompanho a contabilidade pública do Amapá desde que o dinheiro passou a ter memória, desde 1994 até 2014 – em 2015, eu ainda não tive acesso à contabilidade, ao balanço geral do Estado. O que eu posso lhe afirmar é que, ao longo desses 25 anos, instalaram-se algumas quadrilhas em torno do orçamento público que desviaram, pelos meus cálculos, em torno de R\$1,5 bilhão a R\$2 bilhões. Com esse dinheiro, seria possível atender com água e esgoto 100% da população do Estado. Então, não é a falta de recursos, não foi a falta de dinheiro, mas exatamente o desvio desse dinheiro, a apropriação privada desses valores coletivos, desse valor de dinheiro pago pelo cidadão. Só agora, depois de 25 anos, é que a Justiça começa a dar resposta. Amanhã começa um interrogatório de várias autoridades do Poder Judiciário, desembargadores, procuradores de Justiça, conselheiros do Tribunal de Contas, Deputados estaduais, que passam a responder ao STJ. Amanhã um juiz instrutor, delegado pelo STJ, estará, a partir de amanhã, ouvindo e interrogando essas autoridades sob suspeita de conluio, sob suspeita de terem praticado atitudes criminosas no exercício de suas funções. Também no dia 16 vindouro, vamos ter o julgamento de um grupo de pessoas que desviaram fortunas da Assembleia Legislativa do Amapá. É o primeiro julgamento no primeiro processo da operação, chamada Operação Eclésia, que fez busca e apreensão na Assembleia Legislativa e apreendeu farto material comprobatório, notas fiscais falsificadas, contratos falsos, notas fiscais frias. Isso se transformou em mais de 40 processos criminais e de improbidade administrativa. No dia 16, vai a julgamento o primeiro caso, que envolve o ex-Presidente da Assembleia e o ex-Secretário da Mesa, o ex-Presidente Moisés Souza e o ex-Secretário da Mesa Edinho Duarte. Eles serão julgados no seu primeiro processo. O ex-Presidente da Assembleia tem mais de 20 processos criminais. A expectativa no Amapá é muito grande, porque esses dois eventos podem provocar um transe histórico naquela sociedade, que ficou sem água e sem rede de esgoto...

(Soa a campainha.)

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... porque o dinheiro que deveria ser aplicado ali infelizmente foi desviado.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI. Como Líder.) – Pois não, Senador Garibaldi.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Na mesma linha do Senador Capiberibe, mas não chegando a esses casos deploráveis da administração dos recursos públicos no Estado do Amapá, apenas quero dizer que V. Exª faz um discurso aqui em tom de advertência, porque, na verdade, estamos enfrentando essas epidemias agora com os recursos da medicina curativa, quando, na verdade, deveríamos ter exercido o trabalho preventivo, reclamado por V. Exª nessa tribuna neste momento.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Exatamente isso.

(Soa a campainha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Na realidade, são dois aspectos interessantes. De uma parte, vimos o Deputado Capiberibe falar em 25 anos decorridos de aplicação de recursos, e só agora estão apurando. De outra parte, V. Exª, Senador Garibaldi, fala da importância do saneamento como prevenção às gravíssimas doenças que erradicamos há mais de 50 anos e que estão voltando com esse processo de urbanização que houve no Brasil, de ocupação urbana sem nenhum planejamento.

Em saneamento básico, esgoto, poucos governantes no passado quiseram investir, porque as obras não davam inauguração, ninguém via, ficava sob a terra.

São problemas gravíssimos que temos que enfrentar, principalmente este, que diz respeito, minha estimada Senadora Ana Amélia, à estrutura do Estado brasileiro.

(Soa a campainha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Aqui me referi e me vali de afirmativas do estudioso Leonides Filho, que tem estudado o planejamento do Brasil, o planejamento regional. Ele fala que se planeja, que se estimam recursos, com bons projetos, mas, na hora da execução, há um verdadeiro desastre. Isso ocorre em decorrência da desarticulação, Sr^a Presidente, entre os níveis de governo: a União, os Estados-membros da Federação e os Municípios. Daí por que – permitam-me defender – a reinvenção do Estado brasileiro. O Estado que temos aí não mais atende às aspirações e aos desejos da população. Essa é que é a triste e lamentável realidade.

(Soa a campainha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Aqui, neste Senado, que é a Casa da União, dos Estados e dos Municípios, consequentemente da Federação brasileira, temos que retomar esse processo de construção de um novo Estado. O Estado que nós temos não mais satisfaz aos desejos e aspirações coletivas. Este Estado que está aí se esgotou. Este Estado não atende e não responde aos grandes problemas nacionais. É sobre isso que temos que nos debruçar.

Temos uma crise econômica, sobretudo política, ética e moral? Temos, mas temos também uma crise do Estado brasileiro. Daí eu defender que passemos a nos debruçar sobre a reinvenção do nosso Estado.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Era isso que nós tínhamos a fazer no dia de hoje.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento-o, Senador Elmano.

Como tínhamos combinado de V. Ex^a assumir a Presidência, fico-lhe grata pela gentileza, porque tínhamos feito uma permuta.

Eu estava antes inscrita e agora queria informar que há dois Líderes inscritos, o Senador Humberto Costa, que pediu para fazer uma permuta, e o Senador Wellington Fagundes.

Agora, eu falarei; falará o Senador Humberto, se estiver, ou o Senador Wellington. E o Senador Capiberibe, porque é um orador inscrito e um Líder. V. Ex^a está como orador inscrito. Então, retomando: uso a tribuna; o Senador Wellington ou o Senador Humberto; Senador Capiberibe, inscrito; o Líder, se voltar, Senador Humberto; e o Senador Garibaldi.

(A Sr^a Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Igualmente, Senador Elmano Férrer, também tenho o dilema do esgoto a céu aberto, também tenho o dilema da falta de saneamento básico, embora seja cantado em prosa e verso como um Estado rico. Então, não é diferente em algumas cidades onde 90% da situação de alguns Municípios ainda não está resolvida, inclusive na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, hoje é segunda-feira, para quem acompanha e vive o dia a dia da política e da crise que está engalfinhando o Brasil, não só política, uma crise ética, uma crise financeira, uma crise econômica, uma crise federativa. Mas, em todo esse processo, nós sempre resguardamos o papel das instituições, que estão reafirmando a sua relevância, a sua independência, o que dá a garantia de estarmos vivendo num verdadeiro Estado democrático de direito, porque as instituições estão funcionando exemplarmente.

E é exatamente por conta dessa constatação, dessa percepção, com a notícia de que o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, está deixando o Governo por conta das pressões que o Partido do Governo lhe faz por não comandar a Polícia Federal para impedir que ela faça o seu papel, é que isso assume uma relevância política e institucionalmente bastante perigosa.

E é esta minha manifestação baseada nas informações. E aí me valho da jornalista Vera Rosa, do jornal *O Estado de S. Paulo*, a qual informou que o Ministro da Justiça vai ocupar a Advocacia-Geral da União, substituindo o gaúcho, meu conterrâneo, Ministro Luís Inácio Adams, que está deixando esse posto. Para o lugar do Ministro José Eduardo Cardozo irá Wellington César, ex-Procurador-Geral de Justiça da Bahia, que, segundo informa a mesma jornalista, é uma indicação do Ministro Jaques Wagner.

Até aí, não há nenhum problema, desde que o novo Ministro da Justiça não mude de atitude, como fez exemplarmente José Eduardo Cardozo, em relação à independência, à lisura e à seriedade da Polícia Federal no seu trabalho. O que a Polícia Federal está fazendo? Ela está atendendo solicitações do Ministério Público ou do Poder Judiciário, cumprindo uma função constitucional, a qual reputo, até este momento, de maneira exemplar.

É lamentável que estejamos agora agravando ainda mais... E há pouco ouvi dois apartes, e um aparte especialmente do Senador Garibaldi, sobre as contradições internas do Governo. O problema da Presidente Dilma Rousseff, hoje, não é a oposição. Não é o problema do *impeachment*. É o problema do isolamento determinado pelo partido da Presidente da República, que já em 2016 começa uma campanha de enfraquecimento à Presidente, em favor do ex-Presidente Lula. Está claro. Claro como o Sol que ilumina os nossos dias, não só no Nordeste, mas neste verão tão quente do Sul do País. Isso é o que está em jogo agora.

A cada dia há uma declaração, e aqui dentro desta sala, neste plenário, vimos na semana passada uma situação inusitada. Não foi a primeira. Vale lembrar que eu mesma chamei atenção para o episódio, quando aqui votamos uma lei antiterrorismo. Vamos realizar as Olimpíadas, virão para cá delegações de vários países do mundo, e o País precisa ter uma segurança jurídica para essas pessoas, para os atletas, para as comitivas, para as autoridades que aqui virão, uma segurança jurídica que não tínhamos. E aqui foi apresentado um projeto, negociado entre a Casa Civil, o Ministério da Justiça, o então Líder do Governo e o relator da matéria, Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Plenário inteiro aprovou, fruto da negociação. Aliás, louve-se o relatório exemplar do Senador Aloysio, que estudou profundamente. E aqui o maior adversário desse projeto, negociado, apresentado... Foi dito pelo Líder do Governo aqui, do microfone: "Esse projeto é de interesse do Governo, o Governo assim o quer, porque ele é bom para o País." O PT em peso votou contra o projeto da Lei do Terrorismo.

Não foi diferente, na semana passada, quando aqui votamos o projeto que tratou do pré-sal, autoria do Senador Serra, e depois de uma longa discussão, um longo processo de debates, à ausência do Relator original, Senador Ricardo Ferraço, assumiu uma relatoria com o substitutivo o Senador Romero Jucá. E, de novo, o Governo diz: "Essa é a negociação que interessa ao País." E assim foi o resultado. E, de novo, o Partido da Presidente vota inteiramente contra àquilo que o Palácio do Planalto havia definido.

Como é que nós vamos entender a situação de isolamento que o Partido da Presidente está lhe colocando? A cada dia, há uma declaração crítica de um Senador do PT contra a política da Presidente. Não se pode dizer que Nelson Barbosa, o Ministro da Fazenda, seja um neoliberal. Tenham paciência!

A ideologia do Nelson Barbosa dá mais uma ideologia do Partido dos Trabalhadores do que uma ideologia eventual neoliberal, Senador Capiberibe. Portanto, não se pode dizer que, neste momento, esteja havendo um conluio da Presidente da República com as oposições para se livrar do *impeachment*. Eu acho que é subestimar a inteligência da oposição, dos seus Líderes – e sou uma Senadora independente – e da própria Presidente da República, que não compareceu à festa de aniversário dos 36 anos do Partido dos Trabalhadores e deu as razões. Ela está sendo, eu diria, solapada, está perdendo o apoio do seu Partido, por quem ela mais deveria estar sendo defendida. Mas o que faz o Partido dela é atacá-la para defender e exaltar o Presidente Lula.

E aí o grande risco é se essa substituição no Ministério da Justiça significar a dúvida da independência com que o Ministro José Eduardo Cardozo manteve o trabalho da Polícia Federal; se isso, de alguma maneira, contaminar o que até este momento a Polícia Federal vem fazendo.

Mas acredito que o Superintendente da Polícia Federal, para a honra dos gaúchos, o gaúcho Leandro Daiello, vem comandando também com muita seriedade, com muita prudência, com muito cuidado, com muita responsabilidade. A Polícia Federal é o repositório, como é o Ministério Público, o Poder Judiciário, o Supremo, das esperanças do povo brasileiro de que a crise não entre, não contamine, não corra o nosso Estado democrático de direito; não fragilize a nossa democracia, que, aos trancos e barrancos, veio sendo consolidada com os avanços democráticos conquistados aqui, no Parlamento brasileiro, com tantos Líderes que estão aqui presentes, inclusive nesta sessão.

Então, nós temos que entender, também, alguns oradores me antecederam há pouco, que ninguém tira do ex-Presidente Lula as virtudes que ele teve em relação a programas sociais de inclusão, como o Bolsa Família. Ninguém tira. Ninguém tira dele este mérito. Mas isso não lhe dá imunidade para que ele esteja acima de qualquer suspeita e acima de qualquer cidadão, pelo simples fato de ter sido presidente, de ter feito uma coisa boa para inclusão dos pobres, para beneficiar os pobres. Isso não lhe dá imunidade. Ele é um cidadão como qualquer outro, e a democracia pressupõe exatamente isso.

Então, não adianta tentar, ele próprio, não ter o gesto de dizer: eu fiz coisas bem-feitas, o povo vai me julgar. Mas ele continua com o discurso de que, se a metade da sociedade brasileira está de um lado... "Eles e eu." A elite, a imprensa, o Ministério Público.

Eu até sempre digo, como jornalista que fui, que o Ministério Público e a imprensa são irmãos siameses, porque vão fustigar, vão investigar, vão saber o que está acontecendo, divulgam, informam. E quando isso incomoda, há uma chiadeira danada. E aí atacam o MP, atacam a imprensa.

Aliás, o Conselho Nacional do Ministério Público, em boa hora, fez prevalecer a independência da Instituição mantendo em São Paulo a investigação em relação a esse processo.

Como eu disse, o fato de ter sido Presidente da República, de ter feito coisas boas pelo Brasil, não torna o ex-Presidente inimputável. Não o torna inimputável, ele tem de responder. E se for inocente, será inocentado. A Justiça é assim. E deveria ser sempre, não só em alguns casos, mas em todos eles, mais rápida, para que a justiça para condenar ou para inocentar tenha o mesmo tempo de eficácia e de responsabilidade.

Então, eu estou usando a tribuna apenas para dizer que – não é a oposição, não falo pela oposição, porque não sou parte da oposição, sou aqui, como disse, uma Senadora independente – a Presidente Dilma está sendo isolada pelo Partido dela, que continua fazendo um jogo para que se possa imaginar que a Presidente está se juntando à oposição, que quer o *impeachment* dela – esta, sim, luta por isso –, para tentar neutralizar, atendendo a um projeto de Governo, para fazer essas medidas em relação às reformas que deviam ter sido feitas em 2002, em 2010, em 2011, e não forma feitas.

Agora é tarde. Agora o custo da reforma é muito maior, Ministro Garibaldi. O custo é muito maior agora, porque o rombo é muito maior. Quanto maior for a árvore, maior é o tombo. Quanto maior é o rombo, maior é a dificuldade para encontrar uma saída e uma solução que não seja traumática, que não cause dano político, dano social. E a inflação corrói o poder aquisitivo das pessoas. Esse é o mal, o desemprego causando aí um problema social perverso, provocado por uma recessão.

O Estado gasta demais, gasta mal, não funciona direito. É só olhar o que está acontecendo na saúde, na segurança, na infraestrutura. Não temos estradas, não temos portos, não temos... Essa é a situação. E precisamos ficar atentos e vigilantes para o que está acontecendo nessa substituição do Ministério da Justiça, porque de fato essa é uma situação nova, que demonstra a pressão que alguns setores do Partido fazem à instituição da Polícia Federal para impedi-la de realizar o seu trabalho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pois não, Ministro, com muita hora. Fico muito lisonjeada com a sua intervenção.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senadora Ana Amélia, não há dúvida – e V. Ex^a coloca isso muito bem – de que a saída do Ministério da Justiça do Sr. José Eduardo Cardozo traz uma preocupação muito grande, porque é necessário que a Polícia Federal continue a ter a ação que tem apoiada pelo Ministério da Justiça. E o Ministro José Eduardo Cardozo, durante todo o tempo em que esteve no Ministério, apoiou ou, pelo menos, deixou que a Polícia Federal exercesse as suas atribuições, sem nenhuma interferência. E é isso o que nós queremos que aconteça, seja quem for o Ministro. Gostaríamos até que o Ministro José Eduardo Cardozo pudesse continuar. Já que S. Ex^a não pode, esperamos que não tenhamos um retrocesso com a sua saída com relação a esse combate à impunidade.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

Gostaria, Sr. Presidente desta sessão, Senador Elmano Férrer, que este aparte seja parte integrante deste meu breve pronunciamento, que estou encerrando.

A informação que a Repórter Vera Rosa transmite, por meio do jornal *O Estado de S. Paulo*, é a de que a decisão do Ministro Cardozo de entregar o cargo foi tomada domingo. A amigos S. Ex^a confidenciou não supor mais a pressão do PT, seu Partido, agravada depois que a Operação Lava Jato, da Polícia Federal, passou...

Na verdade, a Operação Lava Jato é comandada pelo Juiz Sérgio Moro, lá em Curitiba. Por isso, eu fiz questão de falar que os atos e o trabalho da Polícia Federal estão também baseados em solicitações que faz o Poder Judiciário e o Ministério Público. Está é a questão!

Então, como eu disse, o fato de ter feito coisas boas para a população mais fragilizada do nosso País não torna o ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, inimputável. Democracia, vimos, em grandes e fortes nações, faz-se dessa forma.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, ao tempo em que afirmamos também nossa confiança no Estado democrático de direito, em que as instituições, como V. Ex^a ressaltou aqui, são um raio de esperança que paira sobre todo o Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, pela Liderança do PR, Senador ilustre do Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Meu nobre Presidente Elmano, é uma grande satisfação estar aqui, falando a toda a população brasileira, mas inicio minha fala com tristeza, pois hoje a minha cidade, Rondonópolis, lá no sul do Estado, está bastante triste, principalmente a comunidade universitária, da universidade federal do meu Estado. Quero registrar aqui, com muito pesar, o falecimento do Prof. Antônio Gonçalves Vicente, o Professor Tati, que tinha apenas 61 anos. Ele lecionava na Universidade Federal de Mato Grosso e estava internado na Unidade de Tratamento Intensivo da Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis, há aproximadamente uma semana, devido a uma infecção.

Ele era professor de Matemática. Era uma pessoa muito dada, tranquila; gostava muito da militância política, ele que foi um fervoroso defensor, à época, do PT. Era casado e deixa cinco filhos.

Era também um árduo defensor da educação. Muito querido por todos, por todos os acadêmicos, pelos colegas docentes e também pela população como um todo.

À família do Prof. Tati quero deixar aqui as minhas condolências. E que Deus possa confortá-los neste momento de muita tristeza!

O Prof. Tati, Sr. Presidente, também integrava a comissão que vem trabalhando, com muito afinco, em favor da emancipação do *campus* de Rondonópolis, para a criação definitiva da Universidade Federal do Cerrado ou universidade da região sul de Mato Grosso. Era um sonho acalentado. Mas, infelizmente, muito mais por questões de burocracia, ele não conseguiu ver a criação da universidade federal da região sul de Mato Grosso, com sede em Rondonópolis.

Com fé e muita esperança, acreditamos que isso acontecerá em breve. Estamos lutando muito por isso – todos nós, aqui, eu, o Senador Blairo, o Senador Medeiros. A Bancada Federal como um todo apoia, já que o *campus* de Rondonópolis é o mais antigo da universidade federal; é um *campus* que já concluiu todos os seus projetos e que está apto a ser uma universidade.

Há o compromisso tanto por parte da Reitora atual, a Maria Lúcia, como também do próprio Ministro Mercadante, que já recebeu e aprovou esse projeto. E agora dependemos, então, de a Presidente Dilma mandar esse projeto para o Congresso. Tenho certeza de que, tão logo ela mande o projeto da criação da Universidade Federal de Rondonópolis, nós aqui, todo o Congresso, aprovaremos isso de forma bastante rápida.

Quero dizer também que, nessa linha, estou trabalhando muito para a criação do curso de Medicina na única região em desenvolvimento do Estado, uma grande região, que é a região do Araguaia, onde não temos ainda o curso de Medicina. Já conseguimos aprovar o curso em Rondonópolis, na universidade estadual, em Cáceres; na universidade federal, em Sinop, em Cuiabá, e também na cidade de Várzea Grande. Mas, na única cidade, Barra do Garças, cidade polo de toda aquela região, que é uma nova fronteira agrícola com mais de 2 milhões de hectares, a criação desse curso não só vai atender a essa população de Mato Grosso, que está crescendo rapidamente, como vai atender também à população de Goiás e até de parte de Tocantins.

Por isso, é importante essa luta que estamos desenvolvendo para a criação do curso de Medicina na cidade de Barra do Garças. Nessa luta, nós não vamos aqui perder tempo. Seremos intransigentes.

Estamos cobrando também do Ministro, que liberou os recursos agora, para a conclusão das obras do contorno viário de Barra do Garças, porque passam pelas três cidades vizinhas: Barra do Garças, Pontal do Araguaia e Aragarças. Em Pontal, é porque há ali o encontro dos dois rios, o Rio Garças e o Rio Araguaia. E hoje a BR-158, a BR-170 e ainda a ANT-100 passam pelo centro dessas três cidades, causando um grande transtorno.

É claro que, no passado, há 40, 50 anos, foi muito importante a BR chegar e fazer ali o encontro, porque, com isso, promoveu-se o desenvolvimento da região. Só que hoje, com o crescimento das cidades e, principalmente, com o volume de caminhões e de carretas, de bitrens e de treminhões, pois são mais de mil que passam diariamente por aquela cidade, ela já não suporta mais esse trânsito infernal, causando acidentes e também muito desgaste, porque hoje são avenidas. A avenida principal das três cidades é exatamente o encontro das três BRs. Por isso, temos lutado tanto aqui.

Quero também, Sr. Presidente, aqui saudar e parabenizar o nosso Presidente Renan Calheiros, que, juntamente com todos nós, aqui, na semana passada, aprovou, na última quinta-feira, o Projeto de Lei nº 50, que regulamenta os planos de assistência funerária.

Quero agradecer ao Presidente por ter atendido ao apelo que fiz, juntamente com o Senador Cássio Cunha Lima, Líder do PSDB nesta Casa, para que a matéria entrasse em pauta na votação de quinta-feira.

O Projeto de Lei nº 50 é de autoria do Deputado Mendes Thame, que também é um Parlamentar competente do PSDB. Fui com ele Parlamentar, Deputado Federal, por muitos anos. Já tive a oportunidade de cumprimentá-lo, quando aqui esteve acompanhando a votação na quinta-feira. É importante dizer que estamos aqui a elogiar um Parlamentar do PSDB.

Sempre tenho dito que os partidos são instituições. Às vezes, acusa-se tanto um partido, mas, na verdade, quando há problemas, não é o partido; são as pessoas do partido. Mas também temos que elogiar as boas pessoas dos diversos partidos nesta Casa.

Queria também cumprimentar os meus amigos lá do Mato Grosso: o Castilho, com sua esposa, D. Dalva da Silva, e seu filho Rafael Silva, proprietários da Funerária Rondonópolis, que me ligaram insistente para que eu defendesse aqui esse projeto.

Quero cumprimentar ainda o meu amigo Ubaldo Tolentino de Barros, proprietário da empresa União Familiar e proprietário da funerária mais antiga da nossa cidade, a Funerária São José. Ele é hoje um grande empresário, inclusive, da Universidade Federal de Mato Grosso. Tenho certeza de que hoje também está triste pela perda do companheiro Tati.

Quero cumprimentar também o Nilson Martins, da Funerária Dom Bosco, da nossa capital, que também é um grande empresário que acompanhou o processo. Eles estiveram engajados nesse projeto, que busca tirar do mercado os maus profissionais que se aproveitam da morte de um ente querido para desrespeitar os direitos do consumidor e que se valem de uma situação como essa para agir de forma até covarde.

Agora, com a aprovação desse projeto, esperamos que a Presidente Dilma Rousseff possa sancioná-lo o mais rápido possível. Hoje à noite mesmo, teremos uma reunião de Líderes no Palácio do Planalto. E já vou pedir prioridade para análise e aprovação desse projeto por parte da Presidente da República; aliás, a sanção desse projeto por parte da Presidente, já que ele saiu da Câmara dos Deputados, foi aprovado naquela Casa e também no Senado da República, sem nenhuma modificação.

Isso tudo tem o intuito de valorizar essa atividade tradicional, necessária, a fim de que tenha a sua organização baseada em lei para permitir que os empresários tenham estabilidade e possam prestar um bom serviço a toda a população.

Outro assunto que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, diz respeito ao desenvolvimento nacional. Em verdade, refiro-me à criação de condições adequadas para que a nossa Nação possa crescer, desenvolver-se e, acima de tudo, gerar oportunidades para todos, através da criação de emprego e também da melhoria da competitividade – tanto interna quanto externa. Nesse sentido, na semana passada, aconteceu em São Paulo o seminário "Setor Portuário: Desafios e Oportunidades", promovido pela Secretaria de Portos, comandada pelo Ministro Helder Barbalho, em conjunto com a revista *Carta Capital*.

Quero, inclusive, aqui parabenizar o Ministro Helder Barbalho, pelo pouco tempo em que está naquela Secretaria com *status* de Ministério. Tem sido um Ministro ágil, buscando as soluções, principalmente vencendo a burocracia e já conseguindo colocar, depois dessas audiências, esses portos em licitação na nossa região.

O objetivo do evento, de grande relevância, foi o de levar aos investidores informações sobre o próximo leilão de áreas para terminais portuários e outras alternativas de investimento, que está marcado para o próximo dia 31 de março. Nesse leilão está prevista a oferta de seis áreas para terminais no Estado do Pará, todas destinadas a escoar a produção agrícola do Centro-Oeste, principalmente do meu Estado, o Mato Grosso.

Hoje, a melhor forma para podermos exportar o que é produzido na região norte de Mato Grosso – a partir da região de Lucas, Sinop, Sorriso, Matupá e outras tantas cidades que também estão aumentando muito a sua produção – é exatamente através dos portos do norte. Então, tanto estamos lutando para que essas concessões sejam feitas o mais rápido possível, lá no Estado do Pará, como também lutamos pela conclusão da BR-163 no Estado do Mato Grosso, e agora queremos ver a conclusão da BR-163 no Estado do Pará. Aliás, os dois Estados são irmãos, dividem.

Nessa região norte é muito importante a conclusão da BR-163. Já no Araguaia, é muito importante a conclusão da BR-158, no meu Estado, porque, no Estado do Pará, essa BR já está pronta. Já conseguimos agora a conclusão de Vila Rica até a divisa; faltam apenas 70km, que estão sendo concluídos agora, e depois um desvio que acontecerá lá na reserva Maraiwatsédé, dos índios xavantes, que entenderam, junto com a Funai, que não deveria mais a estrada passar por dentro da reserva – reserva esta, Sr. Presidente, criada depois que já funcionava uma estrada federal há mais de 40 anos.

Mas não vamos aqui criar dificuldades, porque temos certeza de que, com esse desvio... Há males que vêm para bem, porque, com isso, vamos beneficiar cinco outras cidades pequenas, com a BR passando mais próximo. No futuro – quem sabe? –, os próprios índios estarão lá a reivindicar que se faça também esse trecho hoje existente.

As dificuldades no escoamento da produção brasileira e o consequente déficit na capacidade portuária do País mostram claramente a necessidade de investimentos no setor, especialmente diante do avanço do agronegócio. Os números são sempre superlativos, diante da nossa extensão territorial. O Brasil tem hoje 37 portos públicos e 176 Terminais de Uso Privado, com capacidade de oferta de 1,43 bilhão de toneladas ao ano de operação.

Entre 2003 e 2014, Sr. Presidente, a demanda portuária cresceu 70% no Brasil. Estamos falando que o Brasil passa por crise, mas, nessa área, estamos tendo uma expansão muito grande. Com mais capacitação, com mais infraestrutura nos portos, claro que teremos mais celeridade, diminuiremos o custo Brasil, que hoje é o grande impeditivo. O produtor lá no Mato Grosso produz uma saca de milho, e, até ele levar para exportação, no porto, o frete é duas vezes mais caro – ou seja, o maior conteúdo é o custo da logística, e não o custo da produção. E nós temos de pagar esse custo tanto para importar os nossos insumos quanto para, depois, levar os produtos até os portos. Por isso, a nossa expectativa é de crescer ainda mais 103% nos próximos 25 anos.

Então, Sr. Presidente, a conclusão é de que há um déficit que precisa ser suplantado com muitos investimentos e, consequentemente, com grandes oportunidades, mesmo neste momento de crise.

De acordo com a Secretaria Especial de Portos, essas seis áreas a serem ofertadas em leilão receberão investimentos de R\$ 1,464 bilhão em novas obras e novos equipamentos. Além disso, as empresas pagarão R\$ 301 milhões, quase R\$ 302 milhões em arrendamento à Companhia Docas do Pará, ao longo dos próximos 25 anos.

Num momento deste, de muitas dificuldades, Sr. Presidente, eu vejo os investimentos em infraestrutura e logística como essenciais ao Brasil, fundamentalmente para a superação deste momento. Já disse isto aqui e volto a frisar: somente com investimentos em infraestrutura e numa boa logística é que será possível o Brasil retomar o caminho do crescimento a curto prazo.

Como Presidente da Frente da Parlamentar de Logística em Transporte e Armazenagem, estarei na próxima quinta-feira, dia 3, participando de mais um seminário, desta vez em Belém, capital do Pará, para seguir discutindo e aperfeiçoando o projeto de desenvolvimento do segmento portuário brasileiro. Posteriormente, no dia 8, o seminário acontecerá no meu Estado, em Cuiabá.

Dessa forma, Sr. Presidente, vamos mostrar ao Brasil, como mostramos em São Paulo, agora em Belém, onde serão os portos naquele Estado, e depois em Mato Grosso, que tem o maior volume de cargas, para fazer a exportação. Vamos mostrar essas oportunidades aos empresários que queiram investir nesses portos do Pará, que interessam muito, como já disse, também ao Mato Grosso.

Quero dizer, Sr. Presidente, que estamos engajados firmemente na busca da melhoria da logística nacional. É importante para o nosso País, é fundamental para o meu Estado, que, em verdade, muito produz, mas continua sofrendo com a falta de opções mais viáveis e competitivas para escoar a nossa produção.

E eu não falei aqui, Sr. Presidente, da questão mineral. O nosso Estado, o Mato Grosso, não tem ainda nem 1% da nossa capacidade mineral explorada. Praticamente o que se explora hoje é o garimpo de diamante e ouro, mas as reservas minerais de toda a natureza, inclusive todas elas já pesquisadas... A Votorantim está agora para fazer um investimento de alguns bilhões na BR-174, em Colniza, naquela região, e o que a gente precisa construir é a estrada.

Com a estrada, chega o progresso, chega o desenvolvimento. A agricultura já está chegando naquela região, uma região nova, que será outra fronteira agrícola do Estado de Mato Grosso. Por isso que nós, da Bancada Federal, unimo-nos todos, os três Senadores, assim como os oito Deputados Federais, e fizemos nossa emenda impositiva exatamente para a BR-174, que liga a cidade de Juína a Colniza, até Vilhena.

Essa estrada é fundamental para o desenvolvimento dessa região. Já está aprovada, foi o maior valor, R\$ 174 milhões, aprovados no Orçamento. Quer dizer, começamos esse projeto no governo passado. O Governador Silval Barbosa conseguiu, junto à Presidente Dilma, a federalização desse trecho, uma coisa inédita. Conseguimos a federalização, trabalhamos junto a isso, conseguimos licitar a obra, foi liberado parte do recurso. Portanto, é obra já licitada, contratada; só cabe agora ao atual Governador dar dinamismo, ou seja, celeridade nessa construção.

Ele já deu ordem de serviço de dois ou três trechos, e esperamos que, este ano, possamos avançar muito também nessa estrada. Aliás, construir estradas no Mato Grosso é a certeza de que o Brasil vai exportar mais e de que o mundo terá alimento com custo muito baixo, porque a produção de soja, a produção de carne hoje no Mato Grosso têm um custo relativamente baixo em relação às outras regiões do País. Nós temos, nessa região que estou dizendo, a ração mais barata do Brasil, porque lá está o produto farto. Todo o subproduto é aproveitado para ração do gado, suínos, bovinos, enfim, toda a produção de carne, de proteína animal.

Quero encerrar aqui, Sr. Presidente, e convidar todos aqui a participarem dessa reunião em Belém, no próximo dia 3. E, no dia 8, também lá no Estado do Mato Grosso, gostaria de convidá-los para que fossem lá conhecer o nosso Pantanal, aproveitar para conhecer toda aquela beleza. Já convidei inclusive a Comissão de Desenvolvimento Urbano, já que temos investimento do Sesc Pantanal. É uma área de mais de 112 mil hectares, uma grande reserva.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – As universidades estão lá, fazendo pesquisa, estudando, além de ser uma área de lazer, de ecoturismo.

Esta semana, abrimos novamente a pesca no Mato Grosso. Portanto, para aqueles que gostam de pescar, que gostam de conhecer a vida da natureza é uma boa oportunidade nesse evento que teremos no dia 8, promovido pela Secretaria de Portos, em conjunto com a Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenamento. E também vou propor à Comissão de Infraestrutura que, na quarta-feira, tenhamos lá no Mato Grosso essa audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço o pronunciamento do nobre Senador Wellington Fagundes.

Pela ordem de oradores inscritos, convido o Senador João Capiberibe, do PSB do Amapá.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Elmano Férrer, Srs. Senadores, Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, venho à tribuna hoje para destacar dois acontecimentos que considero históricos no meu Estado.

Acontecimentos que atrasaram, levaram anos, mas esses acontecimentos que irei relatar estão começando a despertar o interesse da sociedade, do povo do Amapá e criando expectativa de um desfecho há muito esperado.

O primeiro acontecimento, o primeiro fato que pode mudar o curso da história do nosso Estado deverá ocorrer a partir de amanhã. O STJ inicia, nesta terça-feira, as oitivas e interrogatórios com autoridades do Amapá acusadas de associação criminosa. Esse é o primeiro fato.

O segundo fato é que, no dia 16 de março, o Tribunal de Justiça do Amapá julgará o primeiro processo da Operação Eclésia, operação deslanchada pelo Ministério Público em maio de 2012, que produziu pelo menos quatro dezenas de processos criminais de improbidade administrativa envolvendo deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Amapá.

Então, esses dois fatos estão criando uma enorme esperança de que finalmente se faça justiça.

Vejam, no dia 1º de março, amanhã pela manhã, o Juiz Márcio Flávio Mafra Leal, que é o juiz instrutor designado pelo STJ, vai inquirir os Desembargadores Gilberto Pinheiro, Carmo Antônio e Agostinho Silvério. Três desembargadores do Tribunal de Justiça que estão sob suspeita do STJ de práticas ao arrepio da lei.

Ainda amanhã, também deverá ser inquirido, interrogado, o Procurador de Justiça e Corregedor-Geral do Ministério Público Estadual, Jair Quintas. No dia seguinte, 2 de março, às 9h30, serão ouvidos e interrogados o ex-desembargador, hoje aposentado, Luiz Carlos Gomes dos Santos, o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado José Júlio de Miranda, o Deputado Estadual Moisés Souza e os juízes Antônio Colares, Carlos Canesin e Marco Miranda.

À tarde, a partir das 15h, será a vez do ex-Prefeito de Santana Antônio Nogueira, seguido da Srª Nelci Vasques, funcionária do Tribunal de Contas; e, por último, do Conselheiro Amíraldo Favacho.

Então, essas autoridades estão sendo investigadas, segundo o Superior Tribunal de Justiça, por associação criminosa. Evidente que há muito pesa desconfiança sobre o comportamento de alguns magistrados, e essas desconfianças agora poderão ser esclarecidas pela ação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, no bojo da Operação Mãos Limpas, que aconteceu em 2010, também está investigando essas autoridades do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

O segundo fato que enche a sociedade de esperança, que começa a despertar atenção é que, no dia 16 de março, começa o julgamento dos processos da chamada Operação Eclésia. Uma operação do Ministério Público Federal com a Polícia Civil do Estado que teve uma ordem de busca e apreensão concedida pelo Tribunal de Justiça, pela qual eles entraram na Assembleia Legislativa e recolheram provas robustas que sustentam esse processo que vai à julgamento no dia 16, no Tribunal de Justiça do Amapá.

É um julgamento público, e a sociedade poderá acompanhar. Os réus são as seguintes autoridades: o Sr. Janiery Torres Everton; o ex-Deputado e Secretário da Mesa Jorge Evaldo Edinho Duarte; o Sr. Edmundo Ribeiro Tork Filho; a Srª Maria Orenilza de Jesus Oliveira; o Deputado e ex-presidente, por vários mandatos, da Assembleia Legislativa do Amapá Moisés Reategui de Souza; e o Coronel da Polícia Militar do Amapá Lindemberg Abel do Nascimento. Esses serão julgados no dia 16 de março.

A expectativa, Srs. Senadores, é enorme. A expectativa é muito grande, porque é necessário que se esclareça isso definitivamente, estabelecendo a diferença entre quem age corretamente na política e quem usa os seus mandatos para praticar crimes, principalmente desviar recursos públicos.

Ainda há pouco, Senador Elmano, eu comentei aqui num aparte a V. Exª que, no caso do Amapá, eu co-nheço bem o que aconteceu com os recursos, porque eu acompanho a contabilidade pública desde a época em

que o dinheiro passou a ter memória, desde 1994. E os dados da contabilidade não mentem, a contabilidade conta a história da execução orçamentária. Eu, pessoalmente, fiz a pesquisa, no balanço geral do Estado, para acompanhar os gastos relativos aos Poderes de 1995 até os dias de hoje. E essa malversação envolvendo os Poderes, principalmente a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas, o desvio de recursos que calculo estar na ordem, nos últimos 25 anos, de R\$1,5 bilhão a R\$2 bilhões, começa, efetivamente, a ocorrer a partir de 1994.

Eu fui candidato à eleição, que foi para o segundo turno, e, no dia 15 de novembro, saímos vitoriosos. O Governador à época convocou os chefes dos Poderes e transferiu todos os recursos. No dia 15 de novembro, o orçamento já estava na Assembleia. Eles fizeram essa reunião e transferiram todos os recursos de investimento que estavam previstos para 1995 para os Poderes. Agora vejam que nós tínhamos apenas quatro anos de instalação do Estado. Eu sucedi o primeiro Governador eleito, eu era o segundo Governador eleito. O Amapá tinha gastos reduzidos, reduzidíssimos, com a folha de pagamento, porque a União manteve o custeio da folha. Então, nós tínhamos uma grande capacidade de investimento. E, nesse momento, no final de 1994, foram transferidos todos os valores de investimento para a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça.

Eu fiz uma comparação entre as transferências aos Poderes e os investimentos feitos pela Secretaria de Obras, que é a secretaria que constrói escolas, hospitais, rede de esgoto, que coloca água, que coloca energia. Em 1994, a Secretaria de Infraestrutura investiu R\$40 milhões, e os Poderes gastaram R\$34 milhões. Veja o que acontece em 1995. Em 1995, depois dessa transferência de recursos de investimentos para os Poderes, os Poderes foram para R\$81 milhões, ou seja, saíram de R\$34 milhões para R\$81 milhões de um ano para o outro, e a Secretaria dos Investimentos, a Secretaria de Obras caiu de R\$40 milhões para R\$3,5 milhões. Levando em consideração a receita total do Estado, em 1994, a Secretaria de Infraestrutura investiu 14,4% do total da receita; em 1995, isso caiu para 1,1%, ou seja, desapareceram os recursos de investimento do Estado do Amapá. Quando se atualizam esses valores, isso se repetiu a cada ano. Eu tentei convencê-los mostrando o absurdo da situação, mostrando como as instituições de um Estado agiam contra o bem-estar do seu povo. Não consegui convencê-los, Srs. Senadores. Ao contrário, eles queriam aumentar a sua participação no orçamento a cada ano, mas nós conseguimos mantê-la no mesmo patamar de 1995 durante seis anos e aí recuperamos em parte a capacidade de investir do Governo do Amapá.

Essa situação de desvio, de desmando, de corrupção começa naquele momento. Eles estabeleceram o que eles chamavam de harmonia entre os Poderes. E eu passei a ser estigmatizado como gerador de confusão, o criador de caso que não aceitava aquilo, mas eu não tinha compromisso com desvio de recurso, eu não tinha compromisso com a associação para o crime, eu tinha compromisso com os direitos da coletividade. Foram esses direitos que eu defendi até o fim.

Eles chegaram a me afastar do governo, o que, na verdade, nunca conseguiram, mas votaram meu afastamento. O TRE cassou o meu registro de candidato à reeleição em 1998, o que nós revertemos aqui no TSE. Então, foi uma luta que continua até hoje: várias armações, acusações infundadas, denúncias vazias, denúncias sem sentido, denúncias caluniosas para tentar que nós recuássemos diante das nossas posições de defesa intransigente da necessidade coletiva.

Vejam: este é o momento fundamental na vida da nossa sociedade, porque está sendo investigada gente do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da Assembleia Legislativa, componentes dos Poderes do Estado que, lá atrás, se apropriaram desses valores fantásticos de que eles não necessitavam. Não havia a menor necessidade. Não se salta de R\$34 milhões em um ano para R\$81 milhões no outro, principalmente em um período em que não havia inflação – inclusive, houve uma deflação nesse período. No entanto, eles se apropriaram desses valores que ninguém sabe... Aliás, ninguém sabe, não; hoje já se sabe, pelas investigações que estão aí. Em 2010, vários foram presos de novo, inclusive o Governador na época, vários secretários, e vários Parlamentares respondem por ações criminais. Então, depois de 25 anos, começa-se a se esclarecer por que as nossas cidades todas não estão contempladas com água tratada e esgotamento sanitário: o dinheiro foi simplesmente desviado.

Essa é a realidade do Amapá. Se essa realidade se reproduz em outros Estados, eu não conheço tanto quanto eu conheço a contabilidade pública do meu Estado ano após ano. Eu conheço os dados, como cresceu a receita, como era distribuída essa receita e como era aplicada.

Eu tive tanto cuidado que foi do Amapá que surgiu a ideia da transparência dos gastos públicos. A situação era tão vexatória e era tão difícil governar com uma elite ambiciosa que eu terminei colocando todas as contas bancárias – não só as receitas e as despesas – à disposição de todos na internet. Daí, então, termos sido o primeiro Estado – nós somos pioneiros – na transparência dos gastos públicos, que mais tarde eu trouxe aqui para este Senado e virou lei, a Lei da Transparência, a Lei Complementar nº 131. E nós trabalhamos para que a

sociedade se apodere dessa lei, porque ela obriga a criação dos portais de transparência, e a sociedade precisa acompanhar os gastos públicos.

Por último, Sr. Presidente, preocupado com a gastança, eu mostrei aqui, um dia, para corroborar o que eu estou falando, que a Assembleia Legislativa do Amapá, em 2013, gastou em diárias 15 vezes mais do que o Senado da República. Nós aqui no Senado gastamos em diárias de viagens R\$1,2 milhão. A Câmara dos Deputados, com 513 Deputados e Deputadas, gastou R\$2,9 milhões em diárias de viagens em 2013. A Assembleia Legislativa do Amapá gastou R\$17,5 milhões. Isso não pode continuar.

Você não pode sacrificar gerações e gerações por viverem em condições de sanidades precárias, morrerem por ataque de verme, conviverem com a malária, a dengue, porque os recursos que poderiam ser aplicados no saneamento básico são desviados. Isso é só um exemplo. E esses crimes continuam sendo praticados até hoje.

E por que esses dois fatos, os interrogatórios dessas autoridades do Judiciário e o julgamento desses Deputados no dia 16? Porque o povo clama por justiça, porque uma parte da sociedade sabe, uma vez que, além desse conluio entre as instituições do Estado, ainda havia o acordo com os meios de comunicação, que, para silenciarem, recebiam fortunas.

Essa é uma situação em que realmente as pessoas duvidam – e eu tenho publicado no Facebook, eu tenho escrito sobre essa questão – que haverá justiça. Dessa vez, eu tenho certeza de que haverá justiça.

O Brasil mudou muito nesses últimos anos. E esta Casa e a Câmara contribuíram para isso. Além da Lei da Transparéncia, que coloca todas as receitas e despesas públicas em tempo real – e ainda nós estamos brigando contra aqueles que resistem a cumprir a lei, e é papel nosso também fiscalizar, junto com o Ministério Público, o cumprimento daquilo que a lei determinar –, nós aqui nesta Casa aprovamos a lei que permitiu o sucesso da Lava Jato e que está permitindo os avanços da Justiça do meu Estado, que é a lei de combate à corrupção, a lei anticorrupção que criou...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... a possibilidade da delação premiada. É só assim, pois não há outra maneira de desmontar o crime organizado que não seja através da delação premiada, porque o crime organizado não deixa rastro. Tanto é que a palavra está muito bem empregada: ele é tão organizado que a maior dificuldade dos investigadores é comprovar a prática desse tipo de crime. E o crime organizado está nos Poderes do Estado, ele está em toda parte, há dificuldades em localizá-lo. Com a aprovação da lei contra a corrupção, a delação premiada foi permitida, e é isso o que está fazendo total diferença. Por isso, eu, aqui, renovo as minhas esperanças, a minha confiança no Poder Judiciário do meu País e no Poder Judiciário do meu Estado.

E eu queria destacar o papel fundamental da democratização das eleições para o Ministério Público.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, enquanto as eleições davam-se no âmbito no colegiado de Procuradores, como se dá ainda hoje nos Tribunais de Justiça, não havia mudança possível. Não se sabia qual era o papel do Ministério Público. Quando se abriu para os Promotores também disputarem as eleições, aí ganhou uma Promotora de Justiça que ocupou, realmente, a Procuradoria Geral e cumpriu o papel do Ministério Público, fiscalizando o cumprimento da lei, investigando e denunciando à Justiça. É o resultado desse trabalho que nós aguardamos e que deve começar a surgir no dia 16 de março.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço ao Senador João Capiberibe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Pode falar, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, é pela ordem mesmo. Tem gente que pede pela ordem e faz um discurso.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas eu falo, pela ordem, com uma grande tristeza, Sr. Presidente. Fui informado aqui pelos colegas de trabalho de que um dos operadores da TV Senado, o Hebio Rodrigues de Lacerda, faleceu no dia de hoje. Ele era editor de imagens da TV Senado. Trabalhava muito com nós Senadores. Ele era um dos profissionais que dedicava a sua vida a essa causa. Baixou ao hospital e faleceu, infelizmente, no dia de hoje.

Em uma homenagem a todos os trabalhadores desta Casa e à família do Hebio Rodrigues de Lacerda, eu consulto V. Ex^a se não poderíamos, simbolicamente, fazer um minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Pois não, Senador. Está concedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Eu queria, nesta oportunidade, em nome do Senado da República, manifestar o sentimento de profundo pesar pelo falecimento do nosso companheiro de trabalho desta Casa.

Pela ordem de oradores inscritos, eu concedo a palavra ao Senador Raimundo Lira, do PMDB, da Paraíba, por 20 minutos.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, minhas estimadas e estimados telespectadores da TV Senado, estimadas e estimados ouvintes da Rádio Senado, na sexta-feira passada, eu recebi uma nota técnica do Ministério da Integração Nacional. Essa nota nos trouxe muita alegria e muita satisfação. Tivemos, portanto, o prazer de imediatamente transmitir o seu conteúdo a todo o Estado da Paraíba.

Há muitos anos, o Estado luta para incluir, na grande obra de transposição do Rio São Francisco, um ramal chamado Piancó, derivado do eixo norte da transposição do Rio São Francisco. Na Paraíba, na região de Piancó, existe a maior barragem de acumulação de água do Estado da Paraíba, o conjunto Coremas–Mãe D'Água, que começou a ser construído, em 1937, e foi inaugurado, em 1942 – por sinal, um ano de grande seca do Nordeste brasileiro.

Quando a obra foi concluída, ela tinha capacidade para 1,358 milhões de metros cúbicos e era a maior barragem de todo o Nordeste brasileiro. Sua importância era tanta que ela recebeu, Sr. Presidente, a visita de três Presidentes da República: Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e, antes, General Eurico Dutra, que foi também Presidente da República.

Ela só foi superada, em capacidade, em 1992, quando foi inaugurada a Barragem de Orós, no Estado do Ceará, no Rio Jaguaribe, com capacidade para 2,1 bilhões de metros cúbicos. A Barragem de Orós foi inaugurada em 1962. Só, em 1985, 23 anos depois, foi inaugurada, no Estado do Rio Grande do Norte, a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, a chamada Barragem de Açu, com 2,4 bilhões de metros cúbicos.

Vejam, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a lentidão com que foram feitos os investimentos na área hídrica do Nordeste brasileiro. A Barragem Coremas–Mãe D'Água foi inaugurada em 1942; 20 anos depois, a Barragem de Orós, no Ceará; e, 23 anos depois, a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no Rio Grande do Norte.

Em 1992, foi construída, foi inaugurada a Barragem do Castanhão, no Ceará, uma obra iniciada pelo nosso colega Tasso Jereissati e inaugurada também por nosso colega que o sucedeu na condição de Vice-Governador, o Senador Beni Veras, que Deus já levou e deixou uma grande saudade, não só no Senado, mas também no Estado do Ceará, pela sua bondade e pelo seu jeito gentil. Essa barragem foi inaugurada em 1992. Portanto, daí se conclui a importância vital da transposição do Rio São Francisco, repito, por causa dessa lentidão no aproveitamento da capacidade hídrica do Nordeste brasileiro.

A notícia de hoje, a notícia de sexta-feira, Sr. Presidente, é a de que o Ramal Piancó, que faz parte do financiamento do Banco Mundial na transposição do Rio São Francisco, é uma obra complementar, que vinha sendo solicitada desde que assumi aqui, no início de 2015, a Presidência da Comissão de Acompanhamento da Transposição do Rio São Francisco e me dispus a lutar, permanentemente, para que esse ramal fosse adicionado à transposição e fosse aprovado.

Nessa nota técnica, o Banco Mundial sinalizou positivamente no sentido de que, no mês de março, daí a poucos dias, ela estará aprovada, em caráter definitivo, pelo Banco Mundial. E a previsão do Ministério da Integração Nacional é de que a conclusão do processo de licitação vai estar pronta, no segundo semestre de 2016, e a construção das obras terá início no primeiro semestre de 2017. É uma notícia fantástica, Sr. Presidente, para o Estado da Paraíba, especialmente para a Região Metropolitana do Vale do Piancó. São 18 Municípios que são considerados como que compõe uma região metropolitana.

Essa obra vai perenizar o Rio Piancó, vai abastecer o sistema Coremas-Mãe D'Água. O seu excesso vai correr, de forma perene e permanente, pelo Rio Piranhas, que, ao chegar ao Rio Grande do Norte, é chamado de Piranhas-Açu, beneficiando cidades da Paraíba e cidades do Rio Grande do Norte, e vai abastecer, de forma definitiva e permanente, a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, do Estado do Rio Grande do Norte.

São, portanto, Sr^{as}s e Srs. Senadores, notícias alvissareiras para o meu Estado, porque o Estado da Paraíba é o Estado que detém a menor capacidade hídrica não só do Nordeste, mas de todo o País, por ter uma extensão

no Semiárido, em terreno cristalino. Nós não temos o privilégio do aquífero que há no Rio Grande do Norte e no Estado do Piauí. Portanto, nós dependemos basicamente de água acumulada na superfície.

Essa transposição vai beneficiar 12 milhões de nordestinos, 390 Municípios, a Paraíba e o Ceará, que, até por essa carência, é o Estado mais beneficiado com 90 Municípios e agora acrescentando, com o Ramal Piancó, quase 20 Municípios. Portanto, continua sendo o Estado mais beneficiado pela transposição do Rio São Francisco.

Eu tenho sido indagado, nas minhas andanças na Paraíba, através das mídias sociais e de *e-mails*, se realmente a transposição do Rio São Francisco é uma realidade. Muitos nordestinos ainda não acreditam nessa grande obra, talvez em função de cinco anos seguidos de seca, quando, nos casos da Paraíba, mais de 50% do gado foi totalmente dizimado por falta de água e por falta de alimentação.

Aqui eu quero, mais uma vez, reconfirmar a previsão da transposição do Rio São Francisco chegar aos Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará – porque, em Pernambuco, já está muito próximo, já chegou, não com a intensidade com que vai chegar –, no máximo, até o primeiro trimestre de 2017. Os mais otimistas acham que chegará no final de 2016.

É uma obra de grande porte e hoje estão trabalhando, nessa obra, mais de 10 mil trabalhadores. A obra não tem sofrido solução de continuidade. Por isso é que podemos afirmar, em contato permanente com o Ministério da Integração Nacional, afora a nossa visita, Sr. Presidente, Senador Elmano Férrer, do Estado do Piauí – V. Exª, quando nós fomos em delegação com o Ministério da Integração Nacional, apesar de representar o Estado do Piauí, disse: "Eu quero conhecer essas obras da transposição, porque as minhas raízes estão no Estado da Paraíba." E nos honrou com a sua presença nessa comitiva –, que as obras realmente possuem uma grandiosidade, são muito importantes.

Aí veio uma segunda indagação, que era a capacidade de o Rio São Francisco, no futuro, abastecer, através da transposição, esses quatro Estados nordestinos: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Eu tive o cuidado aqui de apresentar um projeto que, no final do ano passado, de 2015, foi aprovado na Comissão Especial, na chamada Agenda Brasil.

Esse projeto cria, de forma permanente, as condições para a revitalização do Rio São Francisco, porque hoje apenas 4,7%, 4,8%, no máximo, 5% do leito do Rio São Francisco está correndo, é um filete de água. Por quê? Não só por causa da falta das chuvas, mas porque, ao longo desses anos todos, as suas nascentes, os seus afluentes foram degradados pelo homem de uma forma muito forte. Esse projeto que aprovamos, no Senado Federal, na chamada Agenda Brasil, tem exatamente esse objetivo de criar as condições permanentes para a revitalização do Rio São Francisco e dos seus afluentes.

O modelo, Sr. Presidente, é o existente no Rio Mississippi, nos Estados Unidos.

Desde o ano de 1910 até hoje, nunca houve um só dia em que os trabalhos da revitalização do São Francisco foram paralisados.

E nós, com esse projeto, criamos essas condições através de um fundo que será administrado pela Codevasf, um fundo permanente, que não dependerá mais dos recursos do orçamento da União, dos recursos do Tesouro Nacional.

Esse projeto obriga as empresas que usam a água do Rio São Francisco, especialmente a Chesf, que é a maior de todas. Elas vão pagar um percentual sobre o faturamento bruto, que será provisionado num fundo especial. E a sua maior parte será utilizada pela Codevasf, que será transformada num instrumento de revitalização permanente do Rio São Francisco e de seus afluentes.

Portanto, quero aqui dizer que a transposição do São Francisco é uma obra que está prestes a ser concluída. A água do Rio São Francisco, com a revitalização permanente, não vai faltar nos próximos 20 ou 25 anos.

Por fim, quero repetir que a aprovação do ramal Piancó, perenizando o Rio Piancó, abastecendo de forma permanente o maior reservatório da Paraíba, o conjunto de barragens Coremas-Mãe d'Água, que na época foi construído com capacidade para um 1.350 bilhão de metros cúbicos... Os técnicos avaliam que hoje ele tem ainda uma capacidade de 1.1 bilhão de metros cúbicos, o que vai dar absoluta tranquilidade, junto com o Açude de Boqueirão, Epitácio Pessoa, cujas águas serão abastecidas pela chamada caixa d'água, que é o Açude Poções, no Município de Monteiro.

E lá, no alto Sertão, como V. Exª viu, a quase conclusão da Barragem de Caiçara, que vai abastecer o açude de Engenheiro Ávidos, que nós sobrevoamos com V. Exª. Com esses recursos do Ministério da Integração Nacional e do Dnocs, aquela barragem vai ser revitalizada e vai atender a toda região de Cajazeiras, e o excesso de água vai para a Barragem de São Gonçalo, atendendo a região de Sousa.

Além disso, ainda temos o reforço da Barragem de Boa Vista, que é chamada exatamente de caixa d'água das barragens de Caiçara e de Engenheiro Ávidos. Teremos, assim, as três principais regiões da Paraíba atendidas por essa grande obra de infraestrutura que é a transposição do Rio São Francisco.

Portanto, repito para paraibanos e paraibanas: estamos de parabéns, porque a luta teve sucesso. O sofrimento da espera foi transformado na euforia da alegria e da certeza de que o Ramal do Piancó será construído.

Quero, neste momento, ao encerrar o meu pronunciamento, abraçar todos os paraibanos e todas as paraibanas nesse momento de confraternização e de alegria na expectativa de que o maior problema do Nordeste e do nosso Estado, a questão hídrica, será por fim solucionado em pouco tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Eu me congratulo com o nobre Senador Raimundo Lira e, consequentemente, com toda a Paraíba por mais essa conquista que, no meu entendimento, vem amenizar a situação dos recursos hídricos daquele grande Estado. É uma conquista.

Eu queria só aproveitar a oportunidade para nós também começarmos a pensar na integração de bacias do Norte, ou seja, do Tocantins com o nosso São Francisco. V. Ex^a acabou de dizer que é um filete de água em determinados períodos do ano, e isso nos deve preocupar também e fortalecer o desejo de começarmos os estudos da transposição do nosso Tocantins para as bacias hidrográficas do Nordeste.

Parabéns a V. Ex^a e a toda a Paraíba.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Pela ordem de oradores inscritos, nós concedemos a palavra ao nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB do nosso grande Estado de São Paulo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, no início desta Sessão Legislativa, o Congresso Nacional foi palco de um episódio pouco usual: a própria Presidente da República, em pessoa, esteve aqui no Congresso, no Plenário da Câmara dos Deputados, para trazer aos Congressistas e ao Brasil a sua Mensagem, contendo a análise da situação do País, as prioridades da ação governamental e as medidas com que ela pretendia enfrentar a crise que vivemos, um episódio que foi ressaltado por todos, do ponto de vista da relação entre o Executivo e o Legislativo.

Não há dúvida nenhuma, Sr. Presidente, de que foi um gesto de deferência da Presidente, porque, rotineiramente, quem traz a Mensagem Presidencial que, pela Constituição, abre os trabalhos do Legislativo, é o Chefe da Casa Civil. Desta vez foi a própria Presidente da República, como sinal de que nós estamos vivendo tempos excepcionais, tempos difíceis que exigem providências enérgicas, que exigem mudança de hábitos, mudança de mentalidades, que exigem reformas.

Pois bem. Depois que a Presidente Dilma se retirou do Congresso, tivemos uma sessão do Senado Federal. Eu me lembro, Sr. Presidente... não sei se V. Ex^a estava presente no Plenário. Provavelmente estava, porque V. Ex^a é um dos mais assíduos dos nossos colegas.

Os Senadores do PT, penso que todos, não sei se com uma ou outra exceção...também aqui estavam. Houve um desfile, organizado pela Bancada do PT, de Senadores que se sucederam à tribuna.

Me interessei pelos discursos dos meus colegas petistas. Imaginava encontrar neles algum tipo de repercussão da fala da Presidente, afinal de contas é a Presidente da República, do seu Partido, que vem ao Congresso para ler a Mensagem, um discurso há muito tempo aguardado.

Pois bem, nenhum deles se referiu à Presidente da República. Isso aconteceu uma hora depois da vinda dela ao Congresso. Nenhum mísero comentário, nenhuma mísera nota de rodapé ao discurso da Presidente. Ignoraram solenemente a Mensagem da Presidente da República à Nação.

E se dedicaram a quê? A defender o Presidente Lula da suposta tramoia das elites, da mídia conservadora contra a liderança desse homem extraordinário que o Presidente Lula.

Essa é a versão que o PT dá aos dissabores por que passa o Presidente Lula neste momento, em consequência daquilo que ele fez. Está colhendo o que plantou. Não sei qual é a colheita do sítio, ou tríplex, mas, na sua vida pública, plantou determinadas coisas que vão ser agora objeto de indagação, de investigação. E tudo indica que a situação dele vai se agravar, à medida que essa Operação Lava Jato, que é um verdadeiro trem a 300 km por hora, prossiga. E é bom que prossiga. Não adianta mudar o Ministro da Justiça, achando que um novo Ministro da Justiça poderá encabrestar a Polícia Federal. Essa é a principal recriminação que fazia a maioria dos petistas.

Quando eu digo maioria é porque vejo pessoas corretas, decentes, como o meu colega Paulo Paim, que está aqui no plenário, que jamais fizera esse tipo de acusação ao Ministro da Justiça. Mas era voz corrente que o PT considerava que o Ministro da Justiça estava em falta para com eles, porque não tinha colocado um freio na Polícia Federal. A Polícia Federal estava correndo solta. Com se não fosse polícia do estado brasileiro.

Pois bem. Isso motivou os discursos caudalosos dos meus colegas naquela tarde. Nenhuma palavra sobre a Presidente Dilma.

Esse episódio, Sr. Presidente, que eu relato, já prefigurava o que aconteceu nesse último fim de semana: uma festa de aniversário de 36 anos do PT. Triste festa!

Nessa festa, Sr. Presidente, no meu entender, configurou-se plenamente o fato de que o PT considera ser possível estar, ao mesmo tempo, no Governo e na oposição, o que é um malabarismo que não está ao alcance nem do mais hábil dos oportunistas. Ser, ao mesmo tempo, governo e oposição. Estão no Governo da Presidente Dilma, ocupam alguns ministérios importantes, ocupam cargos nas estatais, foram indicados para dirigir fundos de pensão, manejam algumas das alavancas mais poderosas do Estado, no Governo da Presidente Dilma, instalados em poltronas confortáveis, mas se reúnem, no aniversário do PT, para lançar um documento que é simplesmente uma ruptura com a Presidente Dilma, um documento que eles intitularam "O futuro está na retomada do crescimento."

A leitura desse documento demonstra, com toda a clareza, que o PT não apoiará nenhum tipo de reforma entre aquelas que a Presidente Dilma diz que proporá e algumas que são efetivamente importantes para que o Brasil saia dessa crise e entre num novo ciclo de crescimento sustentável.

É como se o Governo da Presidente Dilma não tivesse pai nem mãe. Não é de ninguém. É um Governo que está solto no ar. Não é do PT, não é da Oposição, obviamente. De quem é? Não é de ninguém, porque o PT, que é o Partido dela, se afastou dela como quem diz: "Não tenho nada a ver com isso". Lança um programa de emergência depois de estar há 14 anos no Poder.

Um programa de emergência, é de se esperar que seja lançado por alguém da Oposição. Diante da necessidade de um enfrentamento da crise, pode haver uma série de medidas que a Oposição propõe ao Governo e às outras forças de Oposição como forma de romper uma situação e abrir caminho para uma regeneração do quadro político e econômico.

Agora, depois de 14 anos no Governo, o partido lança um programa de emergência, e esse programa de emergência é simplesmente a reiteração, a repetição de todas aquelas propostas que – algumas delas tendo sido praticadas pelos Governos Lula e Dilma – foram as responsáveis pela situação catastrófica que estamos vivendo hoje no nosso País: inflação alta, uma dívida pública que não para de crescer, desemprego crescente e mais, Sr. Presidente, uma situação de degeneração institucional da qual o Petrolão é o exemplo mais nauseabundo. Essa é a situação.

O que o PT propõe? É uma verdadeira coleção de sandices, a começar pela maior delas, que é utilizar reservas internacionais para aplicar em investimentos ou em gastos correntes.

Isso é uma loucura! Se o Governo fizer isso no estado atual de descrédito por que passa o Governo brasileiro, depois de terem sido os nossos papéis, de a dívida do Governo e das empresas brasileiras ter sido rebaixada por três agências internacionais de risco, por nível especulativo, se fizerem isso é a bancarrota no dia seguinte, é a fuga de capitais no dia seguinte. É realmente o fundo do poço sem alçapão embaixo.

E eles propõem isso, numa reunião que tem ares de congresso, ao lado do Presidente Lula, uma das figuras mais representativas do Partido.

É algo inteiramente fora de propósito, de tal modo que se aproxima da caricatura, porque não posso acreditar que isso seja levado a sério por quem se dedique a examinar as situações reais da economia brasileira e da economia internacional.

No mais, Sr. Presidente, é a mesma coisa, os mesmos componentes da nova matriz econômica que deu no que deu. Por pressão do PT, a Presidente Dilma tirou o Ministro Joaquim Levy, pôs alguém que, aos olhos dos petistas, poderia significar uma adesão às teses antigas que o Ministro Levy havia abandonado, teses estas, repito, que levaram ao desastre atual: o Ministro Barbosa.

No entanto, Sr. Presidente, desde o momento em que, diante da evidência de que temos, hoje, de uma situação fiscal absolutamente fora de controle, com endividamento crescente, com gastos públicos incompreensíveis, que não se podem comprimir e que seguem crescendo por conta de vinculações constitucionais, diante da ideia de que alguma coisa será feita para conter esta situação, já voltam as baterias contra o Governo, este Governo, o Governo deles! Daqui a pouco, vão pedir a cabeça do Ministro Barbosa. Não tenho dúvida, Senador Ataídes, vão fazer isso.

Aumento de impostos, a começar pela emblemática CPMF, que propõem nesse documento; mais endividamento das famílias por estímulo ao consumo; abertura de mais crédito – e aqui vale lembrar que a imensa maioria das famílias brasileiras que foram atraídas pela facilidade do empréstimo consignado já estão altamente endividadas, com a corda no pescoço. E é isso, é voltar àquilo que já foi feito e que deu errado.

Sr. Presidente, penso que, no fundo, o PT não acredita nisso. O que estão querendo é uma bandeira para agitarem na oposição.

Sabem que o ciclo deles está encerrado, que não têm mais nada de novo a propor ao Brasil. Mais nada de novo! Sabem que as pessoas hoje estão descrentes. Sabem que essa mistura de incompetência e de cor-

rupção levou ao estado de profunda aversão por eles. Ninguém mais acredita nessa cantilena. Eles estão se preparando para ser oposição ao próximo governo, que, não há dúvida, Sr. Presidente, será um governo de força que se opõe ao governo atual.

Chegou a hora, está chegando a hora da mudança, a hora da transição que poderá acontecer pelo *impeachment* da Presidente Dilma, ou por uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral ou pelas eleições de 2018. O difícil é saber como é que nós vamos aguentar até 2018. O difícil é isso!

Do ponto de vista da oposição, nós não faremos nada para agravar a situação; pelo contrário, aqui, no Senado, V. Ex^a e os Senadores são testemunhas das iniciativas vindas de partidos de oposição. Eu me refiro a algumas do PSDB, como essa do Senador Serra, que poderia destravar os investimentos da Petrobras; ou o projeto de lei relatado pelo Senador Tasso Jereissati, que cria o Estatuto Jurídico da Empresas Estatais, de modo a fazer com que elas sejam sujeitas a maior controle, que elas operem sob um regime de maior transparência; ou a proposta do Senador Aécio Neves de estabelecer essas mesmas regras para a gestão dos fundos de pensão. São propostas da oposição oferecidas ao Brasil.

Nós não nos recusaremos a discutir com o Governo propostas que venham na linha de enfrentar problemas estruturais, difíceis de enfrentar, que não vão nos render popularidade imediata, mas que precisam ser tomadas. Penso que é preciso que caminhemos, pelo menos por certo tempo, no sentido da desvinculação de algumas despesas públicas, de alguns componentes da despesa pública que hoje comprometem completamente a capacidade de investimento do Governo, despesas que são amarradas de tal forma entre elas que se torna absolutamente impossível ao Governo e ao Congresso Nacional estabelecerem prioridades de curto prazo.

Somente os programas de transferência de renda, que devem continuar evidentemente, consomem hoje 65% do gasto público.

Assim como se criou uma desvinculação das receitas da União, vem se aprovando mudanças constitucionais ou emendas constitucionais nesse sentido desde o Presidente Fernando Henrique, talvez seja necessário enveredarmos por um prazo de cinco a dez anos de desvinculação de determinadas despesas às receitas, de modo a restabelecer um mínimo de capacidade do Estado de administrar as suas despesas, que hoje não temos, porque é tudo indexado, é tudo amarrado, é um bolo que cresce pelo próprio movimento.

A Reforma da Previdência, no meu entender, precisa ser feita: a previdência do setor público tanto quanto a do setor privado. Hoje, nós temos déficit crescente, que vai crescer mais na medida em que o aumenta o desemprego e diminui o número de trabalhadores formais, e é preciso estabelecer determinadas regras como, por exemplo, a idade mínima para aposentadoria, uma vez que hoje aqueles que se aposentam por tempo de contribuição se aposentam numa idade que vai pela média em torno de 55 anos, quando a expectativa de vida cresce no País.

Enfim, são medidas que não são fáceis de se tomarem. É preciso uma mudança na estrutura do Estado, no gasto do Estado, que decorre da sua estrutura, uma forte descentralização de competências e de receitas para os Estados e para os Municípios. A Federação brasileira é uma federação macrocéfala, que não dá conta mais da complexidade do País.

Precisamos fazer uma reforma política, Senador. Não dá mais para convivermos com 40 partidos representados na Câmara dos Deputados. O Fundo Partidário, da maneira como é gerido hoje, é uma vergonha. converse o senhor com Deputados Federais, e muitos deles lhe dirão, que, por ocasião dessa janela, que permite a troca de partidos, alguns partidos estão oferecendo aos novos aderentes uma quota do Fundo Partidário, para que gastem a sua descrição, que é a compra de Deputados com recursos públicos, recursos dos impostos que compõem o Fundo Partidário.

Então, não podemos mais continuar com esse sistema político, isso está caindo de podre.

É preciso que realmente haja uma concentração de forças que resolva encabeçar um processo de mudança.

Espero que comece o quanto antes, Sr. Presidente. Acho que programa de emergência é a saída do PT, do Governo, é o fim do Governo da Presidente Dilma e o início de um governo de transição que prepare o Brasil para uma nova fase de crescimento, começando pelo enfrentamento de questões urgentes, que não pode ser postergado.

Ouço o aparte do meu querido colega, Senador Ataídes Oliveira.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Aloysio Nunes, V. Ex^a fazendo esse belo discurso, e eu aqui fazendo uma análise ampla de seu pronunciamento. Não consigo, Senador Aloysio, entender o que se passa na cabeça de um governo como esse que aí está, ouvindo um pronunciamento de...

(Soa a campainha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... tamanho conteúdo como este e tantos outros que a oposição está fazendo nesta Casa, há longa data.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Inclusive alguns seus.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador. E esse Governo não ouve esses pronunciamentos. Percebo que V. Ex^a não está como um Senador da República nessa tribuna. Vi um cidadão brasileiro falando sobre o Brasil, sobre a situação do nosso País. Mas, esse Governo não quer escutar, ele não sabe ouvir. Esse Governo é autoritário mesmo, a prova é clara. V. Ex^a trouxe vários temas, e um deles me deixou aqui agora estarrecido. A intenção desse Governo em usar as reservas cambiais, que temos hoje, na ordem de R\$370 bilhões, para fazer face a despesas discricionárias, despesas operacionais desse Governo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se V. Ex^a me permite, vou ler o item.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Por favor, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É o item 2 de um conjunto de dezesseis propostas.

Item 2 – Utilização de parte das reservas internacionais para um Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego, destinado a obras de infraestruturas, saneamento, habitação, com destaque para ampliação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Você quer trazer investimento para infraestrutura? Tenha regras claras para investidores do setor privado, que poderão investir em obras de infraestrutura, como rodovias, hidrovias, portos, estradas, até mesmo de saneamento básico, desde que sejam garantidas a eles regras de funcionamento estáveis na economia brasileira, um governo que inspire confiança, exatamente ao contrário desse aqui.

Agora, se usarem as reservas internacionais, não tenho dúvida, será a bancarrota imediata. Mas acho que o PT nem acredita nisso. Isso é conversa mole para boi dormir, é uma ladinha para entreter uma clientela cada vez mais diminuta dos chamados movimentos sociais, muitos deles pagos com o dinheiro público, que hoje é, vamos dizer, uma espécie de reserva de caça desse Partido em decadência, que é o PT.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Aloysio, espero que V. Ex^a esteja correto nessa afirmação de que isso que o Governo está falando, de usar essas reservas, seja simplesmente um blefe.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não é o Governo, é o PT. É uma forma de o PT dizer: eu não tenho nada com o Governo Dilma.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Que já deixou a Dilma para trás.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eles se esquecem de que, aos olhos dos brasileiros – e porque é assim na realidade –, Lula, Dilma e PT são a mesma coisa.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas o Lula, na verdade, deixa os companheiros dele para trás. Eu só espero que ele não deixe também a esposa, a D. Marisa. Mas, então, Senador Aloysio, essa história de que vai investir em infraestrutura – o que já é uma barbaridade –, eu vejo que a intenção do Governo é pegar esse dinheiro e levar para as despesas, porque a máquina já não suporta mais, como V. Ex^a disse, pois são vinte e quatro mil cargos comissionados neste Governo, trinta e tantos ministérios. A máquina não dá conta mais de andar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não cabe mais na receita.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não cabe mais!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E não dá para aumentar mais os impostos, é impossível!

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não tem como. O Governo acha que a única saída para ele é a CPMF. Pelo contrário, será o tiro fatal a volta da CPMF para esse Governo. De forma, Senador Aloysio, que essas reservas cambiais não podem ser abolidas dessa forma. Se tivéssemos uma catástrofe, aí, sim, poderíamos até pensar nisso. Então, esse é o ponto que me surpreendeu, porque eu não tinha tido acesso a essa nota do PT nesse final de semana. V. Ex^a falou sobre o problema da dívida do Brasil, interna e externa, e do desemprego.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É que a dívida está crescendo exponencialmente. Ela vai chegar, como preveem os analistas – V. Ex^a teve contato com uma pessoa muito versada na análise de contas públicas –, a cerca de 80% do Produto Interno Bruto até o final do Governo Dilma, se ele for até 2018. Era coisa de 50% há quatro anos.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É uma dívida alta, mas que é financiada a uma taxa elevadíssima, que é a taxa Selic de 14,25%. Então, é uma dívida volumosa, mas ela é rolada, digamos assim, é administrada. Ela rende para aqueles que emprestam ao Governo 14,25%. É a taxa Selic. Nenhuma dívida pública no mundo é administrada a esse custo.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – V. Ex^a está dizendo que nossa dívida pode chegar a 80% do PIB. Olha que barbaridade! Olha que absurdo! E mais, Senador Aloysio, diante desse quadro que se instalou no País, com falta de credibilidade e de confiabilidade, esse dinheiro vai custar ainda muito mais caro. Então, a probabilidade de superar esses 80% do PIB até 2018, como V. Ex^a está falando, é muito grande. Aí, sim, estamos em estado de falência total e absoluta, como a nossa Petrobras. Isso é muito grave! Agora, o que mais me preocupa, Senador Aloysio, é que esse Governo se diz o Governo do pleno emprego, é que esse Governo se diz Governo do trabalhador, mas há mais de 20 milhões de desempregados neste País hoje. Aí, sim, está a verdadeira catástrofe de uma nação. Logo depois, então, vem a criminalidade. V. Ex^a falou sobre a reforma da Previdência Social, e concordo com V. Ex^a, mas não podemos tirar direito já adquirido dos nossos trabalhadores. Isso não pode acontecer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim, quem já está aposentado continua aposentado, obviamente.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu, portanto, parabenizo-o por esse belo pronunciamento. É sempre muito bom ouvi-lo, Senador Aloysio Nunes. Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado. Eu agradeço muito o aparte de V. Ex^a, que sempre traz dados novos à reflexão, especialmente na área econômica.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, agradeço, mais uma vez, a compreensão de V. Ex^a, por ter me permitido exceder largamente o tempo que me era destinado. V. Ex^a é sempre um colega que trata os seus Pares com muita condescendência e fraternidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – É um prazer ouvir V. Ex^a, que nos trouxe excelentes informações.

Não havendo mais nenhum orador inscrito, declaramos encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 32 minutos.)

PUBLICAÇÃO DE MATERIAS E DOCUMENTOS**EXPEDIENTE****Abertura de prazo**

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2016 (nº 3.221/2015, na Casa de origem), de iniciativa da Presidente da República, que dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que serão realizados no Brasil; e altera as Leis nºs 12.035, de 2009, que institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, e 12.780, de 2013.

A matéria terá tramitação com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com os arts. 122 e 375 do Regimento Interno, e será apreciada simultaneamente pelas CCJ, CCT e CE, podendo somente receber emendas perante a primeira Comissão pelo prazo único de cinco dias úteis.

Comunicações

À Publicação
Em _____

SENADO FEDERAL
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
Memo. nº 1/2016/CMA

Brasília, 24 de fevereiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Reativação e Designação de Membros da Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas - CMAOBRA

Senhor Presidente,

Tendo em vista a aprovação do Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 4, de 2016 (anexo), informo que foi reativada a Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas – CMAOBRA, por não ter havido a conclusão de sua tarefa. Comunico que, nos termos do art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, designei os seguintes Senadores para comporem a Subcomissão, com a manutenção da mesma composição anterior: Donizeti Nogueira, Valdir Raupp, Ataídes Oliveira, Roberto Rocha e Douglas Cintra.

Respeitosamente,

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle


REQUERIMENTO DE 2016 – CMA

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

APROVADO em 23/02/2016

Presidente da CMA

Sen. Otto Alencar

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a reativação dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas - CMAOBRAS, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, destinada a acompanhar e fiscalizar os recursos públicos federais investidos em obras inacabadas; listar os empreendimentos mais importantes nessas condições, apontando suas causas e identificando, se possível, responsabilidades; e propor medidas legislativas que possam corrigir os problemas existentes e evitar novas ocorrências, pelo prazo de 10 (dez) meses.

Página: 1/3 15/02/2016 17:59:03

677bc90040f85a31a20b79eebebac6c57dee7a23
Barcode: SF/16139-01193-31

JUSTIFICAÇÃO

A administração pública brasileira está viciada por práticas contrárias a uma boa gestão da coisa pública. A máquina pública sofre com falta de profissionalismo e continuidade das ações e projetos de governo. Nesse contexto, se insere o grave problema das obras inacabadas neste País. Muitas vezes os governantes iniciam uma obra em ano eleitoral, mesmo sem adequado planejamento e recursos em caixa, para ganhar votos e se reeleger, ou eleger o seu sucessor.





Esse grave problema de obras inacabadas se espalha pelo País e é o reflexo mais claro de desperdício de dinheiro público e da má gestão do Estado brasileiro.

Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

SENADO FEDERAL
SF/16/139.01193-31

Dentre as obras inacabadas, temos pontes que não são concluídas e rodovias que não são terminadas em tempo adequado e o investimento realizado é perdido por conta de corrosão. Esses recursos desperdiçados poderiam ir para a melhoria de hospitais, de escolas públicas ou para se atender às verdadeiras prioridades da população.

Nos dizeres do ex-ministro do Tribunal de Contas da União, Valmir Campelo:

Uma obra inacabada desperta a indignação de toda a sociedade. Na quantificação do potencial prejuízo que o estado de paralisação de um empreendimento acarreta aos cofres públicos, além de se considerar o montante nele empregado até a paralisação, devem ser levadas em conta outras circunstâncias: a não-realização dos benefícios que a utilização da obra inconclusa geraria para a população e o custo associado ao desgaste das estruturas e parcelas já concluídas, que, por permanecerem muito tempo sem execução, acabam sendo degradadas pela ação deletéria do tempo e das intempéries.

Em resumo, uma obra paralisada gera muito mais prejuízo do que apenas aquele representado pelos recursos até então inutilmente nela empregados.

Página: 23 15/02/2016 17:59:03

7a23

As graves consequências das obras inacabadas para a sociedade e a falta de propostas efetivas desta Casa Legislativa para combater o problema justificam a reativação das atividades dessa importante Subcomissão, reacendendo o debate sobre o assunto, já que não houve tempo hábil para a conclusão dos trabalhos. Assim, poderemos avaliar detalhadamente este





problema, realizar estudos aprofundados sobre as suas causas e propor soluções definitivas para o SENADO FEDERAL. Gabinete do Senador ATAÍDES OLIVEIRA
fiscalizador do poder legislativo.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2016.



Senador Ataídes Oliveira

|||||
SF16139.01193-31

Página: 3/3 15/02/2016 17:59:03

c77bc90040f85aa31a20b79eebebac6c57dee7a23





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 2ª Reunião, Extraordinária, da CMA

Data: 23 de fevereiro de 2016 (terça-feira), às 09h30

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE -
CMA**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Jorge Viana (PT)	1. Humberto Costa (PT) <i>Humberto Costa</i>
Donizeti Nogueira (PT)	2. Regina Sousa (PT) <i>Regina Sousa</i>
Reguffe (S/Partido)	3. Acir Gurgacz (PDT) <i>Acir Gurgacz</i>
Paulo Rocha (PT)	4. Delcídio do Amaral (PT) <i>Delcídio do Amaral</i>
Ivo Cassol (PP)	5. Benedito de Lira (PP) <i>Benedito de Lira</i>
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	3. VAGO
VAGO	4. Sandra Braga (PMDB)
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Alvaro Dias (PV) <i>Alvaro Dias</i>
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <i>Aloysio Nunes Ferreira</i>
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Davi Alcolumbre (DEM) <i>Davi Alcolumbre</i>
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB) <i>Vanessa Grazziotin</i>
João Capiberibe (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB) <i>Roberto Rocha</i>
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Blairo Maggi (PR) <i>Blairo Maggi</i>
Douglas Cintra (PTB)	2. Fernando Collor (PTB) <i>Fernando Collor</i>

Memo nº 12/2016, do Senador Elmano Férrer, por meio do qual comunica a impossibilidade de participar do ITB Berlin Convention 2016 (International Travel Trade Berlin), que se realizará em Berlim, Alemanha, no período de 7 a 14 de março de 2016, conforme Requerimento nº 79, de 2016.

O Expediente vai à publicação.

O Requerimento vai ao arquivo.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ELMANO FÉRRER

À Publicação
Em 29/02/2016

MEMO nº 012/2016 - GSEFERRE

Brasília, 29 de fevereiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Presidente JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Senado Federal
N E S T A

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, venho comunicar-lhe que, devido a compromissos políticos assumidos no Estado do Piauí, não poderei fazer parte do grupo de parlamentares destacados para a Missão Oficial no exterior como representante do Senado Federal, por ocasião do evento ITB Berlin Convention 2016 (International Travel Trade Berlin), no período compreendido entre os dias 7 e 14 de março de 2016, em Berlim, Alemanha.

Desse modo, solicito a retirada do Requerimento nº 79, de 2016, de minha autoria.

Respeitosamente,

Senador ELMANO FÉRRER
Terceiro Suplente



Matéria recebida da Câmara dos Deputados**SENADO FEDERAL****PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 2, DE 2016**

(Nº 3.221/2016, NA CASA DE ORIGEM)

(DE INICIATIVA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)

(Tramita em regime de urgência, nos termos do art. 64, §1º, da Constituição Federal)

Dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que serão realizados no Brasil; e altera as Leis nºs 12.035, de 1º de outubro de 2009, que institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, e 12.780, de 9 de janeiro de 2013.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e aos eventos relacionados, que serão realizados no Brasil, e altera as Leis nºs 12.035, de 1º de outubro de 2009, que institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, e 12.780, de 9 de janeiro de 2013.

Art. 2º Para os fins desta Lei, serão observadas as seguintes definições:

I - Comitê Olímpico Internacional - COI - organização não governamental, de duração ilimitada, na forma de associação sem fins lucrativos,

cujo objetivo é promover o Movimento Olímpico;

II – Comitê Paraolímpico Internacional - IPC - organização não governamental, de duração ilimitada, na forma de associação sem fins lucrativos, cujo objetivo é promover os desportos destinados a atletas com deficiência;

III – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 - Rio 2016 - associação de direito privado sem fins lucrativos, com o objetivo de promover, organizar e realizar em conjunto com o COI e o IPC os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016;

IV – entidades organizadoras - o COI, o IPC e o Rio 2016;

V – competições - partidas, jogos, disputas e demais eventos desportivos oficiais dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016;

VI – Jogos - Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016;

VII – eventos oficiais - as competições e demais atividades relacionadas aos Jogos, oficialmente organizadas, chanceladas, patrocinadas ou apoiadas pelas entidades organizadoras, entre as quais:

a) cerimônias de abertura, encerramento, premiação, sorteios e revezamento da tocha;

b) congressos, seminários, reuniões, conferências, workshops e coletivas de imprensa;

c) atividades culturais, concertos, exibições, apresentações e espetáculos; e

d) sessões de treino e eventos-teste;

VIII – eventos-teste - partidas, jogos e demais eventos desportivos realizados antes do período dos Jogos para testar os ambientes de competição e de operação dos Jogos;

IX – ingresso - documento ou produto emitido pelas entidades

organizadoras ou terceiros por elas autorizados, que representa uma licença para acesso a um ou mais eventos oficiais, inclusive pacotes de hospitalidade e similares;

X – sessão de modalidade desportiva - tempo de duração da competição ou do conjunto de competições que, no caso de eventos pagos, corresponde ao período que o adquirente de ingresso terá direito a assistir;

XI – locais oficiais - locais oficialmente relacionados às competições, no período entre 5 de julho e 25 de setembro de 2016, tais como, estádios, arenas, pavilhões, vila dos atletas e de mídia, centros esportivos, centros de treinamentos, centros de mídia, centros de credenciamento, áreas de estacionamento, áreas para transmissão dos Jogos, áreas oficialmente designadas para atividades de lazer destinadas aos espectadores, localizados ou não nas cidades que irão sediar as competições, e qualquer outro local no qual o acesso seja restrito aos portadores de ingressos ou de credenciais emitidas pelas entidades organizadoras;

XII – períodos de competição - períodos entre 5 e 21 de agosto de 2016 e entre 7 e 18 de setembro de 2016;

XIII – representantes de imprensa - pessoas naturais autorizadas pelas entidades organizadoras por meio da concessão de credenciais oficiais de imprensa ou de mídia para os eventos oficiais; e

XIV – símbolos oficiais:

a) os emblemas, as bandeiras, os hinos e os lemas do COI, do IPC e do Rio 2016;

b) as denominações “Jogos Olímpicos”, “Jogos Paraolímpicos”, “Jogos Olímpicos Rio 2016”, “Jogos Paraolímpicos Rio 2016”, “XXXI Jogos Olímpicos”, “Rio 2016”, “Rio Olimpíadas”, “Rio Olimpíadas 2016”, “Rio Paraolimpíadas”, “Rio Paraolimpíadas 2016” e as demais abreviações e variações que venham a ser criadas com o mesmo objetivo, em qualquer idioma, inclusive aquelas de domínio

eletrônico em sítios da internet; e

c) os mascotes oficiais, as marcas, as tochas e outros símbolos relacionados aos XXXI Jogos Olímpicos, Jogos Olímpicos Rio 2016 e Jogos Paraolímpicos Rio 2016.

CAPÍTULO II DA PROTEÇÃO E EXPLORAÇÃO DE DIREITOS COMERCIAIS

SEÇÃO I

Da Proteção Especial Temporária e do Regime Especial de Registro de Marcas

Art. 3º As marcas registradas de titularidade das entidades organizadoras relacionadas aos símbolos oficiais listados no inciso XIV do caput do art. 2º gozarão de proteção especial temporária, equivalente à prevista no art. 125 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

§ 1º As entidades organizadoras deverão protocolar no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, no prazo de até três meses antes da realização dos Jogos Olímpicos, a lista de marcas registradas para fins da garantia de proteção especial de que trata o caput.

§ 2º O Inpi promoverá a anotação, em seus cadastros, da proteção especial temporária das marcas de que trata o caput, no prazo de trinta dias, contado da data:

I – de publicação desta Lei, para as listas já protocoladas; e

II – de protocolo das novas listas.

Art. 4º A proteção especial temporária conferida por esta Lei às marcas registradas de titularidade das entidades organizadoras produzirá efeitos até 31 de dezembro de 2016.

§ 1º Durante o período referido no caput, observado o disposto nos arts. 6º e 7º:

I – o Inpi não requererá às entidades organizadoras a comprovação da condição de alto renome de suas marcas de que trata o art. 125 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996; e

II – as anotações referentes à proteção especial temporária das marcas de titularidade das entidades organizadoras de que trata o art. 3º serão excluídas do Sistema de Marcas do Inpi apenas no caso da renúncia total prevista no inciso II do caput do art. 142 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

§ 2º Findo o prazo previsto no caput, o Inpi excluirá de seus cadastros as anotações referentes à proteção especial temporária prevista no art. 3º.

Art. 5º O Inpi deverá notificar o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br, ou entidade que venha a sucedê-lo, quanto às marcas registradas, objeto da proteção especial temporária prevista no art. 3º, para fins de rejeição, de ofício, de pedidos de registro de nomes de domínio apresentados por terceiros que empreguem expressões ou termos idênticos ou similares às marcas.

Parágrafo único. A notificação de que trata o caput deverá ser realizada no prazo de trinta dias, contado da data da anotação da proteção especial temporária da marca registrada.

Art. 6º O Inpi adotará regime especial para os procedimentos relativos aos pedidos de registro de marca apresentados pelas entidades organizadoras até 31 de dezembro de 2016.

§ 1º A publicação dos pedidos a que se refere o caput deverá ocorrer no prazo de trinta dias, contado da data de apresentação de cada pedido, ressalvados aqueles cujo prazo para publicação for suspenso pela exigência formal preliminar prevista nos arts. 156 e 157 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

§ 2º As oposições aos pedidos a que se refere o caput devem ser apresentadas no prazo de sessenta dias, contado da data de publicação de que trata o § 1º.

§ 3º O requerente deverá ser notificado da oposição e poderá apresentar sua manifestação no prazo de trinta dias.

§ 4º Findo o prazo para oposição ou manifestação à oposição, o Inpi decidirá o processo em trinta dias.

§ 5º Proferida a decisão de que trata o § 4º, o Inpi deverá publicá-la em trinta dias.

§ 6º Antes de decidir, o Inpi poderá estabelecer, uma única vez, exigências a serem cumpridas no prazo de dez dias, durante os quais o prazo a que se refere o § 4º ficará suspenso.

§ 7º Durante o período previsto no caput, o Inpi deverá, no prazo de trinta dias, contado da data de publicação referida no § 1º, de ofício ou a pedido das entidades organizadoras, indeferir qualquer pedido de registro de marca apresentado por terceiros que seja flagrante reprodução ou imitação, no todo ou em parte, dos símbolos oficiais, ou que possa causar evidente confusão ou associação não autorizada às entidades organizadoras ou aos símbolos oficiais.

Art. 7º Na hipótese de indeferimento do pedido de que trata o § 7º do art. 6º, o requerente poderá interpor recurso ao presidente do Inpi, no prazo de quinze dias, contado da data da publicação da respectiva decisão.

§ 1º As partes interessadas serão notificadas para apresentar suas contrarrazões ao recurso no prazo de quinze dias.

§ 2º O presidente do Inpi decidirá sobre o recurso no prazo de vinte dias, contado da data do término do prazo referido no § 1º.

§ 3º O disposto no § 6º do art. 6º aplica-se à fase recursal de que trata este artigo.

Art. 8º O disposto nos arts. 6º e 7º aplica-se também aos pedidos de registro de marca apresentados:

I – pelas entidades organizadoras, pendentes de exame no Inpi; e

II – por terceiros, até 31 de dezembro de 2016, que sejam flagrante reprodução ou imitação, no todo ou em parte, dos símbolos oficiais, ou que possam causar evidente confusão ou associação não autorizada com as entidades organizadoras ou com os símbolos oficiais.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a terceiros que estejam de alguma forma relacionados aos Jogos.

SEÇÃO II

Das Áreas de Interesse

Art. 9º A União colaborará com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Jogos e com as demais autoridades competentes para assegurar às entidades organizadoras e às pessoas por elas indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços e realizar outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos locais oficiais e nas áreas delimitadas pela autoridade municipal competente.

Parágrafo único. A delimitação das áreas a que se refere este artigo não prejudicará as atividades regulares dos estabelecimentos em funcionamento, desde que atuem sem qualquer forma de associação aos Jogos, observado o disposto no art. 170 da Constituição Federal.

SEÇÃO III

Do Acesso aos Locais Oficiais, da Captação de Imagens ou Sons e da Radiodifusão

Art. 10. O acesso de agentes públicos no exercício de suas funções e dos demais profissionais envolvidos com os Jogos, inclusive os representantes de imprensa, aos locais oficiais ou por ocasião dos eventos oficiais ocorrerá por meio de credenciamento a ser realizado exclusivamente pelo COI, no que se refere aos Jogos Olímpicos, e pelo IPC, aos Paraolímpicos, ou pelo Rio 2016, em ambos os casos.

Parágrafo único. As credenciais conferem o acesso, total ou parcial, conforme o caso, aos locais oficiais, não implicando o direito de captar, por qualquer meio, imagens ou sons dos eventos oficiais.

Art. 11. O COI e o IPC são os titulares exclusivos e beneficiários de todos os direitos, títulos e interesses relacionados às imagens e aos sons dos eventos oficiais, originais ou não, e às outras formas de expressão produzidas, desenvolvidas, criadas ou geradas a partir dos eventos oficiais.

Parágrafo único. O disposto no caput inclui os direitos de usar, explorar, negociar, autorizar e proibir o uso das imagens e sons e os direitos de capturá-los, gravá-los, reproduzi-los, transmiti-los, exibi-los ou disponibilizá-los.

Art. 12. A autorização para captar imagens ou sons de qualquer evento oficial será exclusivamente concedida pelo COI e pelo IPC ou por pessoa por eles indicada, inclusive em relação aos representantes de imprensa.

Art. 13. A transmissão, a retransmissão ou a exibição, para fins comerciais, por qualquer meio de comunicação, em todos os formatos disponíveis, inclusive pela internet, de imagens ou sons dos eventos oficiais somente poderão ser feitas mediante prévia e expressa autorização escrita do COI e do IPC.

§ 1º Sem prejuízo da exclusividade prevista no art. 11, o COI e o IPC ficam obrigados a disponibilizar flagrantes de imagens dos eventos oficiais aos veículos de comunicação interessados em sua retransmissão, inclusive pela internet, observadas as seguintes condições cumulativas:

I – a retransmissão deverá ser destinada à inclusão em noticiário, sempre com finalidade informativa, sendo proibida a associação dos flagrantes de imagens a qualquer forma de patrocínio, promoção, publicidade ou atividade de marketing;

II – a definição de sons e imagens deverá ser a de maior padrão de qualidade disponível, garantindo-se, no mínimo, a resolução em High Definition

Television - HDTV;

III – os veículos de comunicação interessados comunicarão a intenção de ter acesso ao conteúdo dos flagrantes de imagens dos eventos oficiais, por escrito, até setenta e duas horas antes do início dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paraolímpicos, ao COI, ao IPC ou à pessoa por eles indicada; e

IV – a retransmissão de sinais de radiodifusão sonora e de sons e imagens ocorrerá somente na programação dos canais e nos meios disponíveis exclusivamente no território nacional.

§ 2º Os veículos de comunicação solicitantes não poderão:

I – organizar, aprovar, realizar ou patrocinar qualquer atividade promocional, publicitária ou de marketing associada às imagens ou aos sons contidos no conteúdo disponibilizado nos termos do § 1º; e

II – explorar comercialmente o conteúdo fornecido nos termos do § 1º, inclusive em programas de entretenimento, documentários, sítios da internet ou qualquer outra forma de veiculação de conteúdo.

§ 3º O conteúdo disponibilizado, nos termos do § 1º, para os radiodifusores de sons e imagens solicitantes poderá ser por eles distribuído para suas retransmissoras, as quais também ficarão obrigadas ao cumprimento dos termos e condições dispostos neste artigo e no art. 14.

§ 4º Ressalvado o disposto no § 3º, o material televisivo selecionado para exibição nos termos do art. 14 deverá ser utilizado apenas pelo veículo de comunicação solicitante, limitada sua exibição ao território nacional brasileiro.

Art. 14. Para os fins do disposto no § 1º do art. 13, o COI, o IPC ou a pessoa por eles indicada deverá preparar e disponibilizar aos veículos de comunicação interessados os flagrantes dos principais momentos dos eventos oficiais, observados os limites mínimos diários de:

I – seis minutos das cerimônias de abertura e de encerramento dos

Jogos Olímpicos e Paraolímpicos; e

II – vinte e um minutos das competições desportivas realizadas a cada dia.

§ 1º Os flagrantes de melhores momentos referidos no inciso II do caput deverão observar, no mínimo, noventa segundos ou um terço da sua duração total, o que for inferior, e a totalidade do evento nas competições com duração igual ou inferior a quinze segundos, das sessões de modalidade desportiva realizadas naquela data em que atletas brasileiros estejam envolvidos em competições com disputa por medalhas.

§ 2º O conteúdo dos flagrantes das sessões de modalidade desportiva diárias referidos no caput deverá ser disponibilizado aos interessados de forma fracionada, no mínimo três vezes por dia, nos períodos da manhã, da tarde e da noite, em prazo não superior a duas horas após o término da última sessão de modalidade desportiva em cada período.

§ 3º O veículo de comunicação interessado não excederá o limite máximo diário de exibição de quinze minutos das imagens por ele escolhidas nos flagrantes dos eventos oficiais de que trata o § 1º do art. 13.

§ 4º As imagens das cerimônias de premiação e de entrega de medalhas com a participação de atletas brasileiros deverão ser disponibilizadas pelas entidades organizadoras com, no mínimo, noventa segundos de duração, os quais serão computados no limite referido no § 3º.

SEÇÃO IV

Das Sanções Civis

Art. 15. Observadas as disposições da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, é obrigado a indenizar os danos, os lucros cessantes e qualquer proveito obtido aquele que praticar, sem autorização das entidades organizadoras ou de pessoa por elas indicada, as seguintes condutas:

I – promoção, nos locais oficiais e nas áreas delimitadas de que trata o

art. 9º, de:

a) atividades de publicidade, inclusive oferta de provas de comida ou bebida, distribuição de produtos de marca, panfletos, outros materiais promocionais ou atividades similares de cunho publicitário;

b) publicidade ostensiva em veículos automotores, estacionados ou em circulação; e

c) publicidade aérea ou náutica, inclusive por meio do uso de balões, de aeronaves ou de embarcações;

II – exibição pública das competições por qualquer meio de comunicação em local público ou privado de acesso público, associada à promoção comercial de produto, marca ou serviço ou em que seja cobrado ingresso;

III – venda, oferecimento, transporte, ocultação, exposição à venda, negociação, desvio ou transferência de ingressos, convites ou qualquer outro tipo de autorização ou credencial para os eventos oficiais de forma onerosa, com a intenção de obter vantagens para si ou para outrem; e

IV – uso de ingressos, convites ou qualquer outro tipo de autorização ou credencial para os eventos oficiais para fins de publicidade, venda ou promoção, como benefício, brinde, prêmio de concursos, competições ou promoções, como parte de pacote de viagem ou hospedagem, ou a sua disponibilização ou o seu anúncio para esses propósitos.

§ 1º O valor da indenização prevista neste artigo será calculado de maneira a englobar quaisquer danos sofridos pela parte prejudicada, incluídos os lucros cessantes e as vantagens ilegalmente obtidas pelo autor da infração.

§ 2º Responderão solidariamente pela reparação dos danos referidos no caput todos aqueles que realizarem, organizarem, autorizarem, aprovarem ou patrocinarem as condutas previstas neste artigo.

Art. 16. Caso não seja possível estabelecer o valor dos danos, dos

lucros cessantes ou das vantagens ilegalmente obtidas, a indenização decorrente dos atos ilícitos previstos no art. 15 corresponderá ao valor que o autor da infração teria pago ao titular do direito violado para que lhe fosse permitido explorá-lo de modo regular, tomando-se por base os parâmetros contratuais geralmente usados pelo titular do direito violado.

SEÇÃO V

Das Disposições Penais Utilização indevida de símbolos oficiais

Art. 17. Reproduzir, imitar, falsificar ou modificar indevidamente quaisquer símbolos oficiais de titularidade das entidades organizadoras:

Pena – detenção de três meses a um ano ou multa.

Art. 18. Importar, exportar, vender, distribuir, oferecer ou expor à venda, ocultar ou manter em estoque, sem autorização das entidades organizadoras ou de pessoa por elas indicada, símbolos oficiais ou produtos resultantes da reprodução, imitação, falsificação ou modificação não autorizadas de símbolos oficiais para fins comerciais ou de publicidade:

Pena – detenção de um a três meses ou multa.

Marketing de emboscada por associação

Art. 19. Divulgar marcas, produtos ou serviços, com o fim de alcançar vantagem econômica ou publicitária, por meio de associação direta ou indireta com os Jogos, sem autorização das entidades organizadoras ou de pessoa por elas indicada, induzindo terceiros a acreditar que tais marcas, produtos ou serviços são aprovados, autorizados ou endossados pelas entidades organizadoras:

Pena – detenção de três meses a um ano ou multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem, sem autorização das entidades organizadoras ou de pessoa por elas indicada, vincular o uso de ingressos, convites ou qualquer espécie de autorização de acesso aos eventos oficiais a ações de publicidade ou atividades comerciais com o intuito de obter

vantagem econômica ou publicitária.

Marketing de emboscada por intrusão

Art. 20. Expor marcas, negócios, estabelecimentos, produtos, serviços ou praticar atividade promocional, sem autorização das entidades organizadoras ou de pessoa por elas indicada, atraindo de qualquer forma a atenção pública nos locais oficiais com o fim de obter vantagem econômica ou publicitária:

Pena – detenção de três meses a um ano ou multa.

Art. 21. Nos crimes previstos neste Capítulo, somente se procede mediante representação das entidades organizadoras.

Art. 22. Na fixação da pena de multa prevista neste Capítulo, o limite a que se refere o § 1º do art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, pode ser acrescido ou reduzido em até dez vezes, de acordo com as condições financeiras do autor da infração e da vantagem indevidamente auferida.

Art. 23. Os tipos penais previstos neste Capítulo terão vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.

CAPÍTULO III DA VENDA DE INGRESSOS

Art. 24. O preço dos ingressos para cada sessão de modalidade desportiva e os meios de pagamento admitidos serão determinados pelas entidades organizadoras.

§ 1º Poderá ser oferecida mais de uma categoria de preço de ingresso.

§ 2º Os descontos, as gratuidades e outras preferências aplicáveis aos ingressos de cada sessão de modalidade desportiva são regidos exclusivamente pelo disposto nesta Lei, observado o disposto no § 6º.

§ 3º Os ingressos para as categorias de menor preço serão vendidos

com desconto de 50% (cinquenta por cento) para os estudantes residentes no País.

§ 4º A comprovação da condição de estudante, para efeito da compra dos ingressos de que trata o § 3º, é obrigatória e ocorrerá mediante a apresentação da carteira de identificação estudantil, nos termos do regulamento, expedida exclusivamente pela Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG, pela União Nacional dos Estudantes - UNE, pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES, pelas uniões estaduais e municipais filiadas àquelas, pelos Diretórios Centrais dos Estudantes - DCE e pelos Centros e Diretórios Acadêmicos das instituições de ensino superior, com prazo de validade renovável a cada ano.

§ 5º A partir da publicação desta Lei, os ingressos para todas as categorias de preço serão vendidos com desconto de 50% (cinquenta por cento) para as pessoas residentes no País com idade igual ou superior a sessenta anos, bem como para a pessoa com deficiência e seu acompanhante.

§ 6º As entidades organizadoras poderão conceder outros descontos, ainda que apenas para determinadas categorias de ingressos.

§ 7º A partir da publicação desta Lei, as entidades organizadoras deverão disponibilizar assentos em locais de boa visibilidade e com instalações adequadas e específicas, cumprindo a proporção de no mínimo 4% (quatro por cento) de assentos para pessoas com deficiência e de 2% (dois por cento) para assentos de pessoas com mobilidade reduzida, para todas as categorias de preço, evitando-se áreas segregadas de público e obstrução das saídas.

§ 8º A garantia de assentos para pessoas com deficiência e para pessoas com mobilidade reduzida de que trata o § 7º inclui, também, os assentos para seus acompanhantes.

Art. 25. Os ingressos serão oferecidos, por meio de sorteios, a pessoas naturais, maiores de dezoito anos, com número válido no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e residentes no País, mediante cadastro e solicitação em sítio oficial

na rede mundial de computadores das entidades organizadoras.

Parágrafo único. Os ingressos remanescentes dos sorteios serão disponibilizados para venda no sítio eletrônico oficial e nas bilheterias das entidades organizadoras.

Art. 26. Os critérios para reimpressão, transferência, revenda, cancelamento, devolução e reembolso de ingressos, assim como para alocação, realocação, marcação, remarcação e cancelamento de assentos nos locais oficiais serão definidos pelas entidades organizadoras, que poderão dispor sobre a possibilidade de:

I – modificar datas, horários ou locais dos eventos oficiais;

II – limitar o número de ingressos que pode ser adquirido por cada espectador; e

III – vender ingresso de forma avulsa ou em conjunto com pacotes turísticos ou de hospitalidade.

Parágrafo único. Na compra de ingressos, o consumidor poderá exercer o direito de arrependimento previsto no art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, desde que tal direito não seja exercido com menos de quarenta e oito horas do respectivo evento oficial.

Art. 27. As entidades organizadoras não serão responsáveis por:

I – mau funcionamento de computadores, sistemas, programas ou internet dos adquirentes de ingressos;

II – erros ou equívocos dos adquirentes no processo de compra de ingressos; ou

III – fatos resultantes de eventos da natureza existentes nos dias das competições, respeitado o direito de resarcimento.

CAPÍTULO IV

DAS CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA NOS LOCAIS OFICIAIS

Art. 28. São condições para acesso e permanência nos locais oficiais, entre outras:

I – estar na posse de ingresso ou documento de credenciamento na forma do art. 10;

II – não portar objeto que possibilite a prática de ato de violência;

III – consentir a revista pessoal de prevenção e segurança;

IV – não portar ou ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, de caráter racista, xenófobo ou que estimulem outras formas de discriminação;

V – não entoar xingamentos ou cânticos discriminatórios, racistas ou xenófobos;

VI – não arremessar objetos, de qualquer natureza, no interior do recinto esportivo;

VII – não portar ou utilizar fogos de artifício ou quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogos, inclusive instrumentos dotados de raios laser ou semelhantes ou que os possam emitir, exceto equipe autorizada pelas entidades organizadoras ou pessoa por ela indicada, para fins artísticos;

VIII – não incitar e não praticar ato de violência, qualquer que seja a sua natureza;

IX – não invadir e não incitar a invasão, de qualquer forma, da área restrita aos competidores, representantes de imprensa, autoridades ou equipes técnicas; e

X – não utilizar bandeiras para outros fins que não o da manifestação festiva e amigável.

§ 1º É ressalvado o direito constitucional ao livre exercício de

manifestação e à plena liberdade de expressão em defesa da dignidade da pessoa humana.

§ 2º O não cumprimento de condição estabelecida neste artigo implicará a impossibilidade de ingresso da pessoa no local oficial ou o seu afastamento imediato do recinto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou penais.

CAPÍTULO V DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA UNIÃO

Art. 29. A União responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem às entidades organizadoras.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. As controvérsias entre a União e as entidades organizadoras ocorridas na República Federativa do Brasil, e cujo objeto verse sobre os eventos oficiais, poderão ser resolvidas pela Advocacia-Geral da União, em sede administrativa, mediante conciliação, se conveniente à União e às demais pessoas referidas neste artigo.

Parágrafo único. A validade do termo de conciliação que envolver o pagamento de indenização será condicionada:

I – à sua homologação pelo Advogado-Geral da União; e

II – à sua divulgação, previamente à homologação, mediante publicação no Diário Oficial da União e a manutenção de seu inteiro teor, pelo prazo mínimo de cinco dias úteis, no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União.

Art. 31. A União colaborará com o Distrito Federal, com os Estados e com os Municípios que sediarão os eventos oficiais e com as demais autoridades competentes, para assegurar que, nos períodos de 5 a 21 de agosto de 2016 e de 7

a 18 de setembro de 2016, os locais oficiais estejam disponíveis, inclusive quanto ao uso de seus assentos, para uso exclusivo das entidades organizadoras.

Art. 32. Os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União deverão colaborar com as entidades organizadoras para garantir a realização dos eventos oficiais.

Parágrafo único. Sempre que o interesse público exigir e visando a uma atuação eficiente, os órgãos e as entidades da administração pública direta e indireta da União poderão autorizar que seus servidores civis e militares exerçam suas funções nos locais oficiais, sem implicar subordinação às entidades organizadoras.

Art. 33. Fica autorizada a prestação de serviço voluntário não remunerado por pessoa natural para auxiliar as entidades organizadoras no planejamento, nos preparativos e na realização dos eventos oficiais.

§ 1º O serviço voluntário referido no caput:

I – não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim para o tomador do serviço; e

II – será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade tomadora do serviço e o voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

§ 2º A concessão de meios para a prestação do serviço voluntário, a exemplo de transporte, alimentação e uniformes, não descaracteriza sua gratuidade.

§ 3º O prestador do serviço voluntário poderá ser resarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias, desde que expressamente autorizadas pela entidade tomadora.

§ 4º O acesso e permanência dos voluntários nos locais oficiais deverão ser autorizados mediante credenciamento, nos termos do art. 10.

Art. 34. O serviço voluntário que vier a ser prestado por pessoa natural a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos, para os fins do disposto nesta Lei, observará o disposto na Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Art. 35. Os produtos apreendidos por violação ao disposto nesta Lei serão, observado o devido processo legal e ouvidas as entidades organizadoras, destruídos ou doados a entidades e organizações de assistência social, após a descaracterização dos produtos pela remoção dos símbolos oficiais, quando possível.

Art. 36. Aplicam-se subsidiariamente as disposições das Leis nºs 9.279, de 14 de maio de 1996, 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, e 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Art. 37. Aplicam-se aos Jogos, no que couber, as disposições da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003.

§ 1º Exceta-se da aplicação supletiva constante do caput o disposto nos Capítulos III, VIII, IX e X e nos arts. 13-A a 21, no § 2º do art. 23 e nos arts. 24, 25, 27 e 37 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003.

§ 2º Para fins da realização das competições, a aplicação do disposto nos arts. 2º-A, 39-A e 39-B da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, fica restrita às pessoas jurídicas de direito privado ou existentes de fato, constituídas ou sediadas no Brasil.

Art. 38. A Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 2º**

.....

§ 2º A permanência no território nacional na condição estabelecida neste artigo será restrita ao período compreendido

entre 5 de maio de 2016 e 5 de novembro de 2016, podendo ser prorrogado por até dez dias, mediante requerimento formal, acompanhado de manifestação emitida pelo Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, dirigido à autoridade competente e por ela aceito” (NR)

“Art. 13.

.....

§ 2º Durante o período a que se refere o caput e para a finalidade de organização e realização dos Jogos Rio 2016, o uso de radiofrequências pelas entidades e pessoas físicas enumeradas no § 1º será isento do pagamento de preços públicos e taxas ordinariamente devidos.

§ 3º A disponibilização do espectro de frequência prevista no caput e a isenção de pagamento referida no § 2º poderão ser estendidas para os eventos-teste, desde que solicitado à autoridade competente com prazo mínimo de noventa dias de antecedência.

§ 4º A disponibilização de radiofrequência prevista no caput e no § 3º não incluirá as faixas de uso militar e aeronáutico.” (NR)

Art. 39. Durante a realização dos eventos oficiais, os aeroportos poderão operar em tempo integral, sem restrição de horário, observadas as normas da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, do Comando da Aeronáutica e da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Art. 40. O Capítulo II da Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, passa a vigorar acrescido da seguinte Seção VII:

“SEÇÃO VII

Da Isenção da Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados
pelo Exército Brasileiro

‘Art. 18-A. Estão isentos da Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro - TFPC, de que trata a Lei nº 10.834, de 29 de dezembro de 2003, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016:

I – as pessoas jurídicas responsáveis pela organização e condução dos Jogos e pelos seus eventos-teste;

II – os atletas inscritos nos Jogos e nos eventos-teste; e

III – o Comitê Olímpico Internacional - COI, o Comitê Paraolímpico Internacional - IPC, as Federações Desportivas Internacionais - IFs e os Comitês Olímpicos e Paraolímpicos de outras nacionalidades para treinamentos e competições dos Jogos.’
”

Art. 41. Fica revogado o art. 6º da Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1396899&filename=MSC+378/2015%3D%3E+PL+3221/2015

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DE URGÊNCIA

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1425066&filename=MSC+540/2015%3D%3E+PL+3221/2015

PROJETO DE LEI ORIGINAL E EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra;jsessionid=CCCC0D84768EF4A47F7B34940C89646D.proposicoesWeb2?codteor=1396445&filename=PL+3221/2015

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA; DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, SIMULTANEAMENTE)

Ofício do Ministro de Estado do Meio Ambiente

Ofício nº 172, de 25 de fevereiro de 2016, do Ministro de Estado do Meio Ambiente, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1164, de 2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Relatórios

SEI/TRF4 - 2921735 - Ofício ::

https://sei.trf4.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...



A CMO.
Em 29/2/2016
[Assinatura]
(Gone Amélia)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre - RS - www.trf4.jus.br

OFÍCIO - 2921735 - CONIN/NAUDI

00100.017219/2016-95
Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2016.

115 FEV 2016

Ao
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2015, em cumprimento às prerrogativas da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - em seus artigos 59 e 67; bem como ao que estabelece o Inciso I, art. 5º, da Lei nº 10.028/2000 que dispõe o seguinte: "Art. 5º Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas: I – deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei;".

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por Luiz Fernando Wowk Penteado, Presidente, em 04/02/2016, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.trf4.jus.br/trf4/processos_verifica.php informando o código verificador 2921735 e o código CRC 3E27C535.

SEI/TRF4 - 2907797 - Resolução ::

https://sei.trf4.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...

Diário Eletrônico Administrativo nº 24
Disponibilização: 04/02/2016
Publicação: 05/02/2016

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre - RS - www.trf4.jus.br

RESOLUÇÃO N° 5, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a aprovação e publicação do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 4ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2015.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 0004837-83.2015.4.04.8000, ad referendum do Conselho de Administração, e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2015, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por Luiz Fernando Wokk Penteado, Presidente, em 25/01/2016, às 16:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador 2907797 e o código CRC 51B96039.

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 4ª REGIÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015			
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00	
DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)			
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
(a)	(b)	(c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.483.364.958,18	7.832.810,15	1.491.197.768,33
Pessoal Ativo	1.311.057.224,32	7.144.648,01	1.318.201.872,33
Pessoal Inativo e Pensionistas	172.307.733,86	688.162,14	172.995.896,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	157.531.286,86	2.141.575,40	159.672.862,26
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	4.279.595,03	20.000,00	4.299.595,03
Decorrentes de Decisão Judicial	145.082,12	0,00	145.082,12
Despesas de Exercícios Anteriores	4.780.466,75	1.693.611,36	6.474.078,11
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	148.326.142,96	427.964,04	148.754.107,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.325.833.671,32	5.691.234,75	1.331.524.906,07
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)		674.522.742.049,70	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,196559%	0,000844%	0,197403%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,305833%		2.062.913.137,69

:: SEI/TRF4 - 2907797 - Resolução::

https://sei.trf4.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...

LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,290541%	1.959.767.480,81
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,275250%	1.856.621.823,92

FONTE: TESOURO GERENCIAL

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 4ª REGIÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015									
RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")									
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
100 - Recursos Ordinários	95.335.881,87	2.430.294,55	6.553.643,74	5.333.301,04	-203.014,40	81.221.656,94	81.066.865,69	2.456,00	
127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário	6.911.688,73	99.808,43	60.932,66	79.983,94	-361,79	6.671.325,49	6.670.963,70	0,00	
150 - Recursos Não Financeiros Diretam. Arrecadados	432.459,73	0,00	0,00	0,00	0,00	432.459,73	0,00	0,00	
156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	218.857,30	0,00	0,00	82.106,93	203.376,19	-66.625,82	12.598,23	0,00	
169 - Contribuição Patronal P/Plano Seguridade Social	460.272,34	0,00	44.906,53	0,00	0,00	415.365,81	415.365,81	0,00	
188 - Rémuner. Disponib. Tesouro Nacional	2.579.910,65	0,00	515.585,70	0,00	0,00	2.064.324,95	2.064.324,95	0,00	
190 - Recursos Diversos	6.431.696,93	0,00	0,00	0,00	6.431.696,93	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	112.370.767,55	2.530.102,98	7.175.068,63	5.495.391,91	6.431.696,93	90.738.507,10	90.230.118,38	2.456,00	
Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	112.370.767,55	2.530.102,98	7.175.068,63	5.495.391,91	6.431.696,93	90.738.507,10	90.230.118,38	2.456,00	

: SEI/TRF4 - 2907797 - Resolução ::

https://sei.trf4.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------	------	------	------

FONTE: TESOURO GERENCIAL

Nota: 1 - A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota 2- Recursos a Receber para RP (valores líquidos incluídos em Disponibilidade Bruta) na fonte 0100: R\$ 55.639.845,33 (já descontados os R\$ 203.014,40 pertencentes a fonte 0156); na fonte 0127 R\$ 119.885,46 (já descontados os R\$ 361,79); na fonte 0169- R\$ 396.179,49 e na fonte 0188- R\$ 2.049.604,19.

Nota 3- A coluna "Demais Obrigações Financeiras" ficou negativa nas fontes 0100 e 0127 e positiva no valor de R\$ 203.376,19 registrando um passivo na fonte 0156, tendo em vista o registro de documentos pela ug 090019 (2015NL's 810 e 833), sem as devidas contrapartidas no controle orçamentário.

Nota 4- Foram canceladas, em 21/01/2016, as Ne's. inscritas em RP Não Processados a liquidar de exercícios anteriores na fonte 0156: 2014NE000003 de R\$ 42.108,84 da ug 090020 e as Ne's 2014NE000039 de R\$ 1.441,09 e 2014NE000040 de R\$ 38.557,00 ambas da ug 090019 e na ug 090030 na fonte 0100 a 2013NE002256 R\$ 49.966,27 (cancelada em 25/01/2016).

WOLFGANG STRIEBEL

DIRETOR DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

ROCITA FÁTIMA FERRAREZE

DIRETORA DA DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE, EM EXERCÍCIO

JOÃO ZURLO FILHO

DIRETOR-GERAL, EM EXERCÍCIO

*CCS/LS/AS/AN/2016-47**presid*

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO - PARANÁ

Secof – (41) 3310-7170 / 7430 / 7431 / 7169 / 7168 / 7758 (fax) – secof@trt9.jus.br
Av. Vicente Machado, 147, 8º andar, Centro, Curitiba, PR, CEP 80420-010

A CMO.
Em 29/2/2016
[Signature]

(Ana Amélia)

Of. nº 6/2016/Sercont-Secof.

Curitiba, 11 de fevereiro de 2016

Ao Excelentíssimo Senhor
Presidente do Congresso Nacional
Senador José Renan Vasconcelos Calheiros
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º andar.
70.165-900 – Brasília - DF

23 FEVEREIRO 2016

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2015 – TRT 9ª Região

1. Comunicamos a Vossa Excelência que este Órgão Trabalhista, em cumprimento ao disposto no art. 54 e no §2º, art. 55, da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 4/5/2000, publicou o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro/2015 a dezembro/2015, no DOU nº 19, seção 1, de 28 de janeiro de 2016, páginas 115 e 116.

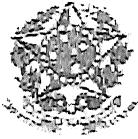
2. Em cumprimento ao disposto no art. 59, da Lei Complementar nº 101/2000 c/c art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminhamos, em anexo, cópia dos Relatórios de Gestão Fiscal relativo ao 3º quadrimestre de 2015.

Respeitosamente,

Vilmar José Siqueira,
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

Anexos ao Ofício 6/2016/Sercont-Secof:

- 1) Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Anexo I, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar – Anexo V, Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Anexo VII e Portaria JP nº 2/2016 TRT 9ª Região.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

PORTARIA JP N.º 2, DE 8 DE JANEIRO DE 2016.

O DESEMBARGADOR DO TRABALHO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais, diante do disposto no art. 8º do Regulamento Geral,

R E S O L V E determinar a publicação do anexo Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de janeiro/2015 a dezembro/2015, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Arnoldo Teixeira", is placed over a rectangular box. To the right of the signature, there is a large, faint, curved mark that looks like a stylized letter "Z".
Desembargador **ARNOR LIMA NETO**
Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL,
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JAN/2015 A DEZ/2015

ROU - ANEXO I (TRT, art. 58, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	750.915.164,37	3.025.084,11	753.950.248,48
Pessoal Ativo	605.820.530,77	2.403.636,71	608.224.167,48
Pessoal Inativo e Pensionistas	145.094.633,60	6.311.447,46	145.726.081,06
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	127.680.128,71	3.020.305,59	130.700.434,30
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.236.386,85	0,00	1.236.386,85
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	273.532,86	3.020.305,59	3.293.838,45
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	126.170.209,00	0,00	126.170.209,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	623.235.035,66	14.778,52	623.249.814,18

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	674.522.742,00,00		
*% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV)*100	0,092396%	0,000002%	0,092399%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - *%*	0,150370%		1.014.279,847,15
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - *%*	0,142852%		963.565.854,79
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - *%*	0,135333%		912.851.862,43

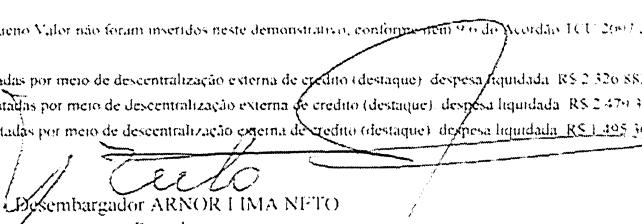
Fonte: Sistaf - Sistcont Secol/TRT da 9ª Região - 18 JAN 16-10 00

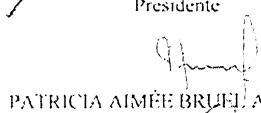
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados não também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

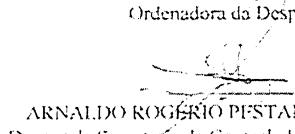
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 6º da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 5º, inciso II da Lei 4.320/64.

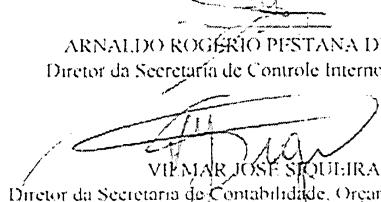
7) Os valores executados de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor não foram inseridos neste demonstrativo, conforme item 9º do Acordo TCU 269/12011, a saber:

- a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque) despesa liquidada: R\$ 2.320.882,38
- b) Despesas com Precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque) despesa liquidada: R\$ 2.470.375,63
- c) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque) despesa liquidada: R\$ 1.495.365,13


 Desembargador ARNOR LIMA NETO
 Presidente


 PATRICIA AIMÉE BRUE ANTONIO
 Ordenadora da Despesa


 ARNALDO ROGÉRIO PESTANA DE SOUSA
 Diretor da Secretaria de Controle Interno e Auditoria


 VILMAR JOSÉ SIQUEIRA
 Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTO FISCAL DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO 2015 ATÉ DEZEMBRO 2015

RGF - ANEXO V (Tabela 33 - Tabelas III, alínea "c")

RS 1.3

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPESSOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Demais Obrigações Financeiras							
		De Exercícios Anteriores	Da Exercício								
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a) + (b) + (c) + (d)	(g)	(h)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (i)											
10999999999	31.012.275,29	114.000,00	37.320,43	1.728.937,45		31.012.275,29	1.728.937,45				
12700000000	3.000.000,00		3.000.000,00			3.000.000,00		3.000.000,00			
15015110000	4.501.511,00		4.501.511,00			4.501.511,00		4.501.511,00			
18100000000	97.010,00	11.100,00				108.110,00		108.110,00			
18115110000	31.100.229,75		31.100.229,75			31.100.229,75		31.100.229,75			
12900000000	1.290.000,00		1.290.000,00			1.290.000,00		1.290.000,00			
18115110000	1.290.000,00		1.290.000,00			1.290.000,00		1.290.000,00			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (i)	31.409.719,00	137.193,00	316.900,00	1.728.937,45	1.874,00	30.821.236,45	25.700.229,45	0,00			
TOTAL (III) = (I) + (II)	31.409.719,00	137.193,00	316.900,00	1.728.937,45	1.874,00	30.821.236,45	25.700.229,45	0,00			

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES:

TODOS - Servidores da 7ª Região - 18 JAN 16 1995

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPN está comprometida com o Passivo Atualizado.

Desembargador ARNOR LIMA NETO
Presidente

PATRÍCIA AIMÉE BRÜEL ANTONIO
Ordenadora da Despesa

ARNALDO ROGERIO PESTANA DE SOUZA
Diretor da Secretaria de Controle Interno e Auditoria

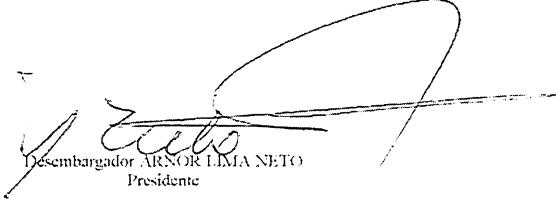
VILMAR JOSÉ SIQUEIRA
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SÉRIE C
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA NECESSIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

LRF, art. 48 - Anexo 7

RECEITA CORRENTE LIQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	% SOBRE A RCL
Receita Corrente Líquida	R\$ 1.522.420,00	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 26 da LRF) - % Limite Prudente (parágrafo único, art. 22 da LRF) - %	623.219.814,18 1.014.270.817,18 963.658.847,8	0,189 0,15 0,11
DIVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERACÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas Operações de Crédito por Antecipação da Receita Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	25.700.220,50	50.823.256,47

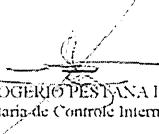
Fonte: Sistel - Serviço Seco de TPI da 9ª Região - 18 JAN 16-10:00



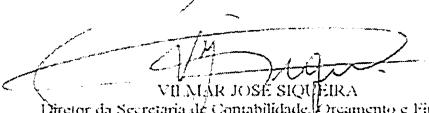
Desembargador ARNOR LIMA NETO
Presidente



PATRÍCIA ALMÉE BRUEI ANTONIO
Ordenadora da Despesa



ARNALDO ROGERIO PESTANA DE SOUSA
Diretor da Secretaria de Controle Interno e Auditoria



VILMAR JOSÉ SIQUEIRA
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

115 FÉV 2016

Manaus, 5 de fevereiro de 2016.

00400-011720212016-38

A Sua Excelência o Senhor
José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º andar
70165-900 – Brasília. DF

*A CMQ.
EM 29/2/2016*

(Ana Morelli)

Assunto: **Republicação do Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre de 2015**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em atendimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar nº 101/00 (LRF) e no art. 5º, I, da Lei nº 10.028/00 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a Vossa Excelência a Portaria nº 18/2016/DG, de 27-1-2016, que tornou público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 3º Quadrimestre de 2015 (janeiro/2015 a dezembro/2015), republicada no Diário Oficial da União no dia 29-1-2016, seção 1, páginas 202/203, conforme cópia anexa.

Respeitosamente,

Assinado Eletronicamente
LAIRTO JOSÉ VELOSO
Vice-Presidente do TRT da 11ª Região,
no exercício da Presidência

Assinado por: CN=Lairto Jose Velooso,OU=Juizes,OU=Sede,OU=Manaus,DC=trt11,DC=inftranet em: 05/02/2016 14:48



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

PORTARIA nº. 018/2016/DG - Manaus, 27 de janeiro de 2016.

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o teor da Portaria Nº 820/2015/SGP, e em cumprimento ao inciso III do parágrafo único do art. 54 e do § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

R E S O L V E

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Egrégio Tribunal, em anexo, do 3º Quadrimestre de 2015, referente a janeiro/2015 a dezembro de 2015.


ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
Diretor-Geral

sss

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPÚBLICA? (1 = SIM 2 = NÃO) → 2

UNIÃO DO PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	341.881.669,90	1.761.497,99	343.643.167,89
Pessoal Ativo	247.609.272,96	865.010,59	248.474.283,55
Pessoal Inativo e Pensionistas	94.272.396,94	896.487,40	95.168.884,34
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	77.480.946,77	1.638.060,00	79.119.006,77
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0,00
Decorrentes de Decisão Judicial			0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.971.839,77	1.636.268,40	4.608.108,17
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	74.509.107,00	1.791,60	74.510.898,60
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	264.400.723,13	123.437,99	264.524.161,12

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)^100	0,039198%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,066021%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,062720%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,059419%

FONTE SIAFI - Núcleo de Contabilidade/TRT 11ª Região, 27/jan/2016, às 10h e 55m

Notas Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2. Os gastos com Precatórios de Requisição de Pequenos Valores na Ação 0625-RPV, foi consolidado no valor de R\$ 2 795 742,00

3. Os gastos com Precatórios na Ação 0005, foram executados no valor de R\$ 399 243,00

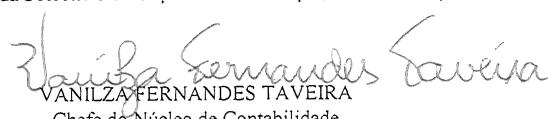


Des. MARIA DAS GRACAS ALECRIM MARTINHO
 Presidente do Tribunal



ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
 Ordenador da Despesa

MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA NUNES
 Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças, em Substituição



VANILZA FERNANDES TAVEIRA
 Chefe do Núcleo de Contabilidade



HAMILTON LIZARDO DE SOUZA
 Diretor da Coordenadoria de Controle e Auditoria

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPÚBLICAÇÃO?
(1 = SIM 2 = NÃO)

2

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ATIVITIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANUÁRIO A DEZEMBRO DE 2015

RGF = ANEXO V (I RGF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RS | 161

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXÉRCITO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Dennis Obrigações Financeiras							
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício									
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d)						
56 - Contribuição Plano de Seguridade Social Servidores	0,00	0,00	0,00	1.791,60	0,00	-1.791,60		0,00				
69 - Contribuição Patronal P/Plano de Segur Soc Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	1.791,60	0,00	-1.791,60		0,00	0,00			
10 - Recursos Ordinários	5 535 147,79	0,00	0,00	6 988 787,95	(1,00)	-1 453 640,16	9 154 122,15					
27 - Custas e Emolumentos	30 066,15	0,00	0,00	0,00	30 066,15	0,00	0,00					
30 - Recursos não Fíman Diretamente Atrelados	727 047,58	0,00	0,00	164 907,42	0,00	562 140,15	0,00					
81 - Recurso de Convênios	2 087 745,95	0,00	0,00	0,00	0,00	2 087 745,95	1 402 100,85					
29 - Recursos de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	8.380.807,47	0,00	0,00	7.153.695,48	30.066,15	1.196.245,84	10.556.233,18	0,00				
TOTAL (III) = (I + II)	8.380.807,47	0,00	0,00	7.153.695,48	30.066,15	1.196.245,84	10.556.233,18	0,00				
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES								0,00				

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹

FONTE: SIIFI - Núcleo de Contabilidade/IRTF Região: 27/jan/2016, as 11h

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota² - Valores a serem incluídos na Disponibil

nos valores de: Fonte 00 - R\$ 10.607,1

Nota³ - No Balanço Patrimonial transparece o valor de R\$ 7.544.958,36 no Passivo.

RS 30.066,15 em Demais Obrigações a Curto Prazo. Ressalto que a diferença entre o valor informado na Coluna de Restos a Pagar Reinscritos e o Balanço Patrimonial, na ordem

de R\$ 389.471,28, representa contas de Registros de Incorporações de Passivos.

Res. MARIA-DAS-GRACAS ALECRIM MARINHO

DAS GRAÇAS ALECRIM
Presidente do Tribunal

J. DEFONSO ROCHA DE SOUZA

EFUNSO RUCHA DE S
Ordenador da Pescaria

MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA NUNES

MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA NUNES
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças, em Substituição

ecretaria de Orçamento e Finanças.

27-11-1988

LIA M. TON/ ZARDO DE SOUZA

HAMILTON LIZARDO DE SOUZA

or da Coordenadoria de Controle e A

10

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPÚBLICA? (1 = SIM, 2 = NÃO) 2

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

LRF, art. 48 - Anexo VI		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida		674 522.742 (000,00)
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	264 524 161,12	0,039216
Limite Máximo (meios I, II e III, art. 2º da LRF) - <%>	445 326 659,50	0,066021
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	423 060 326,52	0,062720
DIVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	17 711 720,26	1.194.454,24

FONTE: SIAFI - Núcleo de Contabilidade/TRT 11ª Região, 27/jan/2016, às 12h

MARIA DE FATIMA DE SOUZA NUNES
 Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças, em Substituição

HAMILTON LIZARDO DE SOUZA
 Diretor da Coordenadoria de Controle e Auditoria

Des. MARIA DAS GRACAS ALECRIM MARINHO
 Presidente do Tribunal



	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada I judicial	0,00		
Límite Defendido Por Resolução do Senado Federal	0,00		
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL	
Total de Garantias Concedidas	0,00		
Límite Defendido Por Resolução do Senado Federal	0,00		
OPERAÇÕES DE CREDITO	VALOR	% SOBRE A RCL	
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00		
Operações de Crédito por Antecipação de Receta	0,00		
Límite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	0,00		
Límite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receta	0,00		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	80.190,08	21.743.750,34	
Valor Total			

FONTE: SIAFI GERENCIAL - COAUD/TRT11ª Região, 25/jan/2016, às 14h.

Belém, 26 de janeiro de 2016
FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA
Presidente do TribunalREGINA LUCHOA DE AZEVEDO
Diretora da Secretaria Administrativa e Ordenadora da DespesaVALDIR NORONHA MONTEIRO BRITO
Coordenador da Coordenação de Orçamento e FinançasIZANELDE SAIM DE LIMA VIEIRAS PINHEIRO
Coordenadora da Coordenação de Auditoria e Controle InternoTRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 18, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o teor da Portaria Nº 820/2015/SGP, e em cumprimento ao inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Egregio Tribunal, em anexo, do 3º quadrimestre de 2015, referente a janeiro/2015 a dezembro/2015.

II DE FONSO ROCHA DE SOUZA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª. REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)			R\$ 1,00
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NAO (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		341.881.669,90	1.761.497,99	343.643.167,89	
Pessoal Ativo		247.619.272,96	865.010,59	248.474.283,55	
Pessoal Inativo e Pensionistas		94.272.396,94	896.487,40	95.168.884,34	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		(0,00)		0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		74.480.946,77	81.324.318.660,10	1.638.060,10	79.119.006,77
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		(0,00)		(0,00)	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial					0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		2.971.839,77	1.636.268,40	4.608.108,17	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		73.509.107,00	1.791,60	74.510.898,60	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I + II)		264.400.723,13	123.437,99	264.524.161,12	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,039198%
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - </>	0,066021%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - </>	0,062720%
LIMITE DE ALERTA (inciso II da 8º do art. 59 da LRF) - </>	0,059419%

Fonte: SIAFI - Núcleo de Contabilidade /TRT11ª Região, 27/jan/2016, às 10h e 55m.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inseridas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transferência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, considerando aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empêchadas mas não liquidadas, inseridas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;

3º Os gastos com Precatórios de Requisição de Pequenos Valores na Ação 06220-RPV, foi consolidado no valor de R\$ 2.795.742,00.

3º Os gastos com Precatórios na Ação 06220, foram executados no valor de R\$ 399.243,00.

Des. MARIA DAS GRAÇAS ALEGRIAM MARINHO
Presidente do TribunalII DE FONSO ROCHA DE SOUZA
Coordenador da DespesaMARIA DE FAHIMA DE SOUZA NUNES
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças SubstitutoVANILZA FERNANDES FAVETRA
Chefe do Núcleo de ContabilidadeHAMILTON LIZARDO DE SOUZA
Diretor da Coordenadoria de Controle e AuditoriaEste documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código (KK)12016012901274

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



202

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 21, segunda-feira, 1 de fevereiro de 2016

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

PORTARIA N° 18, DE 27 DE JANEIRO DE 2016 (*)

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o teor da Portaria N° 820/2015/SGP, e em cumprimento ao inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve

Tomar publico o Relatório de Gestão Fiscal deste Egrégio Tribunal, em anexo, do 3º quadriênio de 2015, referente a janeiro/2015 a dezembro/2015.

II D. FONSO ROCHA DE SOUZA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

**RGF - ANEXO I (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")
DESPESA COM PESSOAL**

RS 1.00

	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	341.881.669,90	1.761.497,90	343.643.167,80
Pessoal Ativo	247.609.272,96	865.010,59	248.474.283,55
Pessoal Inativo e Pensionistas	94.272.396,94	896.487,40	95.168.884,34
Outras despesas do pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	74.480.946,77	1.638.060,00	79.119.006,77
Indenizações por Demissão e Incentivos à Comissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes da Decisão Judicial			0,00
Despesa de Exercícios Anteriores	2.971.839,77	1.636.268,40	4.608.108,17
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	74.509.107,00	1.791,60	74.510.898,60
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	264.400.723,13	123.437,99	264.524.161,12
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,039198%	0,000018%	674.522.742.000,00
% DA DESPESA TOTAL PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,039216%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,066021%		445.326.659,50
LIMITE PRUDENCIAL (parâmetro único, art. 22 da LRF) - <%>	0,062720%		423.060.326,52
LIMITE DE AJUSTA (inciso II do § 1º do art. 39 da LRF) - <%>	0,059419%		400.793.995,55

LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <input type="text" value="0,059419%"/> 0,059419% 400 793

Dessa forma, para maior transparéncia, as despesas executadas estão segregadas em consideradas gerais e que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2 - Os gastos com Precatórios de Requisição de Pequenos Valores na Ação 0625-RPV, foi consolidado no valor de R\$ 399.243,00.

Desa. MARIA DAS GRAÇAS ALEGRI MARENHO
Presidente do Instituto

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
Ordeuador da Despesa

MARIA DI FATIMA DE SOUZA NUNES
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças/Substituta

VANILZA FERNANDES LAVIRA
Mestrado em Geografia

HAMILTON LIZARDO DE SOUZA

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
Demonstrativo da disponibilidade de Caixa e dos restos a pagar
orçamentos Fiscais e da Seguridade Social
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDA- DE DE CAIXA BRUTA	JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015						RS 1.000. EMPENHOS NÃO LIQUI- DADOS CANCELADOS	
		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDA- DE DE CAIXA LI- QUIDA (ANTES DA IN- SCRIÇÃO DE RES- TOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Demais Obrigações Financeiras	A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - b) + c + (d + e)	(f)	(g)	(h)	
36 - Contribuição Plano de Seguridade Social Servidores	0,00	0,00	0,00	1 791,60	0,00	-1 791,60	0,00	0,00	
69 - Contribuição Patronal p/Plano de Seg Soc Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,90	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (i)	0,00	0,00	0,00	1 791,60	0,00	1 791,60	0,00	0,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016020100202.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Nº 21, segunda-feira, 1 de fevereiro de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

203

00 - Recursos Ordinários	5 535 147,79	0,00	0,00	6 988 787,95	30 066,15	0,00	-1 453 640,16	9 154 132,35	0,00
27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	30 066,15	0,00	0,00	0,00	30 066,15	0,00	0,00	0,00	0,00
50 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados	727 047,58	0,00	0,00	164 907,33	0,00	0,00	562 140,05	0,00	0,00
X1 - Recursos de Convênios	1 711 82 087 745,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 087 745,95	1 402 100,83	0,00
29 - Recursos de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	8 380 007,47	0,00	0,00	7 153 695,48	30 066,15	0,00	1 196 245,84	10 556 233,18	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	8 380 007,47	0,00	0,00	7 155 487,08	30 066,15	0,00	1 194 454,24	10 556 233,18	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE SIAFI - Núcleo de Contabilidade/TRTII - 27/JAN/2016 - 11h

Nota 1 - A disponibilidade da conta do RPSS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota 2 - Valores a serem incluídos na disponibilidade de Conta Bruta, de recursos para RP registrados na conta K 2 2 2 4 01 01 (Restos a Pagar - Recursos a Receber - Autorizado - Inscrição) nos valores de Fonte 00 - R\$ 10 607 772,51 e Fonte 56 R\$ 1 791,60, perfazendo um total de R\$ 10 609 564,11.

Nota 3 - No Balanço Patrimonial transparece o valor de R\$ 7 544 958,36 no Passivo em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias, Assistenciais a pagar a curto Prazo, como também o valor de R\$ 30 066,15 em demais obrigações a curto prazo. Ressalto que a diferença entre o valor informado na coluna de restos a pagar e reembolsos e o balanço patrimonial, na ordem de R\$ 389 471,28, representa contas de Registros de Incorporações de Passivos.

Desa MARIA DAS GRACAS ALEGRI MARIÑHO
Presidente do TribunalILDEFONSO ROCHA DI SOUZA
Ordinador da DespensaMARIA DE FATIMA DE SOUZA NUNES
Dirigente da Secretaria de Orçamento e FinançasVANILZA FERNANDES TAVARES
Chefe do Núcleo de ContabilidadeHAMILTON LIZARDO DI SOUZA
Dirigente da Coordenadoria de Controle e Auditoria

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 4X)	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	RS 100
Receita Corrente Líquida		674 522 742 000,00	
DESPESA COM PESSOAL			
Despesa Total com Pessoal - DTP	VALOR	%SOBRE A RCL	
Límite Máximo (incisos I, II, e III, art 20 da LRF) - <%>	264 524 151,12	0,039216%	
Límite Prudencial (parágrafo único, art.22 da LRF) - <%>	445 326 659,50	0,066021%	
Dívida Consolidada Líquida	423 060 326,52	0,062720%	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	VALOR	%SOBRE A RCL	
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	VALOR	%SOBRE A RCL	
OPERACÕES DE CRÉDITO			
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação de Recursos			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Recursos			
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total	17 711 720,26	1 194 454,24	

FONTE SIAFI - Núcleo de Contabilidade/TRTII - 27/JAN/2016 - 12h

MARIA DE FATIMA DE SOUZA NUNES
Dirigente da Secretaria de Orçamento e FinançasHAMILTON LIZARDO DI SOUZA
Dirigente da Coordenadoria de Controle e AuditoriaDesa MARIA DAS GRACAS ALEGRI MARIÑHO
Presidente do Tribunal

(*) Republicada por ter saído no DOU, de 29-1-16. Seção 1, pag. 274, com incorreção no original

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

PORTARIA Nº 61, DE 25 DE JANEIRO DE 2016

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO, usando de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso XIX do art 22 do Regimento Interno, e considerando o disposto no inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio 2000, e na Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015) e/c o art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), resolve:

Tomar publico o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2015, que comprehende o período de janeiro a dezembro de 2015, conforme documentação em anexo

Des PEDRO INÁCIO DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.gov.br/raemocidade.html>, pelo código 00012016020100203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Nº 23, quarta-feira, 3 de fevereiro de 2016

Poder Judiciário**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**

PORTARIA N° 38, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 99, § 6º, da Lei nº 13.242, de 30/12/2015, que dispõe sobre diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016, resolve:

Publicar o quadro demonstrativo de saldos de provimento de cargos, empregos e funções, em 31 de dezembro de 2015:

Denominação do Cargo ou Função	Saldo
Analista Judiciário	08
Assessor Técnico	00
Cargo em Comissão	01
Funcionário Comissionado	02
Total	16

Des. MARIA HELENA GARGAGLIONE
PÓVOAS**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO****DIRETORIA-GERAL****RETIFICAÇÃO**

Nos anexos da Portaria Nº 18, de 27 de janeiro de 2016, do Tribunal Regional da 11ª Região, em que constam o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar e o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, publicados no DOU na Seção 1, às págs. 202 e 203, do dia 1º de fevereiro de 2016, onde se lê: "TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO", leia-se: "TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO".

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais**CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA**

RESOLUÇÃO N° 169, DE 29 DE JANEIRO DE 2016

Aprova as Propostas Orçamentárias do Exercício Financeiro de 2016, das Conselhos Regionais de Biblioteconomia da 7ª, 11ª e 15ª Região.

O Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n. 4.084, de 30 de junho de 1962 e o Decreto n. 56.725 de 16 de agosto de 1965, resolve:

Art. 1º - Aprovar as Propostas Orçamentárias dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, para o exercício financeiro de 2016.

Receita em R\$	Despesa em R\$
Receitas Correntes 1.416.000,00	Despesas Correntes 1.409.000,00
Receitas de Capital 0,00	Despesas de Capital 10.000,00
Total Geral 1.416.000,00	Total Geral 1.419.000,00

CRB-11

Receita em R\$	Despesa em R\$
Receitas Correntes 216.000,00	Despesas Correntes 199.714,22
Receitas de Capital 0,00	Despesas de Capital 16.295,78
Total Geral 216.000,00	Total Geral 182.000,00

CRB-13

Receita em R\$	Despesa em R\$
Receitas Correntes 182.900,00	Despesas Correntes 177.600,00
Receitas de Capital 0,00	Despesas de Capital 5.300,00
Total Geral 182.900,00	Total Geral 182.900,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da sua publicação.

RAMONDO MARTINS DI LIMA

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA**ACÓRDÃO**

Data: de 25 e 26 de novembro de 2015

Nº 25.188 - Processo Administrativo n° 1488/2013 Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Pará - CRF/PA. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2012. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. Visto, relatado e discutido o presente auto, acordam os Conselheiros

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

45

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
CONSELHO PLENO**CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTOS**

O CONSELHO PLENO DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezessete, a partir das dez horas, com prosseguimento no período vespertino, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 3º andar, Brasília/DF, CEP 70.070-939, quando serão julgados os processos incluídos em pauta e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e interessados notificados. OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 2 de fevereiro de 2016
CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA
Presidente

1ª CÂMARA**CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTOS**

A PRIMEIRA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia vinte e três de fevereiro de dois mil e dezessete, a partir das nove horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar, Brasília/DF, CEP 70.070-939, quando serão julgados os processos abaixo especificados, incluídos em pauta, e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 1) REPRESENTAÇÃO N. 2009.18.00783-01/PCA (SGD: 49.0000,2012.00561-2). Repte: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Replt: Conselho Seccional da OAB/Acre. Interessado: Geraldo Elias Cunha da Silva OAB/AC 908 (Adv: Marlucio Lustosa Bonfim OAB/DF 16161). Relator: Conselheiro Federal Luís Augusto de Miranda Guterres Filho (MA). 2) RECURSO N. 49.0000,2012.003799-4/PCA. Repte: José Horacio Ramalho Leite OAB/PB 645. Replt: Conselho Seccional da OAB/Pará. Gilberto Carneiro de Gama OAB/PB 10631 (Adv: Andréi Dornelas Carvalho OAB/23232). Relator: Conselheiro Federal Marcelo Laveauc Gualvao (DF). 3) RECURSO N. 12.0000,2013.005487-9/PCA. Repte: Marcelo Luiz Ferreira Corrêa OAB/MS 9931 (Adv: José Sebastião Espíndola OAB/MS 4114 e OAB/SP 356040). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Sandra Krieger Gonçalves (SC). 4) RECURSO N. 07.0000,2014.001576-1/PCA. Repte: Ricardo Vilela de Melo. Replt: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal Cauçipanil Padilha Junior (AM). 5) REPRESENTAÇÃO N. 49.0000,2014.015931-0/PCA. Repte: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Cassio Lisandro Telles (PR). 6) REPRESENTAÇÃO N. 49.0000,2014.006040-0/PCA. Repte: Conselho Seccional da OAB/Espírito Santo. Replt: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Interessado: M.D.B.M. Relator: Conselheiro Federal Cauçipanil Padilha Junior. 7) RECURSO N. 49.0000,2014.016762-1/PCA. Repte: Antônio Luiz Vian OAB/SC 15684 (Adv: Antonio Luiz Vian OAB/SC 15684). Replt: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Cassio Lisandro Telles (PR). 8) REPRESENTAÇÃO N. 49.0000,2014.007916-4/PCA. Repte: Conselho Seccional da OAB/Rio. Replt: Conselho Seccional da OAB/Tocantins. Interessado: Abrao Rovak Haddad OAB/TO 1158. Relator: Conselheiro Federal Luiz Gustavo Antônio Silva Bichara (RJ). 9) RECURSO N. 07.0000,2013.017171-1/PCA. Repte: Manuela Maia Cavalcante Barros OAB/DF 31892. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal Fernando Santana Rocha (BA). 10) RECURSO N. 39.0000,2014.011690-5/PCA. Repte: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Sérgio Eduardo da Costa Freire (RN). 11) RECURSO N. 49.0000,2014.015111-0/PCA. Repte: D.L.E.F. (Adv: Elder Raul Gomes de Souza OAB/GO 23254) e OAB/GO 25279. Ver: Lucía Rodrigues Batista OAB/GO 10196. Replt: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Adriano Rocha de Oliveira Coutinho (PE). 12) RECURSO N. 49.0000,2014.0151099-7/PCA. Repte: R.D.B. (Adv: Edgar Antônio Gareta Neves OAB/GO 12219). Replt: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Sérgio Eduardo da Costa Freire (RN). 13) RECURSO N. 49.0000,2014.015111-0/PCA. Repte: Conselho Seccional da OAB/Pará. Replt: Conselho Seccional da OAB/Roraima. Relativamente ao Conselho Seccional da OAB/Roraima: Relativamente ao Conselheiro Federal Adriano Rocha de Oliveira Coutinho (PE). 14) RECURSO N. 49.0000,2013.000152-3/PCA. Repte: Samuel Ferreira da Silva Filho. Replt: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relativamente ao Conselheiro Federal Rogerio Magnus Varella Gonçalves (PB). 15) REPRESENTAÇÃO N. 49.0000,2015.000807-7/PCA. Repte: Conselho Seccional da OAB/Pará. Replt: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Interessado: Atanásio Savio OAB/SP 317677 (Adv: Eliane Duvilla Savio OAB/PR 32216, Thayná Duvilla Savio OAB/PR 65295). Relativer: Conselheiro Federal Edulanda Mourão Eduardo Pereira de Miranda (PI). 16) RECURSO N. 49.0000,2015.000990-0/PCA. Repte: Alexandre Márcio de Souza (Adv: Thaise Tristão Rosa de Souza OAB/SC 34990). Replt: Conselho Seccional da

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/authenticclick.html>, pelo código (00120160120300045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Diretoria Geral <dir.geral@trt11.jus.br>

Encaminha a Portaria nº 018/2016/DG, encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal

Diretoria Geral <dir.geral@trt11.jus.br>
Para: cfin@csjt.jus.br, Deref <deref@tcu.gov.br>

3 de fevereiro de 2016 15:36

A Sua Senhoria o Senhor
Marcos Augusto Willmann Saar de Carvalho
Coordenador de Orçamento e Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CFIN/CSJT
BRASÍLIA-DF

C/C
Senhor Cláudio Correia e

Senhora
Dulce Coelho
TCU/Semag/Deref
Brasília-DF

A Diretoria-Geral informa que quando do envio da Portaria nº 18/2016-DG encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre - 2015, contendo os anexos: Demonstrativos da Despesa com Pessoal - Janeiro a Dezembro de 2015, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Janeiro a Dezembro de 2015 e Demonstrativo Simplificado do RGF - Janeiro a Dezembro de 2015, algumas intercorrências foram desencadeadas no momento anterior à publicação, como seguem:

1. Os arquivos que serviam de modelo no formato rtf (esqueleto) para publicação no DOU, e, que, tão somente, eram alimentados com as novas informações, foram perdidos por este TRT11^a e, infelizmente, não conseguiram ser recuperados no backup pela SETIC.
2. Em 27.1.2016, o Núcleo de Contabilidade, encaminhou os anexos em epígrafe devidamente preenchidos, nos formatos, .doc, .xls, rtf para esta Diretoria-Geral, mas como já havia ultrapassado o horário de publicação 18h (horário Brasília), não pode ser encaminhado ao DOU neste dia, ficando para o dia seguinte.
3. Em 28.1.2016, a Diretoria-Geral, encaminhou os anexos: Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Janeiro a Dezembro/2015, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Janeiro a Dezembro/2015 e Demonstrativo Simplificado do RGF - Janeiro a Dezembro/2015 para DOU, por meio do ofício 3808333 (seq.8737864,873865,8737886). Todavia, posteriormente, ao executar a conferência do recibo da imprensa, constou-se que os valores para cobrança estavam zerados.

Em seguida, o TRT em contato com a Imprensa (08007256789), e recebeu a orientação para que fossem sustadas o Ofício com todas publicações enviadas coletivamente, para em seguida, encaminhá-las individualmente.

4. Ainda no dia 28.1.16, a DG, adota os procedimentos sugeridos pelo DOU, entretanto, no dia 29.1.2016 ao buscar a publicação dos anexos no DOU, percebe que novamente não houve publicação para os **Demonstrativos de Caixa e dos Restos a Pagar - Janeiro a Dezembro -2015 e Demonstrativo Simplificado do RGF - Janeiro a Dezembro de 2015**. Ocorrendo divulgação no DOU apenas da Portaria nº 18/2016-DG e **Demonstrativo das Despesas com Pessoal - Janeiro a Dezembro de 2016**.

5. No dia 1.2.2016, percebemos que o problema estava no formato da publicação (rtf) dos demonstrativos. Esta DG solicitou auxílio do TRT 16ª Região, o qual gentilmente e solidariamente encaminhou o modelo (esqueleto) no formato rtf dos demonstrativos acima.

6. No mesmo dia 1.2.2016, publicou-se o (a) **Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Janeiro a Dezembro/2015**, (b) **Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Janeiro a Dezembro/2015** e (c) **Demonstrativo Simplificado do RGF - Janeiro a Dezembro de 2015**, com ofício nº 3810734. Contudo, nos demonstrativos (b) e (c) por equívoco desta DG, manteve-se o 16ª Região, ao invés de 11ª Região.

7. No dia 2.2.2016, por meio do Ofício nº 3812873, a DG efetuou a publicação de retificação do acima exposto, visando corrigir o deslize cometido, de modo a sanear todos os problemas que poderiam ser ocasionados em virtude de tal fato.

Diretoria -Geral do TRT 11ª Região

6 anexos

-  PORTARIA Nº 018-2016-DG- TORNA PÚBLICO O RELATÓRIO GESTÃO FISCAL DO 3º QUADRIMESTRE DE 2015 -27.1.2016.rtf
38K
-  Modelo do Demonstrativo de Despesa de Pessoal 2015.xls
57K
-  Modelo de Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pag... OFICIAL.xls
38K
-  Anexo VI - Demonstrativo Simplificado do RGF - modificado.xlsx
15K
-  Ofício 3808333 e ofício 3810734.PDF
635K
-  Retificação -TRT 11ª Região.pdf
2102K



Diretoria Geral <dir.geral@trt11.jus.br>

Encaminha a Portaria Nº018/2016/DG, encaminhando o Relatório de Gestão FiscalA

Diretoria Geral <dir.geral@trt11.jus.br>
Para: cmo@camara.leg.br

4 de fevereiro de 2016 11:58

Ao Exmo. Sr.
Dr. Eduardo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília-DF
Senhor Presidente,

A Diretoria-Geral informa que quando do envio da Portaria nº 18/2016-DG encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre - 2015, contendo os anexos: Demonstrativos da Despesa com Pessoal - Janeiro a Dezembro de 2015, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Janeiro a Dezembro de 2015 e Demonstrativo Simplificado do RGF - Janeiro a Dezembro de 2015, algumas intercorrências foram desencadeadas no momento anterior à publicação, como seguem:

1. Os arquivos que serviam de modelo no formato rtf (esqueleto) para publicação no DOU, e, que, tão somente, eram alimentados com as novas informações, foram perdidos por este TRT11^a e, infelizmente, não conseguiram ser recuperados no backup pela SETIC.
2. Em 27.1.2016, o Núcleo de Contabilidade, encaminhou os anexos em epígrafe devidamente preenchidos, nos formatos, .doc, .xls,.rtf para esta Diretoria-Geral, mas como já havia ultrapassado o horário de publicação 18h (horário Brasília), não pode ser encaminhado ao DOU neste dia, ficando para o dia seguinte.
3. Em 28.1.2016, a Diretoria-Geral, encaminhou os anexos: **Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Janeiro a Dezembro/2015**, **Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Janeiro a Dezembro/2015** e **Demonstrativo Simplificado do RGF - Janeiro a Dezembro/2015** para DOU, por meio do ofício 3808333 (seq.8737864,873865,8737886). Todavia, posteriormente, ao executar a conferência do recibo da imprensa, constou-se que os valores para cobrança estavam zerados.

Em seguida, o TRT em contato com a Imprensa (08007256789), e recebeu a orientação para que fossem sustadas o Ofício com todas publicações enviadas coletivamente, para em seguida, encaminhá-las individualmente.

4. Ainda no dia 28.1.16, a DG, adota os procedimentos sugeridos pelo DOU, entretanto, no dia 29.1.2016 ao buscar a publicação dos anexos no DOU, percebe que novamente não houve publicação para os **Demonstrativos de Caixa e dos Restos a**

Pagar - Janeiro a Dezembro -2015 e Demonstrativo Simplificado do RGF - Janeiro a Dezembro de 2015. Ocorrendo divulgação no DOU apenas da Portaria nº 18/2016-DG e Demonstrativo das Despesas com Pessoal - Janeiro a Dezembro de 2016.

5. No dia 1.2.2016, percebemos que o problema estava no formato da publicação (rtf) dos demonstrativos. Esta DG solicitou auxílio do TRT 16ª Região, o qual gentilmente e solidariamente encaminhou o modelo (esqueleto) no formato rtf dos demonstrativos acima.

6. No mesmo dia 1.2.2016, publicou-se o (a) Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Janeiro a Dezembro/2015, (b) Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Janeiro a Dezembro/2015 e (c) Demonstrativo Simplificado do RGF - Janeiro a Dezembro de 2015, com ofício nº 3810734. Contudo, nos demonstrativos (b) e (c) por equívoco desta DG, manteve-se o 16ª Região, ao invés de 11ª Região.

7. No dia 2.2.2016, por meio do Ofício nº 3812873, a DG efetuou a publicação de retificação do acima exposto, visando corrigir o deslize cometido, de modo a sanear todos os problemas que poderiam ser ocasionados em virtude de tal fato.

Diretoria -Geral do TRT 11ª Região

6 anexos

-  PORTARIA Nº 018-2016-DG- TORNA PÚBLICO O RELATÓRIO GESTÃO FISCAL DO 3º QUADRIMESTRE DE 2015 -27.1.2016.rtf
38K
-  Modelo do Demonstrativo de Despesa de Pessoal 2015.xls
57K
-  Modelo de Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pag... OFICIAL.xls
38K
-  Anexo VI - Demonstrativo Simplificado do RGF - modificado.xlsx
15K
-  Ofício 3808333 e ofício 3810734.PDF
635K
-  Retificação -TRT 11ª Região.pdf
2102K



A CMO.
Em 29/12/2016
[Signature]

(Ana Amélia)

OFÍCIO Nº 14/2016/PRESI

00100.015430/2016-73 Peleiro
Florianópolis, 29 de janeiro de 2016.

Exmo. Senhor
Senador **JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º andar
CEP 70165-900 - Brasília/DF

11 FEVEREIRO DE 2016

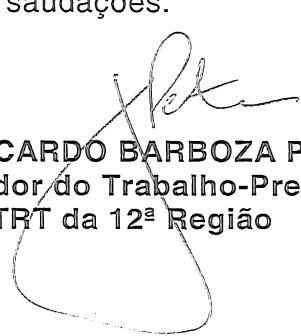
Assunto: *Relatório de Gestão Fiscal – TRT da 12ª Região.*

Senhor Senador:

Atendendo os termos da Mensagem CFIN/CSJT nº 004/2016, datada de 20-01-2016, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, uma cópia do Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal (3º quadrimestre/2015), com demonstrativo da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida, bem como demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar e demonstrativo simplificado do relatório de gestão fiscal, referentes ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2015.

Esclareço, por oportuno, que o referido Relatório foi publicado no Diário Oficial da União nº 20, do dia 29-01-2016, Seção 1, às páginas 275 e 276.

Respeitosas saudações.


GRACIANO RICARDO BARBOZA PETRONE
Desembargador do Trabalho-Presidente do
TRT da 12ª Região

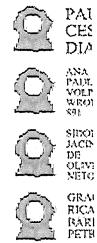
OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO) →

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	548.880.884,50	4.693.997,08	553.574.881,58
Pessoal Ativo	403.722.616,50	1.500.740,99	405.223.357,49
Pessoal Inativo e Pensionistas	145.158.268,00	3.193.256,09	148.351.524,09
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	135.390.835,77	4.065.517,09	139.456.352,86
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	102.662,28	0,00	102.662,28
Despesas de Exercícios Anteriores	1.272.641,49	4.065.517,09	5.338.158,58
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	134.015.532,00	0,00	134.015.532,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	413.490.048,73	628.479,99	414.118.528,72

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,061301%	0,000093%	0,061394%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,114128%		769.819.314,99
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,108422%		751.328.349,24
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,102715%		692.837.383,49

FONTE: SIAF/2015, SIGEO/2015 e Serviço de Orçamento e Finanças - 08/01/2016 - 17h30min.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2)Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 1.025.633,75;

3)Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque) : despesa liquidada R\$ 41.450.676,94.

GRACIO RICARDO BARBOZA PETRONE
Desembargador do Trabalho-Presidente

ANA PAULA VOLPATO WRONSKI
Diretora-Geral da Secretaria

PAULO CÉSAR DIAS
Diretor da Secretaria Administrativa e Financeira

SIDÔNIO JACINTHO DE OLIVEIRA NETO
Diretor da Secretaria de Controle Interno

**OS DADOS SE REFEREM A UMA
REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)**

2

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	(a)	OBIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDAD E DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO (f) = (a- (b+ c+d+ e))	RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA 0,00
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)		
100 – Recursos Vinculados	1.292.301,00	0,00	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
		0,00	0,00	0,00	0,00	1.292.301,00	1.292.301,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (1)	1.292.301,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.292.301,00	0,00
100 – Recursos Vinculados	17.531.397,89	21.094,80	11.864,07	7.367.585,92	-32.958,87	10.163.811,97	10.136853,10
150 – Recursos não finanç. d. arrecadados	10.515,91	0,00	0,00	0,00	0,00	10.515,91	0,00
181 – Recurso de Convênio	8.215.121,57	0,00	0,00	0,00	0,00	8.215.121,57	0,00
329 - Recursos de Concessões e permissões	981.618,34	0,00	981.618,34	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULATI	26.738.653,71	21.094,80	11.864,07	8.349.204,26	-32.958,87	18.389.449,45	14.117.494,15	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	28.030.954,71	21.094,80	11.864,07	8.349.204,26	-32.958,87	19.631.750,45	15.409.795,15	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹								

FONTE: Tesouro Gerencial 2015

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
2. Considerado o valor de Recursos a Receber para Réstos a Paga na Disponibilidade de Caixa Bruta – R\$ 7.513.385,68

GRACIO RICARDO BARBOZA PETRONE
Desembargador do Trabalho-Presidente

ANA PAULA VOLPATO WRONSKI
Diretora-Geral da Secretaria

PAULO CÉSAR DIAS
Diretor da Secretaria Administrativa e Financeira

SIDÔNIO JACINTHO DE OLIVEIRA NETO
Diretor da Secretaria de Controle Interno

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015



ANA PAULA VOLPATO WRONSKI
891



SIDONIO JACINTHO
DE OLIVEIRA
NETO:161



PAULO CESAR
DIAS



GRACIO RICARDO
BARBOZA
PETRONE

LRF, art. 48 - Anexo 7		RECEITA CORRENTE LIQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	RS 1,00
		Receita Corrente Líquida	674.522.742.000,00	
		DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		414.118.528,72	0,061394	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		769.819.314,99	0,114128	
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		731.328.349,34	0,102715	
		DIVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		0	0	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0	0	
		GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0	0	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0	0	
		OPERACÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		0	0	
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0	0	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		0	0	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0	0	
		RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total			15.409.795,15	19.681.750,45

FONTE: Sistema STAFI 2015 – UG 080013- 15/01/2016 10:39.

GRACIO RICARDO BARBOZA PETRONE
 Desembargador do Trabalho-Presidente

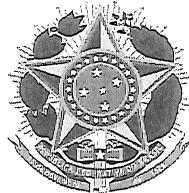
ANA PAULA VOLPATO WRONSKI
 Diretora-Geral da Secretaria

PAULO CESAR DIAS
 Diretor da Secretaria Administrativa e Financeira

SIDONIO JACINTHO DE OLIVIERA NETO
 Diretor da Secretaria de Controle Interno



Documento 5 do PROAD 658/2016. Para verificar a autenticidade desta cópia,
 acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2016.LHGX.KMQL:
<http://www.trt12.jus.br/proad/f/t/consultardocumento>



A CMQ.
En 29/2/2016
Cay

(Ana Amélia)

**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO**

OFÍCIO GP Nº 18 /2016.

11 FEVEREIRO DE 2016
00100.018303/2016-26 Recado
Teresina, 03 de fevereiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar
CEP: 70.165-900 - Brasília-DF

Assunto: Encaminha Relatório

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, anexo, Relatório de Gestão Fiscal
deste Tribunal, referente ao 3º Quadrimestre de 2015.

Aproveito a oportunidade para apresentar protestos de elevada
consideração.

Cordialmente,

Manoel Edilson Cardoso
MANOEL EDILSON CARDOSO
Desembargador Vice-Presidente,
no exercício da Presidência

Nº 21, segunda-feira, 1 de fevereiro de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

205



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

LRF art. 48 - Anexo VII	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	RS Mil
Despesa Total com Pessoal - DTP		210.884.159		0,031264
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,034738%		234.315.710	0,03	
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,033001%		222.599.924		0,032001
DIVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL		
Dívida Consolidada Líquida				
Limite Definido por Resolução do Senado Federal				
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL		
Total das Garantias Concedidas				
Limite Definido por Resolução do Senado Federal				
OPERACOES DE CREDITO	VALOR	% SOBRE A RCL		
Operações de Crédito Internas e Externas				
Operações de Crédito por Antecipação da Receita				
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas				
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita				
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)		
Valor Total	22.288.911			2.289.659

Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo de Restos a Pagar.

Des. PEDRO INÁCIO DA SILVA
Presidente do Tribunal

SHEILA SANTOS ROLIM
Ordenadora de Despesas

HENRIQUE CARDOSO MESQUITA MELLO
Secretário de Orçamento e Finanças

RAFAELA DE FREITAS SANTOS
Coordenadora de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

ATO Nº 9, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

O DESEMBARGADOR VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de janeiro a dezembro/2015, em conformidade com o anexo demonstrativo que integra o presente Ato.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MANOEL EDILSON CARDOSO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		RS Mil
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a)+(b)
Personal Ativo	100.974.267,12		1.015.986,58	101.990.253,70
Pessoal Inativo e Pensionistas	95.358.505,08		974.365,62	96.332.870,70
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	5.615.762,04		41.620,95	5.657.383,00
	0,00		0,00	0,00
DESPESAS NAO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19, da LRF) (II)	5.741.773,47		34.035,84	5.775.809,31
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00		0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	63.361,32		0,00	63.361,32
Despesas de Exercícios Anteriores	212.447,99		0,00	212.447,99
Indivisos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.465.964,16		34.035,84	5.500.000,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	95.232.493,63		981.950,74	96.214.444,38
APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)				674.552.742.000,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP SOBRE A RCL (V) = (III / IV) * 100	0,014119%		0,000146%	0,014264%
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,028751%			200.677.260,93
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,028263%			190.643.397,93
LIMITE DE ALERTA (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	0,026776%			180.609.534,88

Fonte: SUAFI Gerencial; Unidade Responsável: SGFTC/CFIN.

Notas:
 1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.

2) Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pelo Ato Conjunto CSJT nº 12, de 1º de julho de 2015;

3) Valor da RCL conforme Portaria STN nº 20, de 18 de janeiro de 2016.

4) As despesas com Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro do limites limites estabelecidos pela LC 101/2000 (LRF).

5) Despesas liquidadas com Requisições de Pequeno Valor (RPV): R\$25.965,14.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016020100205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(d)	(c)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
56 Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	99.606,01	0,00	0,00	73.016,85	0,00	26.589,16	26.589,16	0,00
69 Contribuição Parafiscal p/ Plano Seguridade do Servidor	7.446,68	0,00	0,00	0,00	0,00	7.446,68	7.446,68	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	107.052,69	0,00	0,00	73.016,85	0,00	34.035,84	34.035,84	0,00
90 Recursos Ordinários	28.649.995,42	358.767,21	378.625,70	20.006.236,56	26.273,27	7.880.092,68	7.897.449,04	0,00
27 Custas e Encargos - Poder Judiciário	40.443,56	40.313,55	0,00	0,00	-17.010,22	17.140,03	0,00	0,00
50 Recursos não-financeiros diretamente arrecadados	105.640,56	0,00	0,00	0,00	0,00	105.640,56	6.092,00	0,00
81 Recursos de Convênios	419.689,19	6.921,82	0,00	1.800,00	-346,14	411.313,51	200.470,52	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	29.215.768,53	406.002,58	378.625,70	20.008.036,56	8.916,91	8.414.186,78	8.104.011,56	0,00
TOTAL (III = (I + II))	29.322.821,72	406.002,58	378.625,70	20.081.053,41	8.916,91	8.448.227,62	8.138.047,40	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES'						0,00		

FONTE: Tesouro Gerencial - SGFTIC/CFIN TRT 22ª Região

Nota: A disponibilidade de caixa do RPFS está comprometida com o Passivo Atuarial
 Recursos a Liberar para RP (valores líquidos, incluídos em Demais Obrigações): R\$ 0,00
 Recursos a Receber para RP (valores líquidos, incluídos em Disponibilidade Bruta): R\$23.370.440,51

Des. MANOEL EDILSON CARDOSO
 Presidente do TribunalEm exercício

JAQUELINE LOPES RIBEIRO
 Diretora-Geral de Administração Em exercício

RODRIGO PIZZATTO
 Coordenador do Controle Interno

ANTONIO FERREIRA DE CARVALHO SOBRINHO
 Coordenador de Orçamento e Finanças

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO N° 1, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

Processo Administrativo Cofen nº 718/2011

Parecer de Relator nº 003/2016

Conselheira Relatora: Dra. Eloiza Sales Correia

Denunciante: Euzânia Silva Amorim

Denunciada: Célia Maria Santos Resende

EMENTA: Dispõe sobre o arquivamento do Processo Administrativo Cofen nº 718/2011 contra a enfermeira Dra. Célia Maria Santos Resende, Coren-MA nº 48547-ENF.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen nº 718/2011.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 473ª Reunião Ordinária, realizada no dia 26 de janeiro de 2016, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por aprovar o arquivamento do Processo Administrativo Cofen nº 832/2013 apresentado contra o enfermeiro Dr. Ronaldi Miguel Beserra, Coren-PB nº 67182-ENF.

ACÓRDÃO N° 2, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

Processo Administrativo Cofen nº 832/2013

Parecer de Relator nº 004/2016

Conselheira Relatora: Dra. Eloiza Sales Correia

Denunciante: Wanda Celi Cavalcanti

Denunciado: Ronaldi Miguel Beserra

EMENTA: Dispõe sobre o arquivamento do Processo Administrativo Cofen nº 832/2013 contra o enfermeiro Dr. Ronaldi Miguel Beserra, Coren-PB nº 67182-ENF.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen nº 832/2013.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 473ª Reunião Ordinária, realizada no dia 26 de janeiro de 2016, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por aprovar o arquivamento do Processo Administrativo Cofen nº 832/2013 apresentado contra o enfermeiro Dr. Ronaldi Miguel Beserra, Coren-PB nº 67182-ENF.

Desta decisão cabe recurso a Assembleia dos Presidentes no prazo de 15 (quinze) dias, conforme estabelece o art. 137 da Resolução Cofen nº 370/2010 e art. 9º, I, da Resolução Cofen nº 421/2012.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA

Presidente do Cofen

ELOIZA SALES CORREIA

Conselheira Relatora

ACÓRDÃO N° 3, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

Processo Administrativo Cofen nº 483/2015

Parecer de Relator nº 007/2016

Conselheiro Relator: Dr. Walkirio Costa Almeida

Denunciante: Manoel Vaz Rodrigues

Denunciados: Cristiane Oliveira Secundo Sá; Carolina Cordeiro Nogueira; Ruslana Marize Vaillant Capilla Souza; Juan Irineu Silva Belline Kasprovicz; Paulo José de Siqueira; Nara Furtado Bastos.

EMENTA: Dispõe sobre o arquivamento do Processo Administrativo Cofen nº 483/2015.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen nº 483/2015.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 473ª Reunião Ordinária, realizada no dia 26 de janeiro de 2016, por 05 (cinco) votos a favor, 03 (três) contra e 01 (uma) abstenção, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por aprovar o arquivamento do Processo Administrativo Cofen nº 483/2015 contra os enfermeiros Cristiane Oliveira Secundo Sá, Coren-RO nº 122747-ENF; Carolina Cordeiro Nogueira, Coren-RO nº 141124-ENF; Ruslana Marize Vaillant Capilla Souza, Coren-RO nº 246145-ENF; Juan Irineu Silva Belline Kasprovicz, Coren-RO nº 287184-ENF; Paulo José de Siqueira, Coren-RO nº 288784-ENF e contra a técnica de enfermagem Nara Furtado Bastos, Coren-RO nº 810926-TEC.

Desta decisão cabe recurso a Assembleia dos Presidentes no prazo de 15 (quinze) dias, conforme estabelece o art. 137 da Resolução Cofen nº 370/2010 e art. 9º, I, da Resolução Cofen nº 421/2012.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
 Presidente do Cofen

WALKIRIO COSTA ALMEIDA

Conselheiro Relator



23 FEV 2016

**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO**

OFÍCIO TRT 18ª GP/DG/SOF Nº 02/2016

A CMO.
Em 29/1/2016

Goiânia, 29 de janeiro de 2016.

À Sua Excelência o Senhor
Ministro JOSÉ RENAN VASCONCÉLOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Assunto: Encaminha Relatório de Gestão Fiscal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal c/c art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro/2015, publicado no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2016, Seção 1, páginas 119 a 121.

Atenciosamente,

ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA
Desembargador-Presidente

Nº 19, quinta-feira, 28 de janeiro de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

119



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2015

LRF, art. 48 - ANEXO VI

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	% SOBRE A RCL
Receita Corrente Líquida	674.522.742.000,00	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	672.490.478,54	0,144176
Límite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.721.341.566,22	0,255194
Límite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	1.635.274.487,91	0,242434

DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	
Límite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-0,00	
Límite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	
Límite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	
Límite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIENCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	32.655.028,47	82.260.781,52

Fonte: FONTE: SIAFI / Tesouro Gerencial - CCIN/TRTIS

- 22/Jun/2016 - 14h e 40m

IZABEL CRISTINA BRAGA ARROYO
 Ordinadora de Despesas com Pessoal Substituta

PAULO EDUARDO DE ALMEIDA
 Diretor-Geral

MARCO ANTONIO FERNANDES
 Resp. pelo Controle Interno

DEL. LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS
 Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2.745/27 DE JANEIRO DE 2016

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:
 Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2015, que compreende as despesas realizadas no período de janeiro a dezembro de 2015, nos termos do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Des. ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2015

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPEITOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCIÁRIA)			
		Restos a Pagar Líquidos e Não Restos a Pagar Empréstimos e Pagos		Devedores Financeiros							
		De Exercícios Anteriores	De Exercício	Não Liquidados de Exercícios Anteriores	(d)						
XXXX							0,00	0,00			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (i)	0,00	(i)	0,00				0,00	0,00			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>,
 pelo código 00012016012800119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



120

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 19, quinta-feira, 28 de janeiro de 2016.

00 - Recursos Ordinários	43.567.185,27	7.019,39	15.819,75	31.331.114,06	0,00	12.213.232,02	12.213.232,02
27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	40.335,27			40.335,27			
50 - Recursos não-financeiros diretamente arrecadados	455.694,88		3.141,60		0,00	452.552,28	412.809,98
81 - Recursos de Convênio	658.481,82			58.172,36	0,00	600.309,46	600.309,54
Disponível em Moeda	49.407,28				49.407,28	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VENCIMENTADOS (II)	44.771.104,47	7.019,39	18.961,35	31.429.621,69	49.407,28	13.266.094,76	13.226.351,54
TOTAL (III) = (I + II)	44.771.104,47	7.019,39	18.961,35	31.429.621,69	49.407,28	13.266.094,76	13.226.351,54
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDOS-RES						0,00	

FONTE: SIAFI - CFIN/CSJT - 27/jan/2016 - 10h e 12m.

Nota: 1) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

2) Foi incluído o valor de R\$ 35.597.016,01 referente a recursos a receber para pagamento de restos a pagar na Disponibilidade de Caixa Bruta, 00-Recursos Ordinários.

Des. ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA

Presidente do Tribunal

RICARDO LUCENA

Diretor-Geral e Ordenador de Despesas

MARCOS BALDUÍNO DE OLIVEIRA

Diretor da Secretaria de Controle Interno

SUZANA LAGE FERREIRA

Dirigente da Secretaria de Orçamento e Finanças

UNIÃO-PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1.000

DESPESA COM PESSOAL

	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		TOTAL (c) = (a) + (b)
	LÍQUIDADAS. (a)	NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			
Pessoal Ativo	336.423.178,06		61.693,62
Pessoal Inativo e Pensionistas	297.838.271,79		61.693,62
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 19 da LRF)	36.584.906,27		36.584.906,27
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)			
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0,00
Decorrentes de Decisão Judicial			0,00
Despesas de Exercícios Anteriores			0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados			0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	307.076.561,17		61.593,62

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			674.522.742.000,00
S.º DE DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100		0,045532%	0,000000%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <>	0,077174%		520.556.180,91
LIMITE PRUDENCIAL (maior entre único, art. 22 da LRF) - <>	0,073155%		494.538.371,87
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <>	0,069447%		488.501.562,82

FONTE: SIAFI - CFIN/CSJT - 27/jan/2016 - 10h e 12m.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas líquidas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inseridas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inseridas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) As despesas com auxílio-natalidade e auxílio funeral, no valor de R\$ 77.254,86, foram excluídas, conforme Acórdão nº 494/2012, TCU-Plenário.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão); Despesa Liquidada R\$ 396.489,98

Despesa com Peculiar da Administração Indireta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (desaque); Despesa Liquidada R\$ 100.731,00

Despesa com Peculiar da Administração Direta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque); Despesa Liquidada R\$ 54.689,00

Des. ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA

Presidente do Tribunal

RICARDO LUCENA

Diretor-Geral e Ordenador de Despesas

MARCOS BALDUÍNO DE OLIVEIRA

Diretor da Secretaria de Controle Interno

SUZANA LAGE FERREIRA

Dirigente da Secretaria de Orçamento e Finanças

Nº 19, quinta-feira, 28 de janeiro de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1.

ISSN 1677-7042

121



UNIÃO-PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

LRF, art. 48 - Anexo 7		RS 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	RS 674.522.742,00/00	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total, com Pessoal - DTP	307.138.257,79	0,045534
Límite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <>>	520.556.180,91	0,077174
Límite Prudencial (inciso II, art. 22 da LRF) - <>>	404.528.371,87	0,073315
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Límite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Límite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Límite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Límite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	13.226.351,54	13.266.094,76

FONTE: SIAFI - CFIN/CSJT - 27/jan/2016 - 10h e 12m.

Des. ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA
Presidente do Tribunal

RICARDO LUCENA

Diretor-Geral e Ordenador de Despesas

MARCOS BALDÚNIO DE OLIVEIRA

Diretor da Secretaria de Controle Interno

SUZANA LAGE FERREIRA

Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

PORTARIA Nº 21, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55. da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de janeiro/2015 a dezembro/2015, em conformidade com os anexos demonstrativos que integram esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se no DEJT, DOU e no site deste Tribunal.

Des. JOSEANE DANTAS DOS SANTOS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
		LÍQUIDADA (a)	INSCRIÇÕES EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				
Pessoal Ativo	196.401.743,45	613.441,76	197.015.185,21	
Pessoal Inativo e Pensionistas	167.825.062,70	23.086,76	167.848.149,46	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de temporização (§ 1º do art. 18 da LRF) (II)	28.376.580,75	590.355,00	29.167.035,75	
DESPESAS NAO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (III)	0,00	0,00	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	22.315.176,94	8.159,00	22.323.315,94	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	321.070,94	8.159,00	329.209,94	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	21.994.106,00	0,00	21.994.106,00	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	174.086.566,51	605.302,76	174.691.869,27	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				674.522.742,00/00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III) c / IV)* 100		0,025409%	0,000090%	0,025499%
LÍMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <>>		0,041892%	0,000090%	0,041982%
LÍMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 56 da LRF) - <>>		0,035707%	0,000090%	0,035797%
LÍMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 56 da LRF) - <>>		0,037703%	0,000090%	0,037793%

FONTE: Tesouro Gerencial - SECA/COF/TR21 - 26/jan/2016 - 08h e 02m

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/verificade.html>, pelo código 00012016012800121.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Término de prazos

Encerrou-se no dia 26 de fevereiro o prazo sem interposição do recurso no sentido da continuação da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2015.

A matéria vai ao Arquivo.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se em 26 de fevereiro o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nºs 157 e 163, de 2015.

Não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

Encerrou-se no dia 25 de fevereiro o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado nºs 263, de 2014; e 657, de 2015.

Tendo sido aprovados terminativamente pela CE, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se em 25 de fevereiro o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 190, de 2015; e ao Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2011-Complementar.

Não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
Bloco-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
S/Partido - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Bloco-PMB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 18**PMDB-17 / PMB-1**

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PMB / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Marta Suplicy.	PMDB / SP
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco de Apoio ao Governo - 17**PT-13 / PDT-4**

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Angela Portela.	PT / RR
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco Parlamentar da Oposição - 15**PSDB-10 / DEM-4 / PV-1**

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Franco.	DEM / SE
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 11**PSB-7 / PPS-2 / PCdoB-1 / REDE-1**

Antonio Carlos Valadares. PSB / SE

Cristovam Buarque. PPS / DF

Fernando Bezerra Coelho. PSB / PE

João Capiberibe. PSB / AP

José Medeiros. PPS / MT

Lídice da Mata. PSB / BA

Lúcia Vânia. PSB / GO

Randolfe Rodrigues. REDE / AP

Roberto Rocha. PSB / MA

Romário. PSB / RJ

Vanessa Grazziotin. PCdoB / AM

Bloco Parlamentar União e Força - 9**PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1**

Blairo Maggi. PR / MT

Douglas Cintra. PTB / PE

Eduardo Amorim. PSC / SE

Elmano Férrer. PTB / PI

Fernando Collor. PTB / AL

Magno Malta. PR / ES

Marcelo Crivella. PRB / RJ

Vicentinho Alves. PR / TO

Wellington Fagundes. PR / MT

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 9**PP-6 / PSD-3**

Ana Amélia. PP / RS

Benedito de Lira. PP / AL

Ciro Nogueira. PP / PI

Gladson Cameli. PP / AC

Ivo Cassol. PP / RO

Omar Aziz. PSD / AM

Otto Alencar. PSD / BA

Sérgio Petecão. PSD / AC

Wilder Morais. PP / GO

S/Partido - 2

Reguffe. DF

Ricardo Ferraço. ES

Bloco da Maioria.	18
Bloco de Apoio ao Governo.	17
Bloco Parlamentar da Oposição.	15
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	11
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	9
S/Partido.	2
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)
 Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
 Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
 Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)

Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (Bloco-PMB-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
 Marta Suplicy* (Bloco-PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
 Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
 Randolph Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (S/Partido-ES)
 Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
 Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
 Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
 Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 17</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,25,63,67)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,34) Walter Pinheiro (31,38,43) Telmário Mota (4,32,44,52) Regina Sousa (41)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13</p> <p>Humberto Costa (22,25,63,67)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (37,49) Walter Pinheiro (31,38,43) Lindbergh Farias (35) Fátima Bezerra (33)</p> <p>Líder do PDT - 4</p> <p>Acir Gurgacz (3,34)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,32,44,52)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PMB) - 18</p> <p>Líder Eunício Oliveira - PMDB (60)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PMB - 1</p> <p>Hélio José (51,59)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM/PV) - 15</p> <p>Líder José Agripino - DEM (39,65)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (36) Antonio Anastasia (46)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 10</p> <p>Cássio Cunha Lima (13,58)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 4</p> <p>Ronaldo Caiado (5)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39,65)</p> <p>Líder do PV - 1</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 11</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (14,28)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (11,16,24) Vanessa Grazziotin (20,27)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 7</p> <p>Antonio Carlos Valadares (64)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 2</p> <p>José Medeiros (11,16,24)</p> <p>Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin (20,27)</p> <p>Líder do REDE - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (26,29)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 9</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (18,54)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (12,15,42,53,57) Otto Alencar (61)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 6</p> <p>Benedito de Lira (12,15,42,53,57)</p> <p>Líder do PSD - 3</p> <p>Omar Aziz (18,54)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (19)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (6,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (7) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,9)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor (6,10)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Wellington Fagundes (50,56)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (55)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella (2,9)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,25,63,67)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (51,59) Paulo Rocha (37,49)</p> <p>Wellington Fagundes (50,56)</p> <p>Telmário Mota (4,32,44,52)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
12. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
13. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
14. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
19. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
20. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
30. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
37. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
38. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
54. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
55. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
56. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
57. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
58. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
59. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
60. Em 16.12.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado líder do Bloco da Maioria (Of. 290/2015-GLPMDB).
61. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
62. O senador Delcídio do Amaral está afastado do exercício pelo motivo "Privação de liberdade" no período de 29/01/2016 a 28/02/2016.
63. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
64. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
65. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
66. O senador Delcídio do Amaral está afastado do exercício pelo motivo "Licença saúde" no período de 22/02/2016 a 07/03/2016.

67. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinalson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)

Instalação: 01/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:

*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

**. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

10) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁸⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾	5. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ^(5,13)
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹²⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽⁹⁾
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

*****. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinalson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

Prazo final prorrogado: 17/06/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agostini Filho

José Rollemburg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agostini Filho, José Rollemburg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinícius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimir Vinícius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinícius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinícius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

13) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

Prazo final prorrogado: 15/03/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).
2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).
3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

14) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 33033501
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽⁶⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

*****. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reuniu elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).

7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 14/03/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PPS-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽⁶⁾

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*****. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (4)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

- *. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
- **. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).
- ***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- ****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- *****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
- 1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
- 2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
- 3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).
- 4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5) CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2. VAGO (9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PMB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (12)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (10)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
	1. 2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferreira (S/Partido-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PMB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(2,18,20)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

- *. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmannn, Delcidio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
 2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. VAGO (11)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (11)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (12)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (20)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)	1. VAGO (17)
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5,8)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (13)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalírio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
 Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(7,30)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-T0)
Senador José Serra (PSDB-SP) ^(1,12,17)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(26,27)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edíson Lobão, Ricardo Ferrão, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferreira (S/Partido-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferreira e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,12)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scocomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
 2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
 3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
 4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
 5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
 6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- **. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(2,3)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
 Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁹⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,18)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁵⁾
Notas:	
*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).	
**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).	
***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).	
****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).	
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).	
1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).	
2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).	
3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).	
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)	
5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).	
6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).	
7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).	
8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).	

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E
INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO**

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).
- **. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	5. Senador Hélio José (PMB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMD).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PMB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16)	4.
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
 Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
 2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RJSF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) (18)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (18)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PMB-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (19,20)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5,16)	2. VAGO
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (14)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
 Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

- *. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).
- ****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).
- *****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).
- *****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).
- 1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).
- 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).
- 4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).
- 5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).
- 7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).
- 8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,13)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (13)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (2)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
 Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)

Senador José Pimentel (PT-CE)

1. Senadora Angela Portela (PT-RR)

Senadora Regina Sousa (PT-PI)

2. VAGO ⁽³⁾

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

4.

Maioria (PMDB)

Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)

Senador Otto Alencar (PSD-BA)

3.

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

4.

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(9,10)

1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(4,5)

Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁵⁾

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁵⁾

3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(6,7)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁸⁾

Senador João Capiberibe (PSB-AP)

2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁸⁾

Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)

Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(11,12)

1.

⁽¹³⁾

2.

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

(/)

Atualização: 25/02/2016

Notas:

- *. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.
1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).
4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.
6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
7. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.
9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.
10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.
11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

12. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.

13. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR,datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)⁽¹⁾

- 1^a Designação: 03/12/2001
- 2^a Designação: 26/02/2003
- 3^a Designação: 03/04/2007
- 4^a Designação: 12/02/2009
- 5^a Designação: 11/02/2011
- 6^a Designação: 11/03/2013
- 7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.
2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSOL

Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE:Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

**16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

Senador José Agripino (RN)

PCdoB

Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PMDB

Senador Jader Barbalho (PA)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSB

Senador Roberto Rocha (MA)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PSD

Senador Omar Aziz (AM)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PTN-PE)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PMB/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Walter Pinheiro - PT/BA (10)
Gleisi Hoffmann - PT/PR (10)	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO (8)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (8)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Manicoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Pedro Fernandes - PTB/MA (13)	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ (2)
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Givaldo Carimbão - PROS/AL (11)
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG (6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. Valtenir Pereira - PMB/MT (1,12)
José Nunes - PSD/BA (9)	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES (3)
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e, como membro suplente, o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 10-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 134, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Givaldo Carimbão, em substituição ao Deputado Valtenir Pereira, em 30-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 312, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Valtenir Pereira, em vaga existente, em 17-12-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 841, de 2015, da Liderança do PT.
13. Designado, como membro titular, o Deputado Pedro Fernandes, em substituição ao Deputado Ricardo Teobaldo, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2016, da Liderança do Bloco do PMDB.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo
Telefone(s): (61) 3216-6892
E-mail: cmo.decom@camara.leg.br
Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
II. Saúde	Deputado João Arruda (PMDB-PR)
III. Educação e Cultura	Deputado Wellington Roberto (PR-PB)
IV. Integração Nacional	Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMB-TO)
VI. Desenvolvimento Urbano	Deputado Caio Nuncio (PSDB-MG)
VII. Turismo	Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG)
IX. Minas e Energia	Deputado Edmar Arruda (PSC-PR)
X. Esporte	Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
XI. Meio Ambiente	Deputada Flávia Morais (PDT-GO)
XII. Fazenda e Planejamento	Deputado Hugo Leal (PROS-RJ)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Senador Hélio José (PMB-DF)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE)
XV. Defesa e Justiça	Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	Deputado Danilo Forte (PSB-CE)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Câmara dos Deputados	

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Deputado Zé Geraldo (PT-PA)
Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado Zé Geraldo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nilto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecci (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)
Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PMB / DF)
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristina - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maoria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMB/MG (16)
Ezequiel Teixeira - PMB/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - REDE/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)

Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Deputado Sergio Zveiter

Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)

Deputado Sandro Alex (PPS/PR)

Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)

VAGO

SENADO FEDERAL

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)

Senador Jorge Viana (PT/AC)

Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

Senador Blairo Maggi (PR/MT)

VAGO

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Mainha - SD/PI (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI (15)	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA (15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PMB/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256

Fax: 3303-5260

saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI N° 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado ^(2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão ⁽⁵⁾

LEI N° 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO ⁽³⁾	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255
 Fax: 3303-5260
 CCSCN@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

